

LÓGICA E TÉCNICA NA REDUÇÃO FENOMENOLÓGICA: DA FILOSOFIA À
EMPIRIA EM PSICOLOGIA

Thiago Gomes de Castro

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Psicologia
sob a orientação do Prof^o. Dr^o. William Barbosa Gomes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Porto Alegre, Março de 2009

*A palavra dentro da palavra, incapaz de dizer uma palavra,
Envolta nas gazes da escuridão.*

T.S. Elliott

AGRADECIMENTO

Ao professor William Gomes pelo incentivo ao desenvolvimento de inovações na pesquisa e a confiança depositada no trabalho.

Aos meus pais e irmãs pelas memórias de amor e verdade, a todos os momentos presentes em mim.

À Camila pela cumplicidade irrestrita, carinho & café.

Aos amigos de todos os tempos.

Ao pessoal do LaFec, que trouxe novos ares à discussão (?), em especial aos amigos Luciano Alencastro, Daniel Rosemberg e Amanda da Costa.

Aos bolsistas PIBIC Samuel e Bruno pelo suporte, idéias e, sobretudo, parceria na condução do “alien hand”.

Ao professor Renato Zamora Flores pela valiosa acolhida no Campus do Vale.

Ao CNPq pelo importante estímulo à pesquisa e fomento a novas investigações.

Aos mestres Jansch, Elliott e Sandman pela eterna brisa aos ouvidos.

A todos que comigo caminham mesmo na ausência.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE TABELAS	06
LISTA DE FIGURAS	07
RESUMO	08
ABSTRACT	09
APRESENTAÇÃO	10
ESTUDO I	
Entre o eidético e o empírico: percursos lógicos da redução fenomenológica	11
1.1. Introdução	11
1.2. Aportes teóricos à fenomenologia de Edmund Husserl	12
1.2.1. Reduções fenomenológicas: princípio analítico da fenomenologia pura	17
1.2.2. A psicologia fenomenológica em Husserl	22
1.3. Influências do método fenomenológico para a pesquisa em psicologia	26
1.3.1. O grupo da Duquesne University: sistematização técnica dos postulados lógicos	27
1.3.2. A fenomenologia experimental e o estudo da percepção	29
1.3.3. A naturalização da fenomenologia e o projeto das ciências cognitivas	32
1.4. Discussão	37
ESTUDO II	
Apropriações da fenomenologia pela empiria em psicologia: um levantamento	41
2.1. Introdução	41
2.2. Levantamentos anteriores	44
2.3. O caso <i>Journal of Phenomenological Psychology</i>	45
2.4. Método	46
2.4.1. Descrição e análise dos dados – Brasil 1996/2007	47
2.4.2. Descrição e análise dos dados – <i>Journal of Phenomenological Psychology</i>	52
2.5. Discussão	53
ESTUDO III	
Contexto experimental e redução fenomenológica: possibilidades de articulação empírica	56
3.1. Fenomenologia experimental	56
3.1.1. O "experimento da mão alienígena" e a autopercepção corpóreo-motora	57
3.1.2. Autoconsciência: pré-reflexividade e auto-reflexividade	61
3.2. Método	64

3.2.1.	Participantes	64
3.2.2.	Instrumentos	64
3.2.3.	Procedimentos	65
3.2.4.	Análise dos dados	66
3.3.	Resultados	67
3.3.1.	Análise qualitativa	67
3.3.1.1.	Descrição fenomenológica	67
3.3.1.2.	Redução Fenomenológica	68
3.3.1.3.	Interpretação fenomenológica	69
3.3.2.	Análise quantitativa	70
3.3.3.	Cruzamento entre dados de primeira e terceira pessoa	70
3.4.	Conclusões	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS		74
REFERÊNCIAS		76
ANEXOS		83
Anexo A		83
Anexo B		91
Anexo C		92
Anexo D		93
Anexo E		94
Anexo F		95
Anexo G		101

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1.1. Reduções fenomenológicas em Husserl (1907 / 1913)	20
Tabela 1.2. Transposição metodológica eidético-empírico em Giorgi (1997)	30
Tabela 2.1. Distribuição dos artigos por periódicos de psicologia / 1996-2007	48
Tabela 2.2. Classificação das pesquisas empíricas em contextos de investigação	50
Tabela 3.1. Falas/Tentativas – Experimento da mão alienígena	68
Tabela 3.2. Classes de Argumento para disparidade viso-motora	69
Tabela 3.3. Distribuição das médias por grupos I e II	70
Tabela 3.4. Resultados do teste Mann-Whitney para comparação de médias entre os grupos I e II	71
Tabela 3.5. Falas / tentativas & EAC-R – Experimento da mão alienígena	101

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 2.1. Organograma das investigações empíricas em fenomenologia	42
Figura 2.2. Ramificação do Organograma – orientações em fenomenologia	43
Figura 3.1. Aparato experimental <i>The alien-hand experiment</i> (Nielsen, 1963; Sorensen, 2005)	58
Figura 3.2. Aparato experimental (Daprati et al., 1997)	59
Figura 3.3. Aparato experimental (Van den Boss & Jeannerod, 2002)	60
Figura 3.4. Fotografias do aparato construído para o experimento	93

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar as aplicações do método fenomenológico à pesquisa empírica em psicologia. O foco da investigação é o passo reflexivo designado redução fenomenológica, considerado elemento fundamental da identidade analítica na tradição da fenomenologia. O trabalho foi dividido em três estudos. O Estudo I tratou da transposição da fenomenologia pura descrita pelo filósofo Edmund Husserl (1859-1938) para a fenomenologia empírica, com especial atenção para o desenvolvimento conceitual da redução fenomenológica e sua aplicação à psicologia. No Estudo II, foi realizado um levantamento de artigos empíricos que utilizaram o método fenomenológico nos últimos dez anos de publicação. Revelou pluralidade lógica e técnica na aplicação do método entre os artigos publicados no Brasil, e homogeneidade aplicativa entre os relatos de pesquisa publicados em um periódico norte-americano especializado na temática. No Estudo III, a aplicação da redução fenomenológica foi exercitada e discutida no cruzamento entre relatos de percepção corpóreo-motoras, em um contexto de tarefa motora induzida, e respostas a uma Escala de autoconsciência. O cruzamento evidenciou associação entre perfis extraídos do sub-fator autoconsciência privada e autoconsciência geral a padrões de resposta e engajamento na tarefa experimental. A evolução dos três estudos almeja descrever uma tendência histórica ascendente de aproximação entre teoria fenomenológica e prática científica.

Palavras-chave: *redução fenomenológica, fenomenologia experimental, teoria do método.*

ABSTRACT

The aim of the current work is to investigate the applications of phenomenological method in the psychological empirical research. The investigation locus applies to the reflexive step known as phenomenological reduction, considered fundamental piece of the analytical identity in phenomenology. The work is divided in three studies. The first one debates the transition between pure phenomenology, described by German philosopher Edmund Husserl (1859-1938), to the empirical phenomenology, with special attention to the conceptual development of phenomenological reduction and its application in the framework of psychology. The second study was conducted within a survey on empirical articles that have used phenomenological method, published in psychology journals in the last ten years. It reveals logical and technical plurality on the application of method between the Brazilian articles, and the opposite, coherent application in an specialized North American journal on the theme. On the third study, the application of phenomenological reduction was exercised and discussed in the intersection between the exam of perceptual proprioceptive reports, obtained in an experimental setting of induced motor tasks, and results of self-consciousness scale. The intersection evidenced association between the profiles extracted from factor private self-consciousness and general self-consciousness to reaction verbal patterns and engagement on experimental task. The evolution of three studies indicate an ascendant tendency of approximation between phenomenological theory and scientific practice.

Key-words: phenomenological reduction, experimental phenomenology, theory of method.

APRESENTAÇÃO

A dissertação foi organizada em três estudos, acompanhando a evolução histórica da transposição da fenomenologia filosófica até os desdobramentos mais recentes no campo da pesquisa em psicologia. Concentra-se no exame das origens conceituais e dos modos de aplicação da redução fenomenológica. Tem-se, assim, a oportunidade de apreciar um conceito e depois transportá-lo para o campo da pesquisa empírica. O Estudo I é teórico e concentra-se na explanação e discussão do conceito de redução fenomenológica. Inicia com a obra do filósofo Edmund Husserl (1859-1938) e percorre de modo não exaustivo o caminho que levou as aplicações do método fenomenológico à pesquisa psicológica. O Estudo II consiste em um mapeamento descritivo de artigos empírico-fenomenológicos publicados na última década em periódicos brasileiros e nos últimos sete anos no *Journal of Phenomenological Psychology* (JPP). O Estudo III é empírico e tem como objetivo analisar a aplicação da redução fenomenológica ao exame de relatos de percepções corpóreo-motoras induzidas por um instrumento da fenomenologia experimental denominado *The Alien-hand experiment* ou experimento da mão alienígena.

ESTUDO I
ENTRE O EIDÉTICO E O EMPÍRICO:
PERCURSOS LÓGICOS DA REDUÇÃO FENOMENOLÓGICA

1.1. Introdução

O presente estudo concentra-se no conceito de redução fenomenológica descrito pelo filósofo alemão Edmund Husserl (1859-1938) no início do século XX. Tem como objetivo analisar as influências da lógica redutiva para o desenvolvimento de técnicas investigativas na pesquisa em psicologia. Nesse sentido, retoma a redução desde sua origem em Husserl até os desenvolvimentos recentes no âmbito da pesquisa empírica. Para promover uma melhor compreensão do conceito e situar sua transposição teórico-empírica para o cenário metodológico atual, optou-se pelo seguinte sequenciamento textual: 1) subscrição do conceito a uma introdução geral sobre a fenomenologia pura de Husserl, 2) definição de redução fenomenológica na obra husserliana e sua consonância com o projeto teórico do autor, e 3) desdobramentos da noção para a psicologia fenomenológica eidética. Compõe também esse estudo, a descrição de três exemplos de importação do modelo eidético fenomenológico para a prática de pesquisa em fenomenologia. Ao final, discute-se a identidade analítica do método fenomenológico quando aplicado à esfera das ciências humanas.

Em relação à obra do filósofo, os textos consultados compreendem o vasto período de 1907 a 1929. O conceito de redução fenomenológica foi primeiramente descrito em 1907 no texto “A idéia da fenomenologia”. Mais adiante, em 1913, a noção foi abordada com maior detalhamento na obra “Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica”. Além das duas fontes, nas quais, julga-se, o conceito aparece com maior ineditismo, foram consultados o texto “Meditações Cartesianas” de 1929 e o verbete escrito pelo filósofo para a Enciclopédia Britânica: “Fenomenologia” (1927).

Quanto à seção sobre a transposição do eidético para o empírico, foram selecionados textos que abordavam respectivamente: a tradição da psicologia empírico-fenomenológica encabeçada pelo grupo da *Duquesne University* nos EUA, a obra “Experimental Phenomenology: an introduction” do psicólogo britânico Don Ihde de 1977, e uma série de artigos publicados nas últimas duas décadas em que se discorre sobre a naturalização da fenomenologia pelas ciências cognitivas. Os três aportes constituem tentativas, ao longo dos últimos 50 anos, de transpor o princípio analítico transcendental da redução fenomenológica para a empiria no estudo da psicologia.

Há que se ressaltar nessa introdução, que ao abordar pelo prisma da psicologia um tema caro à filosofia, como o é a fenomenologia, corre-se o risco de margear superficialmente a teoria que se propõe estudar. Em um esforço para minimizar os efeitos da diferença, estilística e programática, entre os discursos filosófico e psicológico optou-se por abordar a fenomenologia e sua redução a partir da descrição de seus desdobramentos históricos. Assim, acredita-se, por um lado, reconhecer as limitações inerentes à exploração consistente dos temas husserlianos, e por outro, fornecer subsídios à psicologia, com vistas a esclarecer o projeto original da redução fenomenológica frente os atuais avanços na pesquisa científica.

1.2. Aportes teóricos à fenomenologia de Edmund Husserl

O filósofo e matemático Edmund Husserl é reconhecido como o fundador do significado moderno atribuído à expressão fenomenologia. Como demonstra Zilles (1996), o termo já assumiu diversas conotações ao longo da história da filosofia. De modo simplificado, refere-se, em Husserl (1913/2006), a uma ciência dos fenômenos, embora com propósitos diferenciados das ciências empíricas vigentes à sua época. É, portanto, uma ciência de rigor que procura redefinir o entendimento de ciência, via investigação das relações lógicas inerentes à consciência reflexiva.

De forma mais refinada, Husserl (1927) assumiu duas designações de fenomenologia em seu sentido moderno: 1) um novo tipo de método descritivo que representou um avanço na filosofia na virada do século XIX para o século XX, e uma ciência que se pretende fundacionista derivada desse método (concepção presente na obra *Investigações Lógicas* – 1901); e 2) uma ciência que busca fornecer instrumentos básicos para uma filosofia científica rigorosa e, como consequência de sua aplicação, tornar possível uma reforma metodológica em todas as ciências (sentido assumido a partir do texto *A idéia da Fenomenologia* – 1907).

No panorama histórico em que se inseriram os primeiros escritos do filósofo, a fenomenologia consolidou-se como marco fundador das filosofias analíticas decorrentes no século XX (Spiegelberg, 1982). Seu legado pode ser constatado em várias áreas do conhecimento, passando com destaque pela psicologia, onde continua até a atualidade contribuindo para o debate epistemológico e metodológico dos estudos sobre a subjetividade.

O interesse inicial de Husserl fora propor uma filosofia de fundação à lógica do conhecimento, e que antecederesse as relações empírico-epistêmicas já estabelecidas nas ciências naturais (Husserl, 1901). O filósofo planejava descrever o sentido essencial da

experiência consciente por detrás das relações de conhecimento, e sob este ideal se debruçou aos postulados de racionalidade propostos pelo filósofo francês René Descartes (1596-1650). Buscava, a partir daí, extrair uma alternativa diferenciada de entendimento à consciência reflexiva ou *cogito* consolidadas por Descartes.

Conforme Husserl (1913/2006), o princípio lógico do *cogito* cartesiano – “penso logo existo” – teria sido o precursor da objetivação da experiência consciente nas ciências do século XIX. De modo contrário ao posicionamento do francês, Husserl (1929/2001) irá afirmar o conhecimento como não pertencente à esfera da natureza externa submetida à razão, mas à própria vivência psíquica de um sujeito. O autor aponta em suas *Meditações Cartesianas* que:

O conhecimento é conhecimento do sujeito que conhece, sendo a percepção das coisas decorrente simplesmente da vivência perceptiva do sujeito que percebe. A experiência consciente deve ser, portanto, a medida de um sistema teórico. (Husserl, 1929/2001, p.45)

A preocupação fundacionista do autor quanto às determinações lógicas do conhecimento foi, como já relatado, iniciada em suas *Investigações Lógicas* (1901), quando a fenomenologia ainda se auto-proclamava uma psicologia descritiva. Posteriormente, Husserl (1907; 1913) irá se arrepender do caminho assumido nas *Investigações*. Segundo o autor (1913/2006), a designação de psicologia descritiva subentende uma etapa inicial de psicologia empírica: “como uma esfera de descrições imanentes dos vividos psíquicos, descrições que se mantém rigorosamente no âmbito da *experiência*¹ interna” (1913/2006, p.26). Conforme o filósofo, esse postulado não seria compatível com a criação de uma doutrina a priori ao conhecimento empírico, isto é uma teoria sobre a essência da constituição da consciência pura (Husserl, 1907/2000). Nesse sentido, seria necessário, em um primeiro momento, desligar a referência empírica como pressuposto básico para uma epistemologia fenomenológica transcendental.

Constata-se, na autocrítica empreendida pelo autor sobre sua definição de fenomenologia nas *Investigações*, uma migração da perspectiva descritiva para um idealismo transcendental, que seria, em definição, a fenomenologia da consciência constituinte das coisas (Husserl, 1907/2000). De acordo com o filósofo, o interesse da fenomenologia transcendental dirige-se para a consciência enquanto consciência, não para o conteúdo de suas vivências, como fora confundido na designação de psicologia descritiva em 1901.

¹ Friso do autor.

A fenomenologia transcendental (Husserl, 1907/2000), respaldou-se no projeto de purificação da consciência em relação às interferências naturais. Na consciência transcendental do filósofo se distinguem fundamentalmente os dados imanentes (presentes, imediatos) dos transcendentos (não percebidos, mas constituintes da relação intencional) à consciência. Para Husserl, portanto, a construção do conhecimento deveria estruturar-se a partir da descrição da experiência mesma, expressão da consciência intencional de um sujeito.

Passa a ser, a partir do projeto transcendental, objetivo da fenomenologia husserliana analisar o movimento intencional ou fluxo dos vividos da consciência. É sob este ideal, que Husserl buscará entender a consciência como propriedade ontológica do ser, e inseparável da vivência do real, promulgando o que chama de intencionalidade da consciência (1901; 1913). Nesse sentido, a consciência é para o filósofo sempre consciência de alguma coisa, uma vez que invariavelmente intenciona, como uma propriedade relacional dos vividos, sobre algo (Husserl, 1913/2006). O autor denota nesse princípio sua proposta radical de emparelhamento entre os pólos sujeito-objeto.

Observa-se aqui a ruptura da fenomenologia transcendental com qualquer modalidade de lógica formal, nas quais se pressupõem uma realidade factual, como princípio das relações de conhecimento, independente do sujeito percebedor. Como já indicado, a fenomenologia husserliana será denominada como uma ciência de fenômenos, mas numa orientação inteiramente outra em relação às ciências que também se voltam aos fenômenos (Husserl, 1913/2006)². Sua investigação será voltada para as correlações possíveis entre ato intencional, significação e objetos da consciência, sem, contudo, se amparar em sistemas teóricos pré-definidos sobre uma natureza psicofísica da consciência (Husserl, 1907/2000). Como em uma máxima, Husserl buscava realizar uma “filosofia do retorno às coisas mesmas”, isto é, proceder a uma descrição do aparecimento dos fenômenos à consciência.

O filósofo alemão importou o conceito de intencionalidade, retomado dos escolásticos por seu professor Franz Brentano (1838-1917), como o mote de conexão entre consciência e mundo. Com a consciência intencional, lançou as bases do entendimento perspectivo e indutivo da reflexividade e consciência humana, distanciando-se da consciência separada do mundo e absoluta, proclamada por Descartes. Conforme ressalta Husserl (1913/2006), somente através da ampliação do conceito de intencionalidade é que a fenomenologia poderia se sustentar. Amparando-se apenas na *intencionalidade de ato*,

² Vale frisar que a psicologia empírica se apresentava em alguns círculos acadêmicos, na virada do século XIX para o XX, como ciência das manifestações ou fenômenos psíquicos. Daí a preocupação de Husserl em diferenciar a fenomenologia desses campos.

referente às direções do juízo e às tomadas de posição voluntária, a fenomenologia não se distinguiria da intelecção clássica que buscou avaliar as naturezas verdadeiras e imutáveis do fato natural consciência.

Seria necessário à nova tradição filosófica reportar-se à intencionalidade da consciência desde sua relação ao mundo, constitutiva da unidade natural e antepredicativa mundo-vida, sobre a qual apareceriam os atos judicativos no mundo (Husserl, 1929/2001). É da *intencionalidade operante* que Husserl busca aproximar-se, a partir do exercício compreensivo de descrição da intenção total presente na relação às coisas (Husserl, 1913/2006). Dessa intencionalidade escapariam as objetivações conceituais e comunicativas da pretensa verdade científico-natural. A compreensão da dimensão operante da intencionalidade recairia, em última instância, no exercício de desvelamento do sentido da consciência intencional aos fenômenos percebidos.

Dito de outra forma, a análise da intencionalidade da consciência, como queria Husserl em seu método fenomenológico, procurava contemplar a relação significada e idiossincrática entre sujeito e mundo, revogando a orientação investigativa explicativa (orientação natural), externa ao fluxo das vivências intencionais. Este processo idiossincrático, circunscrito à esfera da percepção, envolve para a fenomenologia dois níveis: a intuição – que se refere a um processo pelo qual apreendemos processualmente um objeto qualquer solicitando para tanto uma variação imaginativa sobre as possibilidades de evidência deste fenômeno – e a reflexão – processo sistematizado e comunicativo da apreensão imediata. A partir desse panorama, pode-se sintetizar que a ciência para Husserl deveria se estabelecer na descrição do retorno reflexivo e intuitivo intencionais às essências constituintes do aparecimento dos fenômenos à consciência (Husserl, 1913/2006).

Em relação ao diálogo de Husserl com as ciências empíricas de sua época vale frisar, como bem lembra Polkinghorne (1989), que a fenomenologia não ocupou lugar de antítese ao consolidado terreno das ciências naturais. Demarcou, contudo, diferentes características neste espaço, enfatizando que os caminhos da investigação deveriam atender primeiramente às configurações da experiência, antes de mover-se para suposições sobre a natureza independente dos objetos. Segundo o autor, a fenomenologia ocupou-se do rigor da análise crítica dos fundamentos e das possibilidades do conhecimento experiencial. Em síntese, o foco analítico voltava-se, em um primeiro instante, à consciência imediata da experiência para posteriormente desvelar o sentido universal da direção significada ou consciência reflexiva ao mundo.

O projeto de ciência de rigor defendido por Husserl só poderia se concretizar mediante a transição de uma orientação investigativa natural para uma orientação fenomenológica. O viés objetivista defendido pela ciência positivista da época encabeçaria, conforme Husserl (1936/1989), uma distorção da práxis investigativa e um descaminho sobre a experiência do conhecer. A proposta do filósofo frente este cenário previa uma mudança da orientação da investigação científica, da natural para a fenomenológica, revertendo a suposição da realidade objetiva para a descrição dos modos de significação humanos (Holanda, 2003). O recurso lógico e atitudinal necessário a esta mudança de orientação é nomeado genericamente redução fenomenológica, tema que será abordado detalhadamente na próxima seção.

A título de esclarecimento acerca das repercussões históricas assumidas após o empreendimento inicial de Husserl, Embree (1997) relata que a fenomenologia desdobrou-se em pelo menos quatro ramos distintos: 1) fenomenologia realista com ênfase na procura de essências universais nos mais variados objetos, como por exemplo, nos estudos de Max Scheler (1874-1928) sobre ética; 2) fenomenologia constitutiva com ênfase nos aspectos técnicos do método, em particular, as questões concernentes à suspensão das suposições apriorísticas, como por exemplo, nos trabalhos sobre percepção de Aron Gurwitsch (1900-1973); 3) fenomenologia existencial conforme as diferentes concepções de Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre, e Maurice Merleau-Ponty; e 4) fenomenologia hermenêutica, representada pelos trabalhos sobre interpretação de Hans-Georg Gadamer (1900-2002) e Paul Ricoeur (1913-2005). Sobre tal profusão, fenomenologia continental é o termo comumente utilizado para englobar a tradição filosófica, iniciada por Husserl, e continuada pelas correntes de pensamento acima descritas.

Os encaminhamentos teóricos deixados pelos herdeiros da fenomenologia correspondem a alterações significativas no projeto inicial do pensamento de Husserl, em especial a sua filosofia transcendental (Kockelmans, 1994). Dentre outros fatores, pode-se atribuir essa difusão heterogênea à destinação polivalente das reflexões, que se diferenciam segundo seu tempo, projeto e lugar de escrita. Por um lado, Husserl buscou, na primeira parte de seus escritos³, uma ciência rigorosa da consciência com implicações renovadoras para a epistemologia das ciências. De outro lado, a influência do alemão fez-se notável na ampliada revisão empreendida por seus seguidores nos campos da ontologia, metodologia e ética ao longo do século XX.

³ A partir das *Meditações Cartesianas* (1929) o autor discutirá o estatuto ontológico do ser e da natureza presentes nas ciências européias, com vistas a reorientação das premissas fenomenológico-metodológicas. Projeto inacabado pelo autor e continuado especialmente pelo filósofo francês Maurice Merleau-ponty.

Acerca das pré-concepções ontológicas inerentes ao estudo da fenomenologia pode-se afirmar que seu viés contemporâneo caracteriza-se, em linhas gerais, pelo cruzamento de conceitos husserlianos, como a intencionalidade da consciência, com preceitos existencialistas, por exemplo, a intercorporeidade de Merleau-Ponty. Este interesse repousa sobre as relações reversivas entre consciência e fenômenos vivenciados pela consciência (Gomes, 1998). O que é considerado foco objetivo desta leitura ontológica é o realismo da experiência presente na perspectiva do encontro de um sujeito com seu mundo. Nesse sentido, passa a tratar de algo mais concreto do que a consciência husserliana. É a dimensão fenomênica da relação corporificada entre consciência e experiência que as teorias pós-husserlianas passaram a investigar. Amparam-se, para isso, no pressuposto monista da vivência intersubjetiva / intercorporal e expressiva do sujeito no mundo.

1.2.1. Reduções fenomenológicas: princípio analítico da fenomenologia pura

A fim de descrever os caminhos lógicos percorridos entre a fenomenologia transcendental husserliana e a aplicação empírica dos seus pressupostos será analisado o conceito de redução fenomenológica. Uma versão rudimentar da noção foi apresentada por Husserl pela primeira vez em 1905 nas chamadas *Folhas de Seefeld*⁴, mas é em 1907, com a publicação da *Idéia da Fenomenologia*, que o conceito assumiu significação clara. Nessa obra, a redução fenomenológica será descrita como o recurso metodológico necessário para proporcionar o retorno da reflexão à consciência pura e lá observar como os objetos da percepção se constituem (1907/2000).

Como se pode constatar, a noção é criada como uma ferramenta lógico-filosófica, baseada no pressuposto da intencionalidade da consciência. Almeja com isto estabelecer um projeto de ciência primeira, na qual se descreva a essência da relação entre consciência e fenômenos. O objetivo final, assumindo-se a redução, será promover uma alteração de orientação na edificação das relações de conhecimento empírico entre sujeito e objeto.

Já em 1913, o princípio da redução fenomenológica foi introduzido como elemento central do método fenomenológico, e nesse sentido, ganhou prescrições para sua efetuação. A redução é, em termos gerais, definida no texto como a exclusão do transcendente à consciência em geral. Ou seja, a exclusão de uma existência a admitir por uma vigência a que não se tem, como percebedor, acesso evidente. Como se a investigação fenomenológica, defende Husserl (1907/2000), devesse manter-se no puro ver, na esfera da evidência pura à consciência, investigação das essências dessa evidência.

⁴ Presente no Arquivo Husserl de Louvain na Bélgica, não traduzido para o português.

De acordo com Fouche (1984) o princípio carrega aí dois passos lógicos: um negativo, a *époché*, que é a suspensão de pressuposições sobre um fenômeno intencionado; e um passo positivo, do exame descritivo do fenômeno em busca das essências constitutivas de sua aparência. Deve-se ressaltar, entretanto, que a compreensão dessa definição ampara-se no projeto metodológico de Husserl (1913/2006), onde se destacam, conforme detalhado mais adiante, níveis processuais para a efetivação da redução. Afora o caráter processual, o conceito é ainda definido de forme heterogênea ao longo da obra do filósofo. É, portanto, difícil argumentar em defesa de uma forma estrita de redução.

Sabe-se que o fundamento da prática redutiva visa, em última análise, o acesso à consciência pura e imanente das coisas (Husserl, 1907; 1913). No entanto, como indica Kern (1993), há uma variação no sentido assumido pela redução, quando contextualizado ao longo da obra do filósofo. Conforme Kern, os modos aparentemente distintos de se proceder a redução fenomenológica correspondem aos seguintes períodos: 1) o modo cartesiano – discutido em *A idéia da Fenomenologia* (1907/2000), e vinculado à defesa de uma fenomenologia transcendental; 2) o modo da psicologia da intencionalidade – descrito inicialmente na Conferência *Erste Philosophie* (1923) e continuado na conferência *Psicologia Fenomenológica* (1925), em que se pretende um diálogo entre a ciência de fundação/fenomenologia e a psicologia empírica, e 3) o relativo à crítica às ciências positivas ou modo ontológico – presente na Crise das Civilizações Européias (*Krisis*, 1936). Segundo o autor, é ponto invariável entre esses modos a asserção de que qualquer redução fenomenológica deve se estabelecer com base no que é evidente da experiência de pensar e conhecer. Nessa medida, apenas a experiência vivida deve ser aclamada como a esfera onde a fenomenologia pode se realizar completamente (Kern, 1993).

Antecipando um pouco a discussão sobre a literatura de psicologia empírico-fenomenológica, vale destacar que quando Husserl é referenciado na seção método das pesquisas empíricas indica-se geralmente a adoção da redução pela consulta à obra *Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica* (1913/2006). Ou seja, os psicólogos tendem a recorrer às prescrições do modo cartesiano redutivo de Husserl, embora admitam a utilização de filósofos existencialistas para a composição do argumento interpretativo de seus resultados. As repercussões dessa vinculação serão abordadas na discussão desse estudo. Vale informar, entretanto, que é por esta preferência cartesiana na adoção da redução fenomenológica que será aqui focado este período.

No modo cartesiano, a redução desponta como recurso argumentativo inicial para se evitar o deslocamento da evidência de um fenômeno à consciência para sua dimensão transcendental, não acessível à experiência imediata. Sendo assim, reiterando, todo

transcendente, sendo uma verdade a que não tenho acesso imediato, seria suspenso em função da descrição tão somente daquilo a que tenho acesso experiencial, o imanente. Conforme frisa Husserl nesta fase:

Fazer do conhecimento um dado evidente em si mesmo e querer aí intuir a essência da sua efetuação não significa deduzir, induzir, calcular, etc., não significa inferir novas coisas com fundamento a partir de coisas já dadas ou que valem como dadas (Husserl, 1907/2000, p.26).

Contudo, o conceito aparece em 1907 ainda como uma idéia a ser desenvolvida com maior atenção pragmática pelo filósofo. Ou seja, aparece como princípio possível para a efetivação da transição das orientações natural e fenomenológica, mas ainda sem uma sustentação lógica sobre como realizar tal transição. Em 1907 Husserl vislumbrará o projeto da redução fenomenológica como método universal e radical pelo qual o “eu” se percebe como “eu puro”, com a vida de consciência pura que é própria a um sujeito. Mas é apenas em 1913 que a noção assumirá configurações mais explícitas e seguras, uma vez que Husserl consolidou em suas *Idéias I* a idéia de um método fenomenológico. A redução, nesse contexto, se desdobrará em modalidades de redução, embora o autor permaneça na esfera das digressões epistemológicas, apartado de prescrições técnicas com fins de análise de empiria.

A operação lógica da redução, como Husserl a propõe em 1913, não se restringe às recomendações de 1907 quanto à suspensão de crenças e a busca de essências na realidade fenomenal das coisas. Esta orientação é, sem dúvida, o entendimento inicial do movimento redutivo. No entanto, o autor descreve em 1913 o recurso como uma série progressiva de reduções, até que se alcance o movimento essencial da subjetividade pura. Em sua concepção filosófica, a redução fenomenológica primordial, que é a da alteração da orientação natural para a fenomenológica, se desdobrará em reduções secundárias (Husserl, 1913/2006), a saber: redução fenomenológica psicológica, redução eidética, e redução fenomenológica transcendental (Tabela 1.1.).

Na redução fenomenológica psicológica pretende-se uma suspensão do mundo já valorado pela consciência, mas não a suspensão do sujeito empírico. Mais especificamente, não se nega nesta modalidade redutiva o valor da descrição da experiência empírica do sujeito, mas antes o valor natural explicativo vigente sobre o fenômeno experienciado. Na redução eidética, os fenômenos dados à consciência são reduzidos à sua essência, partículas constituintes de sua evidência. Nessa etapa, Husserl sugere a adoção de um procedimento que nomeia variação imaginativa livre, no qual seriam suscitadas variações evidentes possíveis de um fenômeno a fim de descobrir os limites de sua identidade

expressiva. Em outros termos, seria a atitude de modificar os elementos essenciais de um fenômeno para então verificar se o mesmo é ainda reconhecível. Conforme Giorgi (1997), a utilização desse procedimento no contexto empírico depende da habilidade do pesquisador no exercício da ficção, sendo a multiplicação das possibilidades o pré-requisito da identificação das particularidades imutáveis de um fenômeno.

A um nível mais profundo, a redução fenomenológica transcendental, elemento diferencial do método fenomenológico de Husserl, busca suspender, simultaneamente, sujeito empírico e mundo, de modo a investigar a correlação transcendental entre mundo e consciência do mundo (Giorgi, 1997). Esta redução encontra respaldo no projeto metodológico do filósofo por se definir como investigação ideal do movimento universal ou fluxo das vivências da consciência. Entretanto, como será vislumbrado nos exemplos de transposição eidético-empírico, não encontrou ainda espaço para sua realização na pesquisa empírica.

Tabela 1.1. *Reduções Fenomenológicas / Husserl (1907*; 1913**)*

<i>Reduções</i>	<i>Definição</i>	<i>Finalidade</i>
Redução Fenomenológica – Princípio* **	Recurso para a exclusão do transcendente à consciência e subsequente observação da constituição dos objetos da percepção.	Descrição da evidência pura à consciência e investigação das essências expressivas.
Redução Fenomenológica Psicológica**	Atitude de suspensão das teses valorativas do mundo natural.	Descrição das significações próprias do sujeito empírico.
Redução Eidética**	Análise intuitiva das essências da evidência perceptiva – adoção do procedimento de Variação Imaginativa Livre.	Captação do sentido elementar e definidor da essência da vivência perceptiva na subjetividade.
Redução fenomenológica transcendental**	Suspensão do sujeito empírico e do mundo circundante.	Compreender de forma universal o movimento puro intencional da consciência.

Husserl (1913/2006) indica que uma investigação sobre determinado fenômeno deve atrelar-se a uma postura permanente do investigador quanto à consciência do sentido de sua própria investigação. Dessa forma, a orientação das reduções fenomenológicas deve se estabelecer como uma atitude permanente, e não como um ato temporário. Não deve sucumbir à ordem da explicação com fins de validação de enunciados generalistas, mas permanecer aberto ao possível às alternativas intuitivas de encontro com a objetividade, evidência mesma das coisas.

Vale lembrar que as prescrições do filósofo alemão quanto a realização das reduções mantêm-se no discurso filosófico e se referem a um entendimento teórico sobre o fundamento de um fazer científico. Dessa forma, de modo semelhante à Descartes, se apresenta ainda em 1913 como retórica sobre a natureza e a consciência reflexiva das coisas. Apenas a partir de meados da década de 1920 é que Husserl avaliará um modo mais mundano e, por conseguinte, concreto de abarcar as relações da consciência intersubjetiva. A redução deixará de ser um recurso de exclusão do mundo empírico em prol da descrição da consciência pura, para recolocar o sujeito em contato com suas pressuposições naturais manifestadas pela intencionalidade pré-reflexiva (modo ontológico, conforme Kern, 1993).

Na tentativa de solucionar filosoficamente a recusa do mundo empírico em detrimento da vivência imanente da consciência, Husserl sugeriu uma divisão entre as noções de “eu” psicológico e “eu” transcendental (Husserl, 1929/2001). O “eu” psicológico corresponde àquele que se percebe intuitivamente como homem natural e serve como objeto às ciências positivistas, como a psicologia empírica. O “eu” transcendental, possível via redução fenomenológica, não é parte empírica do mundo como um complexo de dados sensoriais ou de atos psíquicos, mas antes uma inerência do sentido próprio do mundo para o “eu” intencional. Ou seja, seria a dimensão essencial da posição do ego em relação às vivências intencionais. Constata-se, nessa distinção, o forte caráter idealista de Husserl, que a partir das digressões empírico-transcendentais discorrerá sobre uma teoria egológica, na qual a reflexividade da consciência é a fonte da constituição do mundo pessoal.

O projeto transcendental de Husserl, em especial a suspensão plena dos pré-julgamentos, mostrou-se inviável na transposição para a prática da fenomenologia. Como bem afirma o filósofo francês Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) “O maior ensinamento da redução é a impossibilidade de uma redução completa” (1945/1999, p.8), desde que o sujeito é situado no mundo, não sendo possível se desconectar de sua realidade empírica. Merleau-Ponty critica o espírito absoluto da consciência purificada de Husserl, na qual os atos intencionais livremente doam significações, substituindo o mundo pela significação mundo. De certo modo, o filósofo francês anuncia a falha do alemão em tentar emparelhar os pólos sujeito e objeto através da consciência reflexiva. No entanto, reconhece a importância da redução fenomenológica como recurso lógico essencial para reorientar a ciência empírica às dimensões da vivência e significação subjetivas.

Na fenomenologia-existencial de Merleau-ponty, será eliminada qualquer espécie de idealismo. O sujeito, para o francês, não submete o mundo segundo um afastamento descritivo-reflexivo tal como encontra-se na fenomenologia transcendental. Há, em

Merleau-Ponty, um reconhecimento da união primordial, pré-reflexiva, entre sujeito e mundo, de modo que a carne do sujeito é também carne do mundo (Damon, 2005). Na obra *Fenomenologia da Percepção* (1945/1999), Merleau-Ponty aponta para uma diferença fundamental em sua concepção de “eu” quando comparada ao “eu” husserliano. Para o filósofo francês, o “eu” não é naturante, ou seja não é consciência como em Husserl. Por conseguinte não é um espetáculo privado, uma vez que se põe a mostra a outrem. O mundo, por sua vez, não é o das significações da consciência intencional, mas o da troca das múltiplas perspectivas que outros sujeitos, como eu, têm sobre ele (Damon, 2005).

Thompson (2007) relembra que os existencialistas evitaram os problemas da redução transcendental substituindo transcendência por existência, claramente indicados nas sínteses dos passos reflexivos da fenomenologia. Por exemplo, comparando-se os passos fenomenológicos em Merleau-Ponty (1945/1999) com os passos husserlianos (1913/2006) verifica-se que para o francês o primeiro passo seria a *Epoché* ou a suspensão de crenças no mundo, sendo o segundo passo a redução eidética ou a especificação das essências dos qualificantes da experiência. No terceiro passo é que a modificação aparece com toda força. A redução transcendental ou elucidação da intencionalidade é substituída pela interpretação dos significados emergentes. Foi essa reformulação das reduções fenomenológicas que ensejou a aplicação desta lógica à pesquisa empírica.

Para Küng (1975), ainda que buscando reformular os pressupostos lógicos legados por Descartes às ciências empíricas, Husserl manteve-se consistentemente na análise metafísica da reflexividade como o filósofo francês havia feito. A evolução do entendimento transcendental de Husserl para a noção enraizada na experiência ocorreu tardiamente pela ruptura com a influência de Descartes. Através da noção mundo da vida (*Lebenswelt*), Husserl iniciou uma incursão nas interferências contextuais, existenciais e intersubjetivas para a compreensão da relação intencional consciência-mundo. Com efeito, o mundo da vida ofereceu um novo horizonte reflexivo às ponderações iniciais do período transcendental do alemão, e foi fundamental para o existencialismo que o seguiu. É dessa fase o célebre texto *A crise das ciências européias e a fenomenologia transcendental* (1936/1989), em que se aborda a natureza intersubjetiva da consciência.

1.2.2. A psicologia fenomenológica em Husserl

É importante contextualizar o cenário científico a partir do qual Husserl estabelece suas primeiras interlocuções com a psicologia empírico-científica. Em 1903, escreveu um pequeno texto sobre a lógica formal científica na Alemanha, entre os anos de 1895 e 1899 (Husserl, 1913/2006). Procede aí a uma discussão sobre a relação entre fenomenologia e

psicologia descritiva. No período abordado, a psicologia alemã estava dominada por estudos de cunho psicofísico em temas como percepção, pensamento e sensações. Pois será exatamente sobre esses princípios que o filósofo encontrará o contraponto argumentativo para a criação de uma filosofia das essências, anterior ao contato com a empiria.

Tomando por base o princípio epistemológico da compreensão descritiva, herança do filósofo Wilhelm Dilthey, Husserl criticou o que denominou *psicologismos*. Segundo o filósofo (1901/2001), os estudos da subjetividade se definiam, nessas escolas, pela importação do método explicativo das ciências naturais. A subjetividade era então um subproduto psicofísico de uma natureza factual dos corpos humanos. O método até então empregado nas ciências psicológicas não captava a essência constituinte da relação de um sujeito com sua experiência das coisas, mas antes procurava explicar as relações físico-estruturais de modo a encaixá-las em um sistema teórico.

Conforme Husserl (1927) a filosofia fenomenológica traz a tona uma nova disciplina psicológica, com forte preocupação metodológica e fundacionista em relação às demais psicologias empiricistas. Segundo o filósofo, a chamada psicologia fenomenológica⁵ nasceria de uma demanda por reforma nos moldes científicos de se proceder a uma psicologia empírica. Portanto, se propõe como o solo para todas as abordagens que procuram estudar rigorosamente a subjetividade ou a experiência psicológica. Evidencia-se aqui a preocupação do filósofo quanto a uma transição paradigmática na idéia de ciência, em especial a ciência psicológica.

Tentando esclarecer a diferença de sua psicologia fenomenológica pura para as psicologias modernas, Husserl (1927) avalia que as últimas são as ciências que lidam com os aspectos psíquicos em um contexto espaço-temporal concreto e definido. Sendo assim, processos psíquicos como pensar, sentir, desejar, experienciar seriam analisados conforme uma naturalização, fundada em conceitos psicofísicos de psicologia. Tal enfoque excluiria todas as predicções da realidade subjetiva extra-física, as quais corresponderiam, segundo Husserl, à dimensão da experiência de um determinado evento ou processo psicológico.

Por exemplo, quando se investiga o processo da consciência, segundo os moldes psicofísicos, investiga-se a suposta atividade observável externa a esta consciência. Nesse panorama, a consciência já viria imbuída de valores, definições e objetivos, antes mesmo da revelação do sentido estrito da experiência de um indivíduo de estar consciente sobre alguma coisa. Para purificar os fenômenos psicológicos de sua inserção no mundo seria necessário realizar a redução fenomenológica psicológica (Husserl, 1913/2006).

⁵ Termo utilizado por Husserl pela primeira vez em 1913.

Igualmente importante na discussão sobre a relação entre fenomenologia e psicologia é a comparação usual entre a iniciante psicologia experimental de Wilhelm Wundt (1832-1920) e a fenomenologia de Husserl. Ambas disputavam o desvendamento do mesmo fenômeno: a operacionalidade da consciência imediata. Contudo, tem-se de partida uma diferença entre as duas abordagens: a psicologia da introspecção de Wilhelm Wundt (1832-1920) e a psicologia fenomenológica de Husserl. Ambas estão interessadas no aparecimento de fenômenos à consciência. Todavia, Wundt voltava-se para a apercepção, que é o processo de consciência sensorial dos fenômenos, e não para a consciência significada dos mesmos. A psicologia experimental de Wundt utilizava o laboratório científico, base ao desenvolvimento das ciências naturais, para o estudo da consciência imediata. Em contraste, a psicologia fenomenológica de Husserl (1925/1977) era descritiva, apriorística, intuitiva, e se concentrava na explicitação dos atos intencionais, isto é, no movimento da consciência imediata em direção ao objeto da experiência.

O contato de Husserl com a psicologia data de seus primeiros escritos, uma vez que, segundo o filósofo (apud Goto, 2008), tanto a fenomenologia como a psicologia buscam o acesso à subjetividade. Conforme Husserl (1913/2006), a psicologia é uma ciência empírica, sendo, portanto, uma ciência de fatos – no sentido de David Hume – e também uma ciência de realidades em um mundo espaço-temporal concreto. Por outro lado, a fenomenologia pura, em consonância com a psicologia pura transcendental, visa a universalidade da essência do fenômeno psicológico, abstraído de sua universalidade empírica.

Contudo, como fica claro ao longo da obra husserliana, esta alteração de perspectiva e foco investigativos requer uma transição da atitude exploratória para com o objeto da investigação da ciência. Nesse sentido, a psicologia fenomenológica husserliana não deve ser concebida como uma nova abordagem psicológica acadêmica, tampouco como uma psicologia com determinações para o trabalho empírico com fatos. É antes disso um pressuposto epistemológico, que encontra respaldo programático fundacionista na análise da subjetividade transcendental. Ou seja, não mantém compromisso com a empiria, mas com um programa de redefinição do objeto e método ao qual uma ciência empírica posteriormente deverá se debruçar.

Embora o acima exposto denote divergência de interesses entre psicologia fenomenológica pura e psicologia empírica, o embate não deve limitar o vislumbre das influências da fenomenologia para a psicologia. Como aponta Husserl em seu verbete para a enciclopédia britânica (1927), uma psicologia fenomenológica pura é absolutamente necessária para a construção de uma nova psicologia empírica exata e fiel aos

delineamentos próprios ao seu objeto de estudo. Em relação a esta afirmação, nota-se uma atenção especial do autor para a discussão sobre a virada ontológica necessária à redefinição dos ditames do processo de conhecimento (epistemologia). Com maior clareza e consistência, Husserl proclamará em meados da década de 1930 a falência do sentido ontológico inerente às ciências de sua época. Contudo, sua discussão sobre a psicologia fenomenológica pura já aparece, na década de 1920, permeada por esta preocupação.

Ainda sobre a posição de Husserl quanto às psicologias modernas empíricas, o filósofo irá afirmar que sua crítica ao método psicológico não nega o valor da psicologia como disciplina experimental, mas se dispõe a expor falhas, que considera radicais, na lógica da orientação natural quando aplicada à subjetividade (Husserl, 1913/2006). Nesse sentido, o filósofo avalia que não são a psicologia e suas respectivas demarcações de domínio de estudo e terminologia que restringem a entrada da fenomenologia em seu escopo programático, mas “uma questão de fundamentos de princípio no estudo da experiência e do pensar” (1913, p.29).

Em uma conferência proferida em Londres em 1922, sobre o método fenomenológico e a filosofia fenomenológica, Husserl afirmou que o seu interesse principal era a multiplicidade expressiva de sujeitos conscientes comunicando-se uns com os outros (Lanigan, 1997). Em termos técnicos, a análise fenomenológica deveria confrontar os elementos constituintes de um fenômeno na consciência, com a estrutura geral dos modos de intuição. Esse processo não implicaria uma dissecação do fenômeno em partes separadas, mas distinguiria seus constituintes, examinando as relações e conexões com fenômenos adjacentes, e com o próprio sentido geral intuído. Essa descrição é um ato comunicativo e estrutura-se na linguagem (Lanigan, 1997).

De acordo com Husserl (1927), a edificação sistemática de uma psicologia fenomenológica pura demandaria os seguintes passos:

1. Descrição das peculiaridades universalmente pertencentes à essência do processo mental intencional, que inclui as leis mais gerais de síntese das conexões da consciência;
2. Exploração de formas singulares do processo mental intencional, em consonância com a exploração das sínteses da consciência nas quais os processos intencionais são pertencentes. Tendo em vista uma tipologia de suas essências deve formular sínteses que são particulares e extensivas a outros indivíduos, e fechadas em uma finitude ou contínuas em uma abertura infinita.
3. Demonstração da descrição das características essenciais de um fluxo de consciência universal.

4. O termo “eu” designará uma nova direção para a investigação (ainda abstraído do significado social de sua palavra) em referência às formas essenciais de sua “habitualidade”. Em outras palavras, o “eu” como tema de crenças ou tendências de pensamento – “persuasões” – (convicções sobre o ser, valores, decisões volitivas, etc), como assunto pessoal de hábitos, do pensamento treinado e de certas qualidades do caráter.

O trabalho de Husserl sobre as relações intencionais entre consciência e fenômenos da consciência detivera-se à demarcação de uma nova compreensão e orientação para o entendimento da consciência. Sua crítica aos psicologismos (Husserl, 1901; 1913; 1929), estruturou-se como projeto teórico de superação das pretensões em objetivar a experiência psíquica. O autor (1907/2000) afirmou que todos os erros básicos vinculados às teorias modernas do conhecimento, incluindo os erros da psicologia, estão em pressupor metabases conceituais pelas quais um saber deve se estruturar.

Serão expostas a seguir três tentativas de diálogo entre fenomenologia eidética e psicologia empírica. Todos os exemplos listados recorreram, em alguma medida, a fragmentos da teoria husserliana e por esse motivo servirão de fonte para a discussão da transposição eidético-empírico na fenomenologia, focalizando o preceito da redução fenomenológica.

1.3. Influências do método fenomenológico eidético para a pesquisa em psicologia

Segundo Giorgi (1998), a psicologia empírica de base fenomenológica, como descrita pelos psicólogos, herdou postulados fundamentais da psicologia eidética de Husserl, tais como o cuidado descritivo dos fenômenos, a redução fenomenológica e a procura por essências. A transição do eidético para o empírico na fenomenologia se concretizou primeiramente nas mãos do filósofo alemão Max Scheler (1874-1928). O método transcendental de Husserl foi adaptado por Scheler para ser utilizado na investigação das formas expressivas. O foco da pesquisa foi a fala, entendida por Scheler como expressão concreta de uma intencionalidade (Spiegelberg, 1982).

Por outro lado, a herança do método fenomenológico para a empiria em psicologia foi apenas difundida de forma concisa na psicologia norte americana nas décadas de 1960 e 1970. De acordo com Stevens (2000) a chegada da tradição fenomenológica na psicologia norte-americana ocorreu na década de 1930, com os psicólogos da Gestalt. Contudo, o interesse pela fenomenologia só alcançou maior repercussão com o movimento humanista, popularizado na década de 1950. Vale ressaltar que, tanto na escola da Gestalt quanto no Humanismo norte-americano, o entendimento da fenomenologia era conceitual ou mesmo

clínico, mas não metodológico. Para Giorgi (2006), o que dificultou a propagação da fenomenologia nos EUA foi a falta de exposição consistente da filosofia fenomenológica e a forte tradição pragmatista da cultura anglo-saxônica.

Na esfera da pesquisa empírica, Spiegelberg (1982) aponta que a redução fenomenológica, elemento central da fenomenologia transcendental, não é um procedimento adotado uniformemente por todos os pesquisadores que trabalham com o método fenomenológico. Isso ocorre, segundo o autor, porque mesmo em sua fonte o conceito nunca foi definido de maneira não ambígua ou definitiva. Este pode ter sido, conforme aponta Giorgi (2006), um dos problemas encontrados para a criação de uma psicologia empírico-fenomenológica como abordagem sólida na psicologia acadêmica norte-americana. O desenvolvimento desse programa de psicologia em outros países, como o Brasil, também encontrou dificuldades para se estabelecer como tendência uniforme de pesquisa. O estudo II dessa dissertação tentará oferecer evidências concretas que dêem sustentação a essa tese.

1.3.1. O grupo da *Duquesne University*: sistematização técnica dos postulados lógicos

Conforme Stevens (2000), os estudos da *Duquesne University* representam a tentativa mais explícita de se desenvolver um método fenomenológico sistematizado para a psicologia. O movimento fenomenológico iniciado pela *Duquesne University* nas décadas de 1960 e 1970 alcançou níveis de organização metodológica e de prática de pesquisa mais próximos à tradição filosófica do que a fenomenologia herdada pela Gestalt e o Humanismo. Este grupo de pesquisadores destacou-se pelo alto valor concedido à redução fenomenológica, indo além de uma perspectiva puramente descritiva de pesquisa. O preceito da redução foi traduzido empiricamente por este grupo como a procura de constituintes invariáveis ou elementos essenciais na estrutura experiencial de um sujeito.

Vale ressaltar que o uso da fenomenologia pela empiria em psicologia é anterior à consolidação da *Duquesne University* como centro de pesquisas fenomenológicas nos EUA. Segundo Spiegelberg (1982), a fenomenologia foi apropriada pelas ciências humanas, genericamente, em torno de sete passos metodológicos característicos. São eles: 1) investigação de um fenômeno particular, 2) investigação de essências gerais, 3) apreensão de relações essenciais entre constituintes do fenômeno, 4) observação de modos de aparecimento do fenômeno, 5) observação da constituição do fenômeno na consciência, 6) suspensão de crenças na existência do fenômeno, e 7) interpretação do significado do fenômeno. De acordo com o autor, os três primeiros passos foram amplamente aceitos e aplicados por praticamente todos que se alinhavam, na primeira metade do século XX, com

o movimento fenomenológico. O caráter descritivo do método foi inclusive adotado pela escola da *Gestalt*, que solidarizou-se com a proposta epistemológica da fenomenologia.

Um marco histórico dos primeiros trabalhos empíricos com o referencial fenomenológico publicado nos EUA foi o artigo “Análise fenomenológica exemplificada por um estudo da experiência de se sentir realmente compreendido” (1959). O trabalho foi escrito pelo Psicólogo norte-americano Adrian Van Kaam (1920-2007) e serviu à época como pedra fundamental para a criação de um movimento fenomenológico de pesquisa no país. A *Duquesne University* representou o espaço onde tal programa de pesquisa alcançou níveis profícuos na divulgação da fenomenologia na psicologia acadêmica. Em especial, o método de Van Kaam previa encontrar na expressão dos participantes de uma pesquisa um núcleo comum de experiências. Para tanto, elaborou seu método em cinco etapas técnicas de sistematização dos dados (Moreira, 2002). São elas:

1. Obter um núcleo de experiências comuns;
2. Listar e preparar um agrupamento preliminar rudimentar de cada expressão apresentada pelos participantes;
3. Redução e eliminação de constituintes expressivos não significativos aos núcleos construídos na compreensão da experiência;
4. Identificação dos constituintes descritivos – rotulação dos núcleos que reúnem temas em comum;
5. Identificação dos constituintes descritivos por aplicação.

Conforme Moreira (2002), o método de Van Kaam concentra-se na investigação das essências do fenômeno experienciado por um sujeito (passo quatro). No entanto, não chega a mencionar a suspensão fenomenológica ou *epoché*. De modo semelhante a proposta da Van Kaam, mas com maior definição pragmática e clareza, Colaizzi (1978 apud Moreira, 2002) descreveu sete passos técnicos característicos à uma análise fenomenológica.

O autor inicia propondo a leitura de todas as descrições dos participantes, convencionalmente chamadas de protocolos, de forma a adquirir uma visão geral (passo um). Realizada essa atividade sugere o retorno a cada protocolo para extrair frases ou sentenças que digam respeito diretamente ao fenômeno investigado (passo dois) – isso é denominado como “extração de assertivas significativas”. O terceiro passo recomenda colocar em palavras o sentido de cada assertiva significativa – etapa de formulação de sentidos. Na quarta etapa pede-se que repita o procedimento três para cada protocolo de forma a organizar os sentidos formulados em “conjuntos de temas”. A idéia é testar esses conjuntos de temas contra os protocolos originais de forma a validá-los. O quinto passo

prescreve a integração dos resultados obtidos até agora em uma descrição exaustiva do tópico investigado, para então (passo seis) formular uma declaração de sua estrutura, da forma mais inequívoca possível. O último passo consiste em validar a declaração do pesquisador, retornando a cada participante e – ou numa entrevista simples ou numa série de entrevistas – perguntar sobre a adequação dos resultados obtidos.

Novamente, segundo Moreira (2002), não se faz menção ao pressuposto redutivo da suspensão valorativa sobre os aspectos naturais do fenômeno em investigação. Nota-se aqui uma tendência metodológica de organização do material através do contraste entre compreensão geral do texto e seus elementos temáticos essenciais constituintes da expressividade. Nesse sentido, preza-se pela análise descritiva e compreensiva da experiência alheia, praticando-se o método da variação imaginativa livre. No entanto, as análises não submetem o pesquisador a uma avaliação prévia de suas crenças sobre o fenômeno em investigação. A adoção do reconhecimento de posições pessoais perante um tema em investigação poderia auxiliar na suspensão dessas interferências no momento da coleta e leitura do material.

Igualmente amparado nessa tradição de pesquisa, Giorgi (1985) descreveu outros cinco procedimentos técnicos a serem adotados na análise de depoimentos experienciais (Tabela 1.2.). Giorgi, por sua vez, reconhece o cuidado ao se proceder a redução fenomenológica em suas dimensões suspensiva e eidética (2006). O autor chega a admitir que uma pesquisa que não use nenhum tipo de redução não pode se denominar de fenomenológica (1997). Ao longo de sua obra (1985, 2001, 2006) tem dado destaque para a transposição fiel de um método eminentemente filosófico para sua operacionalização em termos científicos. Giorgi é também reconhecido por sua defesa da psicologia como uma ciência humana (1970), sendo a fenomenologia a principal fundamentação desta tese.

Há que se apontar que se de um lado o movimento da *Duquesne* abriu frentes para a difusão do método, por outro foi radical na defesa de uma psicologia fenomenológica estrita, dificultando o diálogo com as demais abordagens (Gauer, Gomes & Holanda, 2004). Outras tentativas de transposição da fenomenologia para a psicologia parecem ter encontrado a mesma dificuldade de se estabelecer no cenário das práticas de pesquisa, mas por diferentes motivos. Vejamos a seguir.

1.3.2. A fenomenologia experimental e o estudo da percepção

Uma segunda tendência em psicologia que buscou correlacionar os pressupostos da fenomenologia filosófica husserliana com os interesses da psicologia empírica foi a Fenomenologia Experimental. Em meados da década de 1970 alguns pesquisadores da

psicologia experimental iniciaram a aplicação da lógica redutiva fenomenológica para o estudo da percepção, em especial a percepção visual. Tal tendência ganhou destaque com a publicação, no ano de 1977, do livro “Experimental Phenomenology: an introduction”, do psicólogo britânico Don Ihde.

Tabela 1.2. *Transposição metodológica eidético-empírico / Giorgi (1997)*

<i>Método fenomenológico filosófico⁶</i>	<i>Preceitos lógicos para o Método fenomenológico científico</i>	<i>Etapas técnicas do Método fenomenológico científico</i>
1. Redução fenomenológica	Produção de uma descrição concreta e detalhada de experiências específicas, conforme a atitude cotidiana de outras pessoas.	Coleta dos dados verbais / descrição de experiência ou entrevista.
2. Descrição	Adoção da redução pelo pesquisador / subjetividade de quem descreve não é excluída.	Leitura dos dados / obter sentido global dos dados.
3. Busca das essências	Busca de essências científicas / especificar os sentidos concretos mais constantes em um contexto determinado.	Divisão dos dados em unidades / cada vez que o pesquisador percebe uma mudança de sentido textual posiciona-se a direção e depois prossegue a leitura.
4. X	X	Organização e enunciação dos dados brutos na linguagem da disciplina.
5. X	X	Síntese dos resultados / descrição da estrutura essencial da experiência concretamente vivida.

Diferentemente da escola da *Duquesne University*, em que se pretendeu consolidar um paradigma de psicologia como ciência humana (Giorgi, 1970), a fenomenologia experimental enfatizou a criação de um programa de ensino. Tal investida teve por base a ilustração dos princípios fenomenológicos via prática experimental. Segundo Ihde (1977), o discurso filosófico sobre fenomenologia apresenta forte obscuridade a outras áreas do conhecimento. Fornece ao leitor conceitos já consagrados na literatura em psicologia, como subjetividade e consciência, mas com significados inteiramente novos. Nessa medida, seria necessário ilustrá-los em uma terminologia acessível aos psicólogos para que posteriormente fossem assimilados.

Ainda sobre as dificuldades da linguagem filosófica, Ihde (1977) afirma que a fenomenologia é reconhecida na filosofia como importante estilo de inquérito. Em

⁶ Giorgi separa a “descrição” e a “busca de essências” da redução fenomenológica para fins didáticos, mas reconhece que os elementos são interligados sob a perspectiva redutiva em Husserl. A redução indicada no primeiro passo da tabela refere-se à alteração de atitude natural para a fenomenológica.

contrapartida, sua presença em outros campos do conhecimento não ultrapassa o nível da influência epistêmica. Não se estabelece, por conseguinte, como uma tradição. Atribui a essa dificuldade a predominância de outros paradigmas teóricos na filosofia da ciência. Sob esta preocupação, a fenomenologia experimental almeja clarificar os conceitos filosóficos da fenomenologia husserliana mediante situações experimentais clássicas.

Tarefas como a apresentação de estímulos que geram ilusão visual (Nielsen, 1963), figuras reversíveis à percepção (ex. Cubo de Necker) e objetos visuais multi-estáveis (Rosemberg, 2008) servem até os dias atuais de exemplo para a demonstração de alguns princípios fenomenológicos. Incluem-se aí o estudo do perspectivismo da intencionalidade da consciência, a relação *noema-noesis* e a utilização da redução fenomenológica para a análise descritiva de protocolos empíricos. A lógica do inquérito fenomenológico no contexto experimental é possibilitar permanentemente uma leitura da realidade perceptiva sem limites prévios que definam o que seja certo ou errado. Neste cenário, suspender as crenças sobre um determinado fenômeno é necessário para abrir as possibilidades do visível aos seus elementos topográficos e estruturais (Ihde, 1977). Seria a própria transição da atitude natural para a fenomenológica, conforme os termos husserlianos.

Opondo-se à crítica de que a fenomenologia seria mais uma forma de subjetivismo exacerbado na psicologia, Ihde tentou demonstrar a origem do mal-entendido. Segundo o autor, o caráter de investigação eidética do processo da consciência confundiu-se, no início do século XX, com o método da introspecção elaborado por Wundt. Entretanto, como frisa o psicólogo britânico, há uma diferença entre o que se entende por introspecção como método investigativo e como processo elementar de autoconsciência. O interesse de Husserl repousa sobre a segunda alternativa, desde que é a reflexividade processual da experiência de estar consciente seu alvo de investigação. Ou seja, trata-se, na fenomenologia, da primazia do método descritivo sobre os modos intencionais essenciais de um indivíduo em relação a sua experiência, ao invés da introspecção como método de alcance às apercepções sensitivas de um sujeito treinado a descrevê-las.

Em relação às propriedades metodológicas da fenomenologia experimental, Ihde (1977) argumenta que a abordagem é um movimento de descoberta reflexiva sobre um determinado fenômeno. Inicia pelo que é aparentemente dado à percepção visual e, através da investigação das variações estruturais desse fenômeno, progressivamente desconstrói a evidência inicial para a partir daí reconstruí-la. Em outros termos, o método requer procedimentos analíticos para ressignificar o contato natural estabelecido inicialmente com um fenômeno. Nesse espectro a suspensão de crenças (*epoché*) sobre o fenômeno focado é assumida como recurso de abertura para a descoberta do evidente. A *epoché* também

serve para excluir generalizações e abstrações que possam ser aplicadas ao fenômeno percebido visualmente.

Contudo, o recurso lógico que propiciará a desconstrução efetiva de um entendimento natural sobre dado fenômeno é o método de variação imaginativa livre, que visará às estruturas da aparência do fenômeno. O método da variação imaginativa depende da dimensão da experiência que se pretende investigar. Por exemplo, a variação perceptiva é contrastante à variação conceitual. A fenomenologia experimental se atém à experiência perceptiva e por essa razão utiliza o exercício da variação estrutural perceptiva sobre o relato de percepções visuais.

De acordo com Ihde (1977), este recurso não é desconhecido por outros sistemas teóricos científicos. No entanto, o emprego sistemático de variações estruturais livres, definida pelo autor como uma regra hermenêutica, é o aparato metodológico central na investigação fenomenológica. Interessante notar que o autor, mesmo amparando-se na fenomenologia eidética descritiva de Husserl, irá reconhecer a hermenêutica ou interpretação inerente à investigação fenomenológica.

Na versão experimental o uso da variação deve ser apenas interrompido quando o número de observações das variâncias do fenômeno encontra uma saturação conforme os objetivos empíricos traçados na pesquisa. De fato, este elemento aparenta ser a medida técnica essencial da fenomenologia experimental. O psicólogo britânico acredita que a fenomenologia descrita por Husserl pode ser comparada a uma ciência empírica por três motivos:

É empírica no sentido de ser observacional em primeira instância; é científica porque está interessada na estrutura de um dado fenômeno; e é psicológica pois seu campo inicial de investigação é o que ocorre na experiência subjetiva. (Ihde, 1977, p.41)

Constata-se aqui certo esforço para se estabelecer um programa de prática experimental pautado em valores diferenciados de análise, respeitando-se outra orientação na busca por evidências do movimento perceptivo. Tem-se aí o entendimento da fala ou percepção como processos psicológicos básicos, o que de outro modo – como no movimento da *Duquesne University* – não se observa. Em uma tentativa sólida, mas não perene, a fenomenologia experimental descrita por Ihde se aproximou às aspirações do filósofo Husserl quanto a reaproveitar a psicologia experimental para reconstruir a lógica analítica da ciência da subjetividade.

1.3.3. A naturalização da fenomenologia e o projeto das ciências cognitivas

Críticas quanto à alta importância concedida pelos fenomenólogos à perspectiva de primeira pessoa e ao seu método de estudo surgiram ao longo das últimas duas décadas (Dennet, 1991; Metzinger, 2000, 2003). Em geral tais críticas versam sobre a radicalidade dos pesquisadores fenomenólogos em excluir as contingências neurofisiológicas para o estudo da consciência. Segundo Metzinger (2003), as análises dos processos lingüísticos de significação da experiência podem ser ampliadas pelo estudo do funcionamento dos processos cognitivos e neurofisiológicos de um indivíduo.

Aliada a essa preocupação, as ciências cognitivas vêm reunindo esforços, nos últimos vinte anos, para superar a lacuna explanatória que divide as explicações metafóricas sobre a realidade da consciência humana e suas propriedades físico-químicas (Brown, 2008). O aporte da fenomenologia tem alcançado destaque neste cenário renovado para o estudo da cognição (Depraz, Varela & Vermersch, 2006; Lutz & Thompson, 2003; Zahavi, 2004). Tal aproximação consiste, inicialmente, em fortalecer o cruzamento entre relatos de experiência subjetiva e protocolos objetivos de pesquisa (Thompson, 2007).

A discussão sobre os possíveis acréscimos da fenomenologia aos estudos contemporâneos sobre a consciência foi, em grande parte, impulsionada pelos trabalhos do filósofo americano Daniel Dennett (1942-). O autor desenvolveu uma filosofia da mente pautada em pesquisas empíricas, nas quais os relatos experienciais de indivíduos deveriam corroborar os achados obtidos por protocolos experimentais. O projeto conhecido por Heterofenomenologia, idealizado por Dennett (1991; 2003), buscou alternativas metodológicas pautadas em neutralidade científica, para o refinamento dos procedimentos de coleta empírica.

A proposta encaminhada pelo filósofo valia-se dos auto-relatos de experiência para auxiliar os experimentadores a aumentar o poder de precisão de seus achados. No entanto, conforme avalia Velmans (2007), tal concepção estaria fundada na descrença sobre propriedades qualitativas da consciência, e no acréscimo empírico fornecido da experiência subjetiva. A Heterofenomenologia descartaria, portanto, os relatos como um novo dado a ser analisado pela pesquisa científica. O princípio da neutralidade e a rejeição da qualidade, advogados por Dennett, evitam o reconhecimento das descrições subjetivas da experiência como fontes importantes sobre o processo da consciência.

Esta primeira aproximação à fenomenologia subscreve um projeto específico de naturalização, no qual a incorporação da tradição teórica husserliana se traduz em redução ao lócus objetivo-científico explanatório (Brown, 2008). Na Heterofenomenologia de Dennett, os sentimentos subjetivos dos participantes são simples fontes de informação para

o alcance da “natureza real” dos processos cognitivos. Não se respeita aí o projeto de refundação científica almejado por Husserl, tampouco seu status de tradição filosófica.

De modo distinto, um novo modelo de naturalização vem sendo desenvolvido por cientistas cognitivos (Lutz & Thompson, 2003) com o objetivo de descobrir o elo ausente entre a fenomenologia e as ciências cognitivas. Esses pesquisadores estão reunindo descrições fenomenológicas eidéticas e matemática neurofuncional no mesmo nível formal de análises, no que se tem reconhecido como o projeto da Neurofenomenologia. Espera-se que tais aproximações possam gerar entendimentos compatíveis e complementares acerca do funcionamento da consciência. Nesse projeto de matematização da fenomenologia estão envolvidos três estágios: 1) o estágio fenomenológico que envolve o exame de dados e a determinação de invariantes descritivas desses dados; 2) o estágio matemático, que busca formular um modelo dinâmico em relação aos estados cognitivos, e a subsequente correlação das invariantes estruturais fenomenológicas com as dinâmicas neurais; e 3) ao final, concluindo a naturalização, interpretar as invariantes fenomenológicas via algoritmos matemáticos (Roy, Petitot, Pachoud & Varela, 1999).

As diferenças, inicialmente identificadas como epistemológicas (Noë, 2007), entre ciências naturais e fenomenologia, enfraqueceram do ponto de vista da ciência com o passar das décadas. Este afrouxamento encontrou justificativa e respaldo na crescente preocupação pelo enriquecimento da empiria e o subsequente fortalecimento do argumento científico. Nesse sentido, tem se buscado a complementaridade entre dados de primeira e terceira pessoa (Thompson & Varela, 2001; Varela, 1996). Por dados de primeira pessoa entende-se o tipo de informação derivada da experiência subjetiva individual posteriormente relatada a um conjunto de indivíduos.

Segundo Roy (2003), a validade de um conhecimento de primeira pessoa deve repousar sobre a descrição do acesso a um fenômeno pela perspectiva do indivíduo que o acessou, culminando com o relato livre deste acesso a outros indivíduos. Já por dados de terceira pessoa entende-se aquela informação que vários observadores podem ter acesso simultâneo e preciso (Overgaard, 2001). Os dados de terceira pessoa são construídos sob forma de conceitos ou imagens objetivas, de modo a favorecer uma identidade expressiva, uniforme e isenta de subjetivações.

É, portanto, objetivo das neurociências e das ciências cognitivas o alcance de conhecimentos rigorosos e refinados sobre o funcionamento da consciência, em substituição aos conceitos teórico-explanatórios sobre o processo mental (Depraz, Varela & Vermersch, 2006). Desse modo, as ciências buscam solucionar uma antiga lacuna explanatória entre o caráter fenomenal da experiência – dados de primeira pessoa – e a

natureza física do cérebro/corpo – dados de terceira pessoa. Para Chalmers (1995), essa lacuna pode ser considerada o principal problema das ciências, uma vez que se constitui como separação entre a representação simbólica de uma dada realidade e o conhecimento fundamentado em dados empíricos desta mesma realidade.

A Neurofenomenologia, idealizada na década de 1990, se apresenta como uma das alternativas para solucionar tal lacuna. Dentre seus objetivos, é central a integração das propriedades fenomenais experienciadas e relatadas por indivíduos com propriedades extraídas de comportamentos neurofuncionais investigados pelas ciências naturais (Bayne, 2004). O biólogo e filósofo chileno Francisco Varela (1946-2001), um dos pioneiros da neurofenomenologia, buscou em Husserl inspiração para a reorientação dos estudos sobre neurociência e neurofisiologia da consciência. Sob o prisma metodológico, o modelo da neurofenomenologia caracteriza-se pelo uso rigoroso e extenso de dados de primeira pessoa, acerca da experiência de um indivíduo, como heurística para descrever e quantificar as neurodinâmicas da consciência (Lutz, 2002). O programa de pesquisa definido por Varela (1996) buscou gerar novos dados de análise, pela incorporação de explorações fenomenológicas refinadas da experiência aos protocolos experimentais de pesquisa neurocientífica da consciência (Lutz & Thomson, 2003).

Para a transição filosófico-empírico, no terreno pragmático das neurociências, Depraz, Varela e Vermersch (2006) apresentaram uma versão renovada de análise fenomenológica, cuja fundamentação se ampara em uma proposta de modificação do estatuto da fenomenologia. Os autores criticam as práticas analíticas pautadas no enfoque hermenêutico tradicional, que, em sua execução, estariam comprometidas com interpretações livres e a perpetuação da lógica do comentário. No viés questionado pelos autores, a observação dos fenômenos continuaria revestida por bases analíticas pré-judicativas, contrárias à atitude da redução.

Como alternativa de contraposição a essa tradição, afirmam a via do estatuto pragmático, em nome de uma exigência exploratória única capaz de renovar os procedimentos da fenomenologia como método de descrição e de explicação categoriais. Para os pesquisadores a lógica da redução na Neurofenomenologia deve ser traduzida em três fases técnicas: 1) uma fase de suspensão pré-judicativa (ruptura com atitude natural), 2) uma fase de conversão da atenção do “exterior” para o “interior”, e 3) uma fase de deixar vir, ou de acolhimento da experiência. A tomada de consciência tematizada e gradual de um fenômeno ocorreria, segundo os autores, pela ligação orgânica entre essas três fases.

Para exemplificar, citamos o estudo pioneiro realizado por Lutz, Lachaux, Martinerie e Varela (2002), no qual se pesquisou a percepção visual de estímulos 3D e a experiência subjetiva de indivíduos na resposta aos estímulos. A análise fenomenológica dos relatos dos participantes identificou que o tipo de prontidão ao estímulo (prontidão imediata, prontidão fragmentada, sem prontidão) foi elemento invariável dentro da estrutura expressiva de cada indivíduo. Para a identificação de padrões entre os dados descritivos da experiência e os resultados dos protocolos de eletroencefalograma obtidos no experimento, foram utilizadas indutivamente as categorias definidas na análise fenomenológica. Os resultados da comparação evidenciaram convergência entre os subtipos experienciais de prontidão aos estímulos e o padrão sincrônico neurofuncional dos participantes.

Gallagher (2003), ao discorrer sobre algumas variantes de aplicação do método fenomenológico no contexto das neurociências cognitivas, destacou a neurofenomenologia como uma das frentes principais de análise. Segundo o pesquisador, são três os modelos mais usuais de aplicação. O primeiro seria a neurofenomenologia, em seu trabalho de cruzamento de auto-relatos descritivos com testes de dinâmica neurofuncional (Depraz, Varela e Vermersch, 2003; Lutz & Thompson, 2003; Thompson, 2007). A segunda variante seria a fenomenologia enquanto método qualitativo das ciências humanas. Neste modelo, os relatos de experiência são categorizados em conteúdo e/ou forma e posteriormente interpretados a luz da teoria fenomenológica clássica (Garza, 2007; Giorgi, 2006). No terceiro modelo, chamado de fenomenologia *front-loaded*, utiliza-se o método fenomenológico como recurso exploratório no início de uma pesquisa para refinar o delineamento da análise (Patton, 2002).

Thompson (2007) argumenta que as ciências cognitivas vêm paulatinamente se dando conta da incompletude de seus métodos de pesquisa. Até meados da década de 90, o foco metodológico dos estudos sobre o processo cognitivo realizou-se via psicométrica e protocolos experimentais validados objetivamente. Tal enfoque contribuiu para negligenciar ou distorcer a investigação de temas como afeto, emoção, motivação, consciência e subjetividade. O autor relembra que essas insígnias foram abordadas nas ciências cognitivas, entre as décadas de 50 até meados dos anos 90, como processos mentais explicitados metaforicamente por abstrações conceituais.

Com o cognitivismo (dominante entre 1950 e 1980) a metáfora da mente foi o computador digital; para o conexionismo (dominante na década de 80) a mente era entendida como uma rede neural; e para o dinamicismo incorporado (dominante na década de 90) a metáfora da mente foi representada pela tese dos sistemas dinâmicos incorporados

ao mundo. Esta terceira concepção foi, inclusive, adicionada ao piloto do projeto neurofenomenológico, quando Varela, Thompson e Rosch (1991) buscaram explicar sua *Mente Incorporada* pela integração entre teoria dos sistemas dinâmicos e os interesses fenomenológicos na subjetividade humana e na experiência. Sob o olhar crítico dos neurofenomenólogos, a ciência cognitiva estava sendo:

Uma teoria da mente sem ser uma teoria da consciência. É uma teoria sobre o que se passa em nossas mentes quando elas estão conhecendo sem ser uma teoria sobre como é ser uma mente conhecedora. (Roy et al., 1999, p.7)

O resgate da filosofia de Husserl mostrou-se inevitável neste panorama, uma vez que a demanda pela inclusão da subjetividade e o aspecto experiencial tornaram-se prioridade para o estudo da consciência. Como já afirmamos anteriormente, a união da fenomenologia husserliana aos pressupostos cognitivos e neurocientíficos exigiria uma adequação importante à perspectiva explanatória das ciências naturais. Os idealizadores da neurofenomenologia entendem, entretanto, que o anti-naturalismo identificado na literatura de Husserl responde apenas por motivações científicas equivocadas e limitadas do filósofo alemão (Roy et al., 1999). Segundo os autores, uma descrição matemática genuína da consciência experiencial é possível com as novas tecnologias da neurobiologia, e como consequência disso os grandes impedimentos para a naturalização da fenomenologia teriam sido removidos.

Todavia, como aponta Zahavi (2004), a oposição de Husserl ao naturalismo não se baseia em motivações científicas, mas fundamentalmente em razões filosóficas que afirmam enfaticamente a subjetividade transcendental em detrimento dos objetivismos positivistas. Nesse sentido, é importante compreender que a teoria da intencionalidade de Husserl buscou antes redefinir a natureza da objetividade consolidada no naturalismo do que apresentar um novo conceito de consciência. Não se trata, para a fenomenologia, de discutir a consciência empírica e objetiva do mundo, mas antes a apropriação subjetiva – subjetividade transcendental – do mundo. A consciência seria estudada, portanto, como a descrição da estrutura experiencial dos fenômenos e não como uma ocorrência natural objetivada por conceitos.

1.4. Discussão

A inspiração dos trabalhos de Husserl serviu à psicologia do século XX como reflexão cuidadosa sobre os modos de investigação da subjetividade. Contudo, não parece ter sido suficiente para uma mudança real no programa epistêmico empiricista. Em especial, trouxe a tona mais do que uma revisão metodológica das práticas científicas.

Como apontado ao longo do texto, o autor visava antes de tudo uma reforma lógica sobre a consciência reflexiva, realocando o valor da experiência nos rumos do processo de conhecer.

Na primeira fase dos trabalhos do filósofo alemão, que vai até 1913, tentou-se consolidar o método fenomenológico como prerrogativa de uma ciência transcendental de rigor. O método filosófico husserliano pretendia o acesso à consciência pura. Contudo, através do interesse crescente pelas dimensões ontológicas do tempo subjetivo e do espaço de efetivação da existência, o autor mudou de direção, saindo da fundação epistemológica das ciências para a investigação do estatuto ontológico do ser. Há que se ressaltar, como frisado na revisão teórica, que as inspirações fenomenológicas para a pesquisa empírica de psicologia se reportam, em grande parte, a esta primeira fase dos escritos de Husserl. É certo, por outro lado, que quando se fala de uma psicologia fenomenológica empírica e acadêmica a referência se desloca para os textos do filósofo nas décadas de 1920 e 1930.

Os três modelos vislumbrados de transposição da lógica transcendental husserliana para a prática empírico-científica não aparentam ter alcançado, ou mesmo almejado uma reforma epistêmica sólida. No caso específico da *Duquesne University* é possível avaliar que sua realização empírica de fenomenologia serviu de base para a construção de um sistema organizador de protocolos descritivos de auto-relatos. Não foi, contudo, bem sucedida na explanação dos recursos interpretativos inerentes a sua catalogação de unidades temáticas. Em outros termos, manteve obscura a passagem da descrição à compreensão fenomenológica por não assumir o viés hermenêutico presente na sua definição de unidades de sentido (fase intermediária do modelo técnico).

Além disso, esta escola se restringiu ao conteúdo vivencial dos relatos, contradizendo a própria auto-crítica realizada por Husserl quanto sua versão de psicologia descritiva nas *Investigações Lógicas* (1901/2001). Seria, portanto, mais importante, conforme o projeto fenomenológico original, alcançar o movimento da intencionalidade pré-reflexiva do que se ater aos conteúdos significados da experiência cotidiana. Em suma, o protocolo técnico da psicologia empírico-fenomenológica da *Duquesne* foi importante para a rediscussão dos métodos qualitativos de pesquisa em psicologia, porém não alçou maiores vôos quanto ao desvelamento do movimento intencional da consciência.

Em relação à definição de qualitativo vinculada à fenomenologia, Gomes (2008) argumenta que as várias modalidades de pesquisa qualitativa decorrem da combinação ou releitura de três fundamentos metodológicos: a etnografia, a fenomenologia e a semiótica. Entretanto, um dos pontos conceituais básicos para a distinção entre a análise fenomenológica de outras modalidades qualitativas encontra-se no enfoque ontológico da

consciência intencional empreendido pela fenomenologia. Se o foco na intencionalidade da consciência se ausenta da análise uma pesquisa não pode ser considerada fenomenológica.

Um ponto de desataque nessa discussão é a relação entre lógica e técnica nas pesquisas que investigam qualidades. Como em outras pesquisas qualitativas, há nas variadas estratificações técnicas fenomenológicas uma lógica analítica específica embutida. Os procedimentos lógicos presentes na técnica fornecem a medida da especificidade de um método, ao passo que articulam a racionalidade que conduz a análise (Gomes, 2008). No exemplo da fenomenologia esta racionalidade se faz presente na mediação entre o que é dado como referência e o que é tomado como significado. Através dos três exemplos de fenomenologia empírica evidenciou-se que a mediação se configura aí a níveis similares às reduções psicológica e eidética descritas por Husserl. Isto é, prescrevem a suspensão de juízos sobre uma determinada realidade e sugerem a busca por invariâncias essenciais em um fenômeno. De fato, resta ainda a operacionalização concreta de uma redução fenomenológica transcendental, tema caro a fenomenologia de Husserl.

No entanto, já sob estes critérios de redução para o intercâmbio entre referência e significado encontram-se constantes críticas ao método fenomenológico de pesquisa. Isto porque a mediação empregada no trabalho com os dados empíricos é acusada (Depraz, Varela e Vermersch, 2006; Metzinger, 2003) de estar invariavelmente submetida a alguma forma de interpretação ou enviesamento do pesquisador. Conforme os padrões de pesquisa científica, esta característica dificultaria a uniformização técnica da redução fenomenológica para aplicação em diferentes contextos empíricos e experimentais. Restringindo, portanto, o controle e a replicação do método.

Em análise das dificuldades do diálogo entre as ciências empíricas e a fenomenologia pura descrita por Husserl, Noë (2007) avalia que a tradição husserliana concebe a reflexão do sujeito experiencial apartada aos acontecimentos empíricos circundantes à experiência subjetiva. Preocupa-se excessivamente com o sistema lógico de composição das essências no espírito humano. Tal característica, iminente transcendental, levaria a um isolamento epistemológico da fenomenologia de Husserl, quando comparada aos sistemas naturalistas de validação de conhecimento. É como se houvesse uma clara divisão entre a lógica autônoma da constituição da percepção – fenomenologia pura – e o projeto empiricista de análise dos processos e funções cognitivas. Destarte, de um lado encontraríamos o argumento do desvelamento das relações intencionais entre consciência e fenômenos individualizados por esta consciência (fenomenologia husserliana); e de outro, as teses propositivo-explicativas das características invariáveis da natureza da consciência (Neurofenomenologia, por exemplo).

Há que se destacar aí duas linhas de argumentação conflitantes sobre a relação entre fenomenologia e ciências empíricas. De um lado, se o objetivo das ciências empíricas foi buscar inspirações metodológicas para praticar fenomenologia como um recurso técnico tal empreendimento já alcançou sucesso. Contudo, se o interesse for estabelecer um novo programa científico, com definições lógicas claras e diferenciadas, como queria Husserl, esbarra-se invariavelmente em um conflito paradigmático sobre critérios de acesso a verdade. Tal dificuldade se justifica também pela árdua tarefa de realizar uma psicologia de fundação às bases empiricistas consolidadas nas ciências moderna e contemporânea.

Para a redefinição de um programa de ensino e pesquisa fenomenológicos coerentes com a teoria husserliana e seus derivados seria necessário o desenvolvimento de novas propostas sobre a conjugação da redução fenomenológica, como princípio investigativo, à busca por evidências, na forma de tendências do movimento intencional pré-reflexivo do fluxo de vivências. Em termos empíricos, tal façanha requisitaria alterações substanciais não apenas programáticas e metodológicas, mas também éticas no modo de condução de uma pesquisa.

Deve-se frisar, entretanto, que as alterações teóricas empreendidas no projeto metodológico de Husserl tornaram a filosofia do *retorno às coisas mesmas* mais maleável aos pré-requisitos para sua transição à empiria. Sendo assim, ao invés de fazer uma defesa pelo modo husserliano ou filosófico de psicologia fenomenológica, parece ser mais profícuo rever as várias influências que o método filosófico tem trazido para a psicologia. Isto seria compatível à própria polimorfia explícita do método, reconhecida nos inúmeros formatos expostos ao longo do texto.

Tal medida poderia auxiliar na construção de um programa de ensino de fenomenologia à psicologia organizado em torno da história do movimento e sua consonância com as investigações psicológicas da subjetividade. Situando as reduções fenomenológicas e a descrição como lógicas imanentes para uma disciplina de pesquisa polivalente do movimento intencional da consciência. Certamente se reconheceriam aí os diversos pressupostos teóricos e éticos sobre os quais tal disciplina se estabeleceria.

Foram aqui enfocadas duas questões centrais para a compreensão da transição eidético-empírico. A primeira questão refere-se à importância teórica da redução fenomenológica para a identidade analítica do método fenomenológico. A segunda referência tratou da variabilidade de projetos técnicos do método fenomenológico para a pesquisa empírica em psicologia. Com vistas a elucidar esses dois eixos passaremos para uma etapa de verificação dos contornos metodológicos assumidos nos trabalhos empíricos de psicologia embasados nesta perspectiva.

ESTUDO II
APROPRIAÇÕES DA FENOMENOLOGIA PELA EMPÍRIA EM PSICOLOGIA:
UM LEVANTAMENTO

2.1. Introdução

O objetivo desse estudo é analisar as aplicações do método fenomenológico na psicologia, em especial na esfera da pesquisa empírica. Será realizado um levantamento de publicações junto a revistas de psicologia com circulação nacional, bem como no periódico norte-americano *Journal of Phenomenological Psychology* – JPP. Esse estudo dá continuidade ao trabalho de verificação da transição entre teoria filosófica e empiria em psicologia. Espera-se encontrar significativa variabilidade nas aplicações do método, em especial a redução fenomenológica, nos artigos publicados no Brasil. Tal hipótese justifica-se pela heterogênea associação da fenomenologia com teorias analíticas em diferentes grupos de pesquisa no país. Em contrapartida, espera-se encontrar homogeneidade metodológica nos artigos publicados no JPP, visto que se trata de um periódico com orientações editoriais bem definidas acerca de sua compreensão de fenomenologia.

De maneira geral, observa-se, na literatura empírica em fenomenologia, um objetivo constante de investigação, que é proceder, com clareza e precisão, descrições ampliadoras de um aspecto particular da experiência humana (Polkinghorne, 1989). Trata-se, segundo Forghieri (1992), de analisar a vivência de um sujeito em determinadas situações do cotidiano, tais como na aprendizagem, na dor, na contrariedade, etc. É, portanto, uma forma de pesquisa orientada para a descoberta dos significados construídos por um sujeito sobre sua experiência (Teani, 1997).

No entanto, o processo de investigação dessas significações pode assumir delineamentos práticos variados. Sobre tal problemática, Moreira (2004) atenta para os diversos usos empíricos atribuídos sob o rótulo de método fenomenológico de pesquisa. Segundo a autora, existem várias compreensões metodológicas de fenomenologia construídas ao longo do século XX, cujas implicações remetem diretamente às diferentes bases filosóficas sob as quais se assentam. Nesse sentido, para se compreender a identidade do método fenomenológico, aplicado à pesquisa empírica, há de se proceder a um estudo de sua variabilidade, antes de qualquer análise definitiva sobre sua natureza.

No campo da psicologia acadêmica, a pesquisa fenomenológica sistematizada despontou apenas em meados da década de 1970. Enquanto isso, sua aplicação na psiquiatria já havia iniciado em 1913, com a publicação de “Psicopatologia Geral” do psiquiatra alemão Karl Jaspers (Spiegelberg, 1982). Além de Jaspers, outros psiquiatras

ajudaram a difundir a fenomenologia ao longo da primeira metade do século XX, como, por exemplo, os suíços Medard Boss e Ludwig Binswanger. No Brasil, as pesquisas fenomenológicas na esfera da psicologia começaram a aparecer na década de 1970, sob a orientação do professor Joel Martins (Forghieri, 1992).

Conforme Van Manen (2002), a fenomenologia é uma influente e complexa tradição filosófica que influenciou outros movimentos, tais como o existencialismo, o pós-estruturalismo, o pós-modernismo, o feminismo, dentre outras formas de teorização analítica. O autor aponta também que a teoria pode ser considerada um método das ciências humanas. Para essa proposta, seriam vários os domínios de investigação contemplados na perspectiva fenomenológica de pesquisa. Segundo Van Manen, tal polivalência pode ser descrita em torno de seis eixos básicos (2002):

1. Distinguem-se variedades de tradições e orientações sob o nome de fenomenologia: transcendental, existencial, hermenêutica, histórica, ética, e fenomenologias da linguagem;
2. A pesquisa fenomenológica investiga e se aproxima de diferentes fontes de sentido e de informação;
3. Pode ser compreendida em termos de suas atitudes filosóficas ou metodológicas associadas à redução e a dimensão evocativa da linguagem;
4. As dimensões dos procedimentos da investigação fenomenológica podem ser exploradas em termos de métodos empíricos e métodos reflexivos;
5. Em última análise, a investigação não pode ser separada da prática da escrita;
6. A pesquisa fenomenológica pode ser estudada em termos de suas conseqüências práticas para a vida humana.

O autor (Van Manen, 2002) propõe uma taxonomia para melhor ilustrar a complexidade da transposição da fenomenologia teórica para a investigação empírica. São seis os eixos que compõem o organograma, como apresentado na Figura 2.1.



Figura 2.1. *Organograma das investigações empíricas em fenomenologia.*

A partir dessas ramificações são definidas as especificidades teóricas e aplicativas de cada investigação. A Figura 2.2. exemplifica o eixo *Orientações em Fenomenologia*.

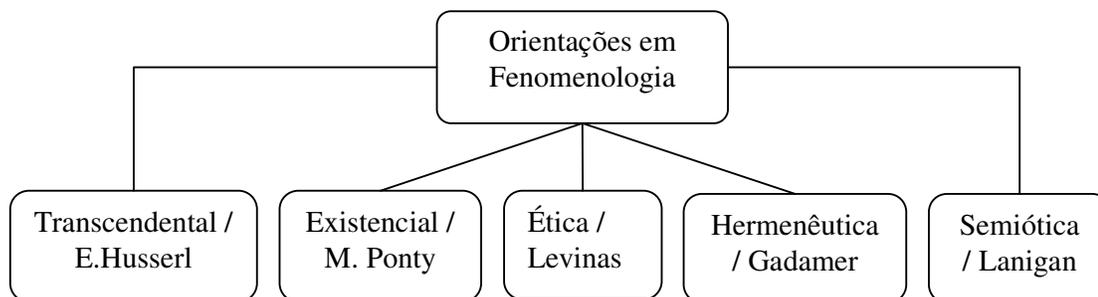


Figura 2.2. *Ramificação do organograma – orientações em fenomenologia.*

Outros autores já haviam apontado para uma significativa variabilidade de projetos metodológicos contidos nas pesquisas de fenomenologia (Amatuzzi, 1996; Holanda, 2003). Amatuzzi (1996) cita seis modalidades: 1) pesquisa fenomenológica como filosofia – consiste num esclarecimento do conhecimento e do mundo, a partir do dado imediato que, via redução fenomenológica, chega a uma elucidação; 2) fenomenologia eidética – constitui-se na elucidação do vivido (emoção, percepção, imaginação, entre outros), via redução das essências de um fenômeno; 3) fenomenologia hermenêutica – mote na interpretação, através da qual se chega a uma compreensão dos fenômenos; 4) psicologia fenomenológica empírica – análise de depoimentos para acessar os significados emergentes que constituem a estrutura do vivido; 5) pesquisa fenomenológica experimental – combinação da fenomenologia empírica com o método experimental; 6) pesquisa colaborativa – modelo de pesquisa conduzido em grupos, onde, a partir de uma vivência, chega-se a uma síntese descritiva da dialética grupal.

Richard Lanigan (1988, 1997) descreveu ainda um outro modo de realização de pesquisa fenomenológica. Em sua perspectiva, nomeada fenomenologia-semiótica, entende-se a atividade descritiva da experiência consciente como um conteúdo organizado em uma estrutura de linguagem, como a fala, os sons, e as imagens (Gomes, 1998). A estrutura lingüística é, nesse caso, o elemento que dá sentido ao conteúdo. Em termos metodológicos a versão da fenomenologia-semiótica aproxima-se à tríade descrição-redução-interpretação composta na fenomenologia-existencial de Merleau-Ponty (1945/1999). Todavia, o modelo de Lanigan redefine a experiência consciente em termos de um processo comunicativo, tomando a expressão enquanto estrutura perceptiva contextual de análise (Gomes, 1998).

Os passos técnicos para análise de relatos nesse modelo são: 1) descrição – definição do contexto temático de onde o respondente fala, 2) redução – demarcação das frases dentro de sua estrutura significativa, 3) interpretação de essências gerais – especificação das frases essenciais revelatórias do sentido geral do texto, e 4) interpretação da essência do texto – comunicação da proposição hermenêutica do respondente / significados existenciais comunicados (Lanigan, 1988).

Ainda em relação à diversidade metodológica, recentemente Giorgi (2006) examinou seis teses de doutorado que utilizavam o método fenomenológico como ferramenta de pesquisa. Constatou, grande variação de entendimentos e modos de utilização. Segundo o autor, para o estágio de desenvolvimento em que se encontra a fenomenologia dentro das ciências humanas, existem muitas diferenças entre seus comentadores. Em um debate mais detalhado quanto à convergência técnica no uso do método, não se obtém uma integração harmoniosa. Para Giorgi a questão que fundamenta tal heterogeneidade é a dificuldade de pesquisadores em compreender o conceito de redução fenomenológica e sua aplicação na pesquisa científica.

2.2. Levantamentos anteriores

Já foram realizados, em âmbito nacional, dois levantamentos das publicações em psicologia embasadas no referencial fenomenológico. O primeiro deles, conduzido pela Professora Yolanda Forghieri (1992), abarcou a produção científica do país em livros, teses, dissertações, artigos relacionados direta ou indiretamente à fenomenologia. O levantamento, solicitado pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp), abrangeu o período de 1980 a 1991, estendendo-se para a década de 1970 em relação aos livros publicados.

O estudo evidenciou que os trabalhos com esta configuração apresentam dois aspectos em comum: a descrição da vivência do próprio pesquisador, e a descrição dos procedimentos fenomenológicos de pesquisa. As principais áreas de abrangência temática foram a psicologia da educação e a psicologia clínica. Os problemas de pesquisa estavam comumente ligados a situações existenciais, como o envelhecimento, a toxicomania, a maternidade e diferentes doenças físicas e psíquicas. De acordo com a autora, muitos desses trabalhos lidavam com os sentidos de sofrimento e bem-estar, o que confirma uma tendência de vinculação entre método fenomenológico e temas existenciais.

Em um levantamento mais restrito do que o realizado por Forghieri, pesquisadores da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp) analisaram dissertações e teses defendidas no Instituto de Psicologia da USP-SP entre 1934 e 1998, dissertações da pós-

graduação em psicologia da Umesp de 1981 a 1998, e resumos de trabalhos apresentados na SBPC nos anos de 1996 e 1997 (Castro, 2000). Os resultados indicaram a ausência de trabalhos com o referencial da fenomenologia nos resumos da SBPC para o período pesquisado. Em relação ao período estudado no banco de teses da USP constatou-se o ano de 1985 como marco do primeiro registro de um trabalho que se auto-denominou fenomenológico. No espaço de tempo que antecede esta dissertação há forte predominância de trabalhos de cunho humanista, os quais fazem alusão parcial à fenomenologia. De 1985 a 1998 foram mais 18 trabalhos defendidos no IPUSP que vincularam psicologia à fenomenologia. Cabe ressaltar que dentre os 18 estudos listados, 17 apresentaram caráter empírico e um teórico. Diversos foram os temas abordados, concentrando-se, a maioria, na área da psicologia da educação. Para a Umesp foram apenas três dissertações defendidas no período.

Um terceiro levantamento, não publicado na íntegra, foi relatado por Goto (2008) como parte integrante de sua tese de doutorado. O psicólogo consultou as bases *PsycInfo*, *Dissertation Abstracts International* e o *Philosophers Index* entre os anos de 2001 e 2007 inserindo as palavras-chave: Husserl, psicologia fenomenológica, e mundo-da-vida. Todavia, para além dos critérios de seleção não relatou as estatísticas descritivas e a análise do levantamento. Apenas informou que as pesquisas fenomenológicas científicas publicadas no Brasil não acompanham a concepção de psicologia fenomenológica descrita por Husserl (1936/1989).

2.3. O caso *Journal of Phenomenological Psychology*

O periódico norte-americano *Journal of Phenomenological Psychology* (JPP), especializado na área, será analisado em função de sua importância histórica no desenvolvimento de estudos entre fenomenologia e psicologia. Ajudará a compor o panorama da discussão sobre a transposição do eidético ao empírico, servindo como referência internacional às digressões metodológicas realizadas no Brasil. Nesse sentido, é importante frisar que a linha editorial adotada pelo JPP não representa a realidade da fenomenologia e do método fenomenológico de pesquisa fora do Brasil. A revista é uma das formas de apresentação do cruzamento entre fenomenologia e psicologia, tendo sido escolhida por sua influência nas pesquisas realizadas no Brasil.

Segundo Manganaro (2005), o JPP foi um dos principais promotores na difusão da psicologia fenomenológica nos EUA, impulsionado pela fértil tradição fenomenológica da *Duquesne University*. O periódico foi fundado em 1970 nesta universidade pelo Professor Amedeo Giorgi, numa tentativa de legitimar uma psicologia científica de base

fenomenológica (Giorgi, 1998). Dentre os principais temas de pesquisa investigados na instituição em meados da década de 1970, quando a *Duquesne* era sinônimo de fenomenologia nos Estados Unidos, destacam-se três: 1) subjetividade, 2) *cogito*, 3) relações mente-corpo (Manganaro, 2005).

Os editores do periódico informam, na descrição do jornal, que o senso de fenomenologia adotado pela revista segue uma proposta “continental”, o que significa afirmar que seguem a fenomenologia acadêmica consolidada na França e Alemanha no decorrer do século XX (Giorgi, 1998). Reconhecem, entretanto, que este método pode ser entendido de diversas maneiras, não sendo objetivo privilegiar exclusivamente uma ou outra forma de compreensão. A periodicidade do jornal é semestral, com lançamentos no outono e na primavera.

2.4. Método

O levantamento aqui proposto abordou os artigos empírico-fenomenológicos publicados por periódicos de psicologia. Nessa denominação de empiria foram contempladas apenas as pesquisas que utilizaram indivíduos como fonte de relatos para posterior análise. Foram, portanto, excluídos aqueles trabalhos que buscavam investigar manifestações pictográficas ou poéticas de domínio público, bem como análises psicológicas de personagens ou de textos produzidos fora do contexto da pesquisa científica. Estes textos foram caracterizados como investigações teóricas.

Além disso, foram consideradas pesquisas fenomenológicas aquelas que (1) declararem em sua seção metodológica que a análise dos dados segue critérios amparados na tradição fenomenológica, e (2) investigam aspectos da vivência subjetiva ou perceptiva de seus depoentes. São fundamentalmente duas frentes de análise. A primeira refere-se aos artigos publicados em revistas de psicologia com circulação nacional, e a segunda ao periódico norte-americano *Journal of Phenomenological Psychology*. No que tange o JPP foram analisados aqueles trabalhos, de caráter empírico, publicados entre 2000 e 2007⁷.

Quanto aos artigos publicados e veiculados pelas revistas de psicologia brasileiras, o período delimitado para a análise foi de 1996 a 2007. Neste caso foram acessadas para consulta as bases de dados: Biblioteca Virtual de Saúde – BVSPsi, o Scielo e o portal de periódicos da Capes. Foram selecionados os artigos empíricos que descrevem seu método de análise dos dados como fenomenológico. Algumas palavras-chave, como *método fenomenológico*, *fenomenologia*, *pesquisa qualitativa*, *fenomenológico*, entre outras,

⁷ Vale ressaltar que o período abarcado sugerido pelo estudo –2000/2007 – corresponde ao que se encontra disponível para consulta no portal virtual de periódicos da CAPES.

auxiliarão na procura dos textos. Os critérios utilizados para a catalogação dos dados da identidade dos artigos foram os mesmos para as duas frentes de trabalho, e estão dispostos a seguir:

1. Periódico de Psicologia onde o artigo foi encontrado;
2. Ano de publicação;
3. Autor(es);
4. Se o artigo tem caráter empírico ou teórico;
5. Tamanho amostral;
6. Tema abordado no trabalho;
7. Etapas estabelecidas no método de análise dos dados;
8. Descrever o modo como o conceito de redução fenomenológica é operacionalizado no método e na análise dos dados;
9. Instrumento utilizado na coleta dos dados (ex: entrevista semi-estruturada);
10. Identificação do autor de referência metodológica.

Após organização dos dados, segundo os critérios listados, foi elaborada uma descrição sintética do material encontrado e uma análise comparativa entre as operacionalizações metodológicas de redução fenomenológica para a pesquisa em psicologia. A discussão do levantamento visa problematizar a aplicação da redução frente suas determinações lógicas na obra husserliana.

2.4.1. Descrição e análise dos dados – Brasil 1996/2007

O levantamento conduzido entre os periódicos brasileiros evidenciou a existência de 90 artigos relacionando psicologia com alguma dimensão da fenomenologia. Entre esses estudos, 34 foram catalogados como pesquisas empíricas, nas quais o método de investigação foi denominado fenomenológico. Por outro lado foram caracterizados 56 artigos de cunho teóricos que abordavam, cada qual a sua maneira, as várias possibilidades de articulação entre fenomenologia e psicologia. As referências dos textos selecionados encontram-se em anexo (Anexo A). Na Tabela 2.1. são listados os periódicos em que os artigos foram encontrados, com a respectiva divisão entre artigos empíricos e teóricos.

Alguns dos textos empíricos selecionados em uma primeira filtragem da catalogação alegavam serem inspirados pela fenomenologia, mas não utilizavam nenhuma forma de análise fenomenológica. Por essa razão foram descartados da descrição e análise. Uma das limitações do levantamento é basear-se exclusivamente em periódicos que possuem indexação junto a alguma base de dados. Outros trabalhos podem ter sido

relatados em forma de artigo nesse período, mas não incluídos na lista pela dificuldade contingente de serem acessados.

Tabela 2.1. *Distribuição dos artigos por periódicos de psicologia / 1996-2007*

	Periódicos	Empíricos	Teóricos	Total
1	Arquivos Brasileiros de Psicologia (UFRJ)	0	2	2
2	Boletim da Academia Paulista de Psicologia	1	0	1
3	Estudos de Psicologia (PUCCAMP)	6	5	11
4	Estudos de Psicologia (UFRN)	3	6	9
5	Interação em Psicologia (UFPR)	1	0	1
6	Interações: estudos e pesquisas em psicologia	0	1	1
7	Mal-estar e subjetividade	0	1	1
8	Memorandum (UFMG)	1	4	5
9	Mental	1	0	1
10	Natureza Humana – Revista de Filosofia e Psicanálise	0	4	4
11	Paidéia	2	3	5
12	Psico (PUCRS)	4	0	4
13	Psicologia: Ciência e Profissão (CFP)	1	1	2
14	Psicologia: Reflexão e Crítica (UFRGS)	4	4	8
15	Psicologia: Teoria e Pesquisa (UnB)	1	2	3
16	Psicologia USP	0	6	6
17	Psicologia Argumento (PUCPR)	1	0	1
18	Psicologia em Estudo (UEM)	2	7	9
19	Psicologia em revista	1	0	1
20	Psicologia escolar e educacional	1	0	1
21	Revista Brasileira de Orientação Profissional	1	0	1
22	Revista Brasileira de Sexualidade Humana	1	0	1
23	Revista de Psicologia da UnC	1	0	1
24	Psicologia Clínica	0	2	2
25	Cadernos de Psicopedagogia	0	2	2
26	Revista da Abordagem Gestáltica	0	4	4
27	Mudanças, Psicoterapia e Estudos Psicanalíticos	1	0	1
28	Caderno de Psicologia (UFU)	0	1	1
29	Revista Brasileira de Psicoterapia	0	1	1
	Total	34	56	90

Como evidenciado em negrito, as quatro revistas que se destacam com o maior número de publicação de artigos vinculados à temática fenomenologia foram: Estudos de Psicologia (Campinas), Estudos de Psicologia (Natal), Psicologia em estudo (UEM), e Psicologia: Reflexão e Crítica (UFRGS). No entanto, em relação à publicação de artigos empíricos se destacaram proporcionalmente ao total de artigos relacionados apenas as revistas: Estudos de Psicologia (Campinas), Psicologia: Reflexão e Crítica (UFRGS), e Psico (PUCRS). Com efeito, as regiões brasileiras correspondentes a esses periódicos – Rio Grande do Sul e Interior do estado de São Paulo – são os locais onde se encontram dois grupos de referência na aplicação do método fenomenológico ao contexto de pesquisa em psicologia. São eles o Laboratório de Fenomenologia Experimental e Cognição (LaFec) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenado pelo professor William B. Gomes, e o grupo de pesquisa Processos Psicológicos: abordagens qualitativas da PUC/Campinas, coordenado pelo professor Mauro Martins AmatuZZi.

Somados aos dois centros, tem ganhado destaque sobre o quadro de publicações, nos últimos cinco anos, o Laboratório de Psicopatologia e Psicoterapia Humanista Fenomenológica Crítica da Universidade de Fortaleza, coordenado pela pesquisadora Virginia Moreira. Moreira e seu grupo têm publicado uma série de artigos utilizando-se da fenomenologia de Merleau-Ponty. Em síntese, são basicamente os grupos de pesquisa da professora Virginia Moreira (UniFor), do professor William B. Gomes (UFRGS), e do professor Mauro AmatuZZi (PUCCAMP) responsáveis por 53% dos trabalhos empíricos em fenomenologia publicados no Brasil neste período. O restante se divide fragmentado em outros núcleos espalhados pelo país.

Em relação aos artigos teóricos esta tríplice prevalência se dilui com equiparação entre outros pesquisadores como, por exemplo, nos trabalhos publicados pela professora Elza Dutra da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), os artigos do professor Reinaldo Furlan da Universidade de São Paulo (USP), e os trabalhos da professora Ana Maria Lopez Calvo de Feijoo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Existem ainda outros pesquisadores não mencionados que se dedicam à exploração do cruzamento entre fenomenologia e autores, teorias e métodos de estudo próprios à psicologia.

O levantamento conduzido por Forghieri (1992) atestou não haver nenhum periódico no Brasil especializado na publicação de artigos sobre a fenomenologia ou o método fenomenológico. Este panorama foi alterado em 2006 com a renovação editorial do periódico semestral Revista da Abordagem Gestáltica. A missão do veículo é promover a difusão científica de trabalhos inéditos na Abordagem Gestáltica, Fenomenologia,

Abordagens Humanistas e áreas afins. Em sua nova linha editorial destacam-se os temas: 1) psicologias e psicoterapias de orientação fenomenológica e existencial; 2) fenomenologia pura e aplicada; e 3) pesquisa qualitativa e fenomenológica.

Os artigos empíricos levantados foram catalogados em contextos de investigação (Tabela 2.2.). Dentre os temas abordados nos estudos, são mais frequentes as pesquisas sobre psicologia hospitalar / saúde (13). Nessa categoria foram incluídos trabalhos que analisaram experiências de equipes de saúde em hospitais, a vivência de algum tipo de doença, ou processos comportamentais específicos ao contexto de saúde física e psicológica. Destacaram-se também os estudos que avaliaram relações familiares inter e intra-geracionais e a influência da gestação nesse contexto. A psicologia da educação que havia sido apontada por Forghieri (1992) como um dos temas de maior incidência de trabalhos fenomenológico publicou poucos artigos para o período abarcado.

Tabela 2.2. *Classificação das pesquisas empíricas em contextos de investigação*

<i>Contexto de Investigação</i>	<i>Nº. de artigos</i>
1. Psicologia Hospitalar / Saúde	13
2. Relações familiares / Gestação	5
3. Estados emocionais intensos	4
4. Psicologia da Educação	3
5. Análise do vivido em comunidades / grupos	3
6. Psicologia e Religião	2
7. Projeto de vida / opção vocacional	2
8. Desenvolvimento	1
9. Criatividade / Arte	1

Em relação aos instrumentos utilizados para a coleta dos depoimentos nos 34 estudos empíricos prevaleceram as modalidades de entrevista aberta ou fenomenológica (11) e semi-estruturada (12)⁸, como já era de se esperar em se tratando de pesquisas que se amparam em relatos vivenciais. No entanto, depoimentos escritos (3), diário de campo (2) e grupos operativos e terapêuticos (2) despontaram como propostas inovadoras para a coleta desse tipo de dado. Sobre a divisão dos procedimentos de coleta de dados, foram catalogadas 27 pesquisas que conduziram entrevistas individuais, e sete trabalhos que analisaram protocolos de resposta redigidos pelos participantes ou respostas verbais enunciadas em contexto grupal.

⁸ Vale frisar que essas duas modalidades de entrevista significam, em alguns casos, a mesma operacionalização técnica. Recebem aqui denominações distintas acompanhando as definições estipuladas pelos autores nos artigos.

Dentre os 27 trabalhos que coletaram depoimentos via entrevista individual apenas quatro tinham amostras compostas por mais de 20 participantes. Os 23 trabalhos com tamanho amostral inferior a este montante apresentaram uma média de 10 respondentes por pesquisa, o que acompanha a tendência de baixas médias amostrais observadas em outras modalidades de pesquisa qualitativa. Nos estudos baseados em protocolos escritos de resposta e contextos grupais foi constatado um aumento do tamanho amostral. Essas duas modalidades fornecem relatos mais curtos de experiência, o que pode explicar o recrutamento de um número maior de participantes.

Quanto à descrição da seção metodológica, foi evidenciado que um dos autores com maior frequência de menção para o trabalho com dados empíricos é o filósofo francês Maurice Merleau-Ponty (11). Sua fenomenologia-existencial, traduzida como uma tríade metodológica – descrição-redução-interpretação – aparece ora como inspiração teórica para análise dos dados ora como inspiração técnica estrita para a condução das análises. O francês também é citado em combinação com outros autores da escola fenomenológica, como no caso da fenomenologia-semiótica de Richard Lanigan (11). Nessas pesquisas, Merleau-Ponty é apontado como solo epistemológico da tríade analítica, mas a interpretação é conduzida por regras comunicacionais, e não por temáticas existenciais.

Outra referência muito citada é o trabalho do psicólogo Amedeo Giorgi (8), que semelhante a Merleau-Ponty também aparece, por vezes, combinado a outros autores da tradição. No caso de Giorgi, sua menção é invariavelmente associada aos procedimentos técnicos de compreensão global, separação em temas e produção de sínteses estruturais do vivido. Além desses autores, são ainda referenciados como inspiração analítica os filósofos Martin Heidegger (2), Edmund Husserl (4) e Alfred Schutz (1). Entre os autores brasileiros, os mais citados nesta seção são os pesquisadores Mauro AmatuZZi (6), William Gomes (11) e Yolanda Forghieri (4).

A presença da redução fenomenológica na estrutura metodológica das pesquisas não é uma constante. Dentre os 34 estudos empíricos avaliados, a redução é mencionada em 19. Quando descrita, aparece com frequência associada à versão de retorno às essências ou identificação das essencialidades do vivido – redução eidética na terminologia husserliana. Apenas em cinco desses trabalhos a adoção ou descrição da orientação suspensiva – epoché – ou ruptura com a atitude explicativa natural é mencionada. Tal panorama indica uma tendência da técnica fenomenológica para a análise estrutural dos vividos, ou das partes constituintes de sua evidência. Além disso, as pesquisas não problematizam o processo de interferência do pesquisador na mediação dos dados expressivos para a organização das compreensões finais sobre os fenômenos em estudo.

2.4.2. Descrição e análise dos dados – *Journal of Phenomenological Psychology* - JPP

O período abarcado no levantamento conduzido junto ao JPP foi de 2000 a 2007. Nesse intervalo de tempo o veículo lançou 62 artigos científicos, dos quais apenas 21 podem ser considerados empíricos. Desse montante é possível afirmar que o destaque é a forte presença da sistematização técnica dos passos analíticos propostos por Giorgi (1985). Mais da metade dos artigos (13) relatam basear-se no método fenomenológico-psicológico do psicólogo norte-americano. Isto pode ser explicado pela notoriedade do trabalho de Giorgi no território americano, sendo certamente um dos principais difusores do método na psicologia acadêmica daquele país. Mas também, pode ser entendido pela presença de Giorgi como o editor-chefe da revista por cerca de 25 anos, permanecendo até hoje como editor associado.

Acompanhando a tendência do levantamento brasileiro, os instrumentos utilizados com maior frequência para a obtenção dos relatos vivenciais são as entrevistas fenomenológica (6) e semi-estruturada (8). Em relação à organização metodológica dos trabalhos se constatou forte preocupação quanto à definição operacional da redução fenomenológica aplicada ao contexto empírico, diferentemente do observado nos artigos publicados no Brasil. A consequência direta dessa exposição mais clara das lógicas interpretativas e descritivas no uso do procedimento deslocou o foco da redução enquanto argumento teórico para adentrar em seu território aplicativo. A descrição do processo redutivo é uma constante entre os artigos do JPP, fornecendo um quadro fiel e passível de avaliação quanto à transposição do método fenomenológico da filosofia para a psicologia.

De modo geral, a redução fenomenológica foi operacionalizada de acordo com a técnica de demarcação de unidades, ou procura de evidências essenciais da estrutura de um relato. Equipara-se, nesse sentido, ao modelo de redução eidética propagado nas pesquisas brasileiras, sendo enquadrado nesse procedimento a técnica de variação imaginativa livre. Cabe ao pesquisador, na execução da variação, exercitar sua criatividade para redefinir as possibilidades de evidência de um fenômeno, tomando como base os limites concretos do relato experiencial a que tem acesso. Como bem aponta Giorgi (1997), para que as significações atinjam estatuto de essências faz-se necessário o uso da variação.

Ainda que não totalmente explicitados os critérios lógicos que regem a operação da redução eidética e, sobretudo, a variação imaginativa livre, as pesquisas norte-americanas parecem reconhecer a importância de se incluir uma explicação sobre essa orientação de pesquisa. Um exemplo dessa clareza é o modelo adotado por Sages e Szybek (2000), em que a redução é definida como busca por intencionalidades em um relato experiencial. Ao contrário da proposta de Giorgi (1985), na qual um relato é separado em unidades de

sentido definidas pelo pesquisador, os autores tentam diminuir as interferências interpretativas na tematização realizando duas modalidades de análise: 1) modalidade de função (perceptivo, significativo, imaginativo); e 2) modalidades dóxicas (certeza, dúvida, possibilidade). A síntese dessas análises revelaria as intencionalidades de um depoimento experiencial. Através desses critérios o trabalho de organização compreensiva do texto obteria uma sistematização analítica mais descritiva e menos hermenêutica.

Outra alternativa para a definição da operação da redução é a citada por Van Manen (1990), em que a busca por essencialidades estruturais do vivido – redução eidética – se dá pelo permanente retorno, durante a tematização, à pergunta de pesquisa. Procederia-se, nesse formato, a um reconhecimento dos objetivos e pressupostos envolvidos no processo de compreensão das mensagens do relato. Não uma negação dos valores pessoais vinculados à percepção de um determinado fenômeno, como pode sugerir o preceito lógico de suspensão de crenças em uma realidade – *epoché*.

Um terceiro modelo de tematização e análise fenomenológica é o sugerido por Sells, Topor e Davidson (2004), no qual a leitura dos relatos dos participantes deve gerar uma narrativa em primeira pessoa do conteúdo identificado pelo pesquisador como significativo. O pesquisador deixa de emitir um relatório ou uma revisão em terceira pessoa do esqueleto essencial da experiência do entrevistado para assumir sua função de mediação experiencial na constituição de uma leitura compreensiva sobre o relato. A técnica da tematização de Sells et al. (2004) orienta-se por uma ferramenta lógica hermenêutica nomeada “pontes empáticas”. Proposta semelhante a essa técnica são as “versões de sentido”, descrita no Brasil por AmatuZZi (2001).

2.5. Discussão

O mapeamento das pesquisas fenomenológicas conduzido no Brasil revelou a variabilidade dos projetos de investigação sob o rótulo de método fenomenológico. Optou-se, nesse contexto de análise, pela problematização da redução fenomenológica por considerá-la elemento central e diferenciador do método fenomenológico sobre outras modalidades de pesquisa qualitativa. No entanto, com a observação de que a redução tem sido traduzida preferencialmente como uma técnica de tematização de relatos experienciais, cabe indagar: Qual a sua diferença para outros métodos qualitativos de pesquisa? E que acréscimos a pesquisa fenomenológica pode trazer ao cenário científico?

Essas e outras questões suscitam novos estudos sobre uma possível identidade analítica da fenomenologia empírica. Contudo, até agora, para além de um reconhecimento do método como propício à investigação de vivências subjetivas não se parece ter

alcançado novos horizontes. Em outras palavras, onde estaria a reforma epistemológica propagada por Husserl no início de seus escritos? Ou, em que medida o estudo sobre a vivência subjetiva tem servido como critério para validar um conhecimento científico baseado na experiência? Essas respostas não foram encontradas com segurança neste levantamento, pois as diversas representações de pesquisa fenomenológica encontram dificuldades de estabelecer um diálogo consistente sobre o programa ideal de transposição da filosofia fenomenológica à empiria em psicologia.

Esta preocupação programática aqui suscitada encontraria respaldo na demanda recente por definições de cronogramas e ementas aos cursos de fenomenologia e pesquisa fenomenológica espalhados pelo país. Chega-se ao tempo em que a fenomenologia na psicologia não é mais uma novidade, como fora nas décadas de 1970 e 1980. Tampouco é uma extensão de psicologias humanistas e existenciais. Constitui-se como um modo original de reflexão epistemológica que depois levará à revisão ontológica das práticas científicas. Nesse sentido, seria um contra-senso defendê-la como extensão dessas teorias. Requer-se, portanto, uma alternativa pedagógica que reconheça a variabilidade histórica da fenomenologia, e ao mesmo tempo sua unidade acerca das configurações descritiva e de significação humanas. Não se trata aí de defender uma abordagem de psicologia fenomenológica, mas antes uma linha reflexiva sobre a lógica de investigação da expressividade incrustada nos fenômenos comunicativos.

Além das repercussões acerca da pluralidade metodológica sobre a definição de um programa de ensino de fenomenologia à psicologia, existem ainda as incertezas em torno do procedimento de mediação entre dados descritivos e interpretações analíticas. O já citado recurso da variação imaginativa, que rege a ordem desta mediação, não detém delineamentos claros sobre sua execução, restando à criatividade argumentativa do pesquisador de imaginar as possíveis significações atribuíveis a um fenômeno. Neste ponto, deve-se questionar o sentido ético da orientação do investigador sobre o direcionamento de sua mediação entre referente e significado atribuído. Ou seja, como seria possível aferir a idoneidade daquele que se diz utilizar um método investigativo científico se a lógica instrumental deste método não é descrita?

A partir dessas reflexões, espera-se contribuir com novas pesquisas que abordem com clareza formas diferenciadas de se efetuar o método fenomenológico no contexto empírico da psicologia, assim como problematizar o processo de mediação dos pesquisadores no trabalho com dados experienciais. Parte-se, portanto, da premissa de que o cerne da pesquisa fenomenológica deva ser investigar as mais diversas formas de expressividade humana em diferentes contextos de interação. Nesse sentido, o método de

análise deve propiciar uma abertura original à manifestação dessas expressividades, verificando aí a lógica do aparecimento desses fenômenos, para então contrastá-los a um problema específico de pesquisa.

ESTUDO III
CONTEXTO EXPERIMENTAL E REDUÇÃO FENOMENOLÓGICA:
POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO EMPÍRICA

3.1. Fenomenologia experimental

O presente estudo retoma o conceito de redução fenomenológica para examiná-lo em um contexto empírico. O interesse volta-se para a execução dos procedimentos de redução na análise de dados de uma situação induzida, isto é, um experimento. Manteve-se a recomendação do emprego analítico trifásico da redução fenomenológica para a especificação do movimento intencional nos relatos dos participantes. A saber: 1) suspensão de crenças na realidade valorativa sobre a resposta a uma situação experimental induzida; 2) exame das essencialidades comunicacionais da manifestação da evidência do fenômeno de resposta para o pesquisador; e 3) interpretação do movimento intencional sugerido pela estrutura essencial vivenciada na intersubjetividade da pesquisa.

Conforme exposto no primeiro estudo dessa dissertação, a fenomenologia experimental, idealizada em meados da década de 1970, despontou como uma possibilidade de articulação entre pressupostos husserlianos e a pesquisa experimental de base realizada na psicologia. Nas últimas duas décadas a discussão tem sido amparada por diversos estudos empíricos (Gallagher & Sorensen, 2006; Grush, 2006), que, segundo Zahavi (2007), propõem tarefas induzidas experimentalmente para a obtenção de dados de primeira pessoa.

De acordo com Gallagher (2003), a crescente publicação desses trabalhos demonstra a forte preocupação dos cientistas com a integração adequada da fenomenologia às ciências empíricas. Mais do que importar uma inspiração para a coleta de dados de primeira pessoa, as pesquisas almejam um refinamento das análises dos protocolos experimentais. Recentemente, a fenomenologia experimental tem buscado ampliar o escopo de análise de instrumentos e experimentos para o maior acesso a fenômenos relacionados à experiência consciente (DaSilveira, 2007; DeSouza, 2005; Rosemberg, 2008).

Segundo Gallagher e Sorensen (2006), a definição contemporânea de fenomenologia experimental contempla duas modalidades de condução de pesquisa. A primeira forma refere-se ao treino de resposta dos participantes no contexto experimental e no método fenomenológico. Seus relatos de experiência auxiliam qualitativamente a redefinir, por exemplo, os critérios de avaliação de protocolos neurofuncionais (Lutz,

Lachaux, Martinerie, e Varela, 2002). Essa modalidade está associada à neurofenomenologia, concebida por Varela (1996).

A segunda perspectiva de fenomenologia experimental contemporânea não envolve o treino dos participantes no método fenomenológico, solicitando apenas ocasionalmente relatos de experiência. Baseia-se, sobretudo, na definição do enquadramento interpretativo dos resultados da pesquisa. Esse modelo tem sido utilizado em estudos sobre auto-reconhecimento (Farrer & Frith, 2002) e senso de agência (Sorensen, 2005) em tarefas envolvendo movimentos corporais voluntários e involuntários, como é o caso do delineamento proposto nesta pesquisa.

Acerca das especificidades empíricas da pesquisa em fenomenologia experimental, Zahavi (2003) contradiz a crença de que esse campo investigativo deve se ocupar da análise de pensamentos privados na experiência individual. Conforme o autor, o interesse primordial da fenomenologia experimental repousa no acesso aos modos aparentes da intersubjetividade, sendo, portanto, seu foco as estruturas subjetivas em compartilhamento. Daí porque diferenciar o método da proposta introspectiva. Em relação à prática da experimentação, o autor avalia que uma pesquisa fenomenológica não se ocupará dos modos de reação de um sujeito a estímulos. Seu propósito fundamental, em contraste, é analisar a estrutura invariante de auto-organização da experiência comunicativa.

Nesse caso, a premissa da análise retoma a importância da redução fenomenológica no sentido de permitir à investigação voltar-se ao fenômeno desde sua origem pré-reflexiva, no escopo da intencionalidade compartilhada entre pesquisador e participante. Deixa de valer o critério inicial de catalogação da resposta do participante ao enquadramento interpretativo validado previamente pelo pesquisador. Passa então a ser validada a estrutura experiencial intersubjetiva no contexto da pesquisa.

Nota-se, que nesta leitura, também se abre espaço para a interpretação do que se considera estrutural da experiência, mas em um sentido distinto da interpretação de catalogação. Tal diferença evidencia-se, desde que na perspectiva da fenomenologia experimental a construção do valor das essencialidades experienciais se constitui no refinamento da intersubjetividade entre os personagens da pesquisa. Ou seja, apenas após a efetivação do contato interpessoal é que os critérios de análise se definem, reconhecendo-se as interferências que tanto pesquisador quanto participante emitiram para o direcionamento da construção da empiria que se pretende analisar.

3.1.1. O "experimento da mão alienígena" e a autopercepção corpóreo-motora

Em 1963, o dinamarquês Torsten Nielsen publicou um artigo no qual introduziu um experimento chamado *The Alien-hand Experiment (TAHE)*⁹. O objetivo de Nielsen foi estudar a consciência proprioceptiva de indivíduos por meio de uma situação experimental induzida, e o efeito da experiência de intenção e volição sobre seu comportamento motor. O experimento produzia uma condição de engano visual, na qual o participante era levado a acreditar que visualizava sua mão, enquanto, na verdade, enxergava a mão do pesquisador (Figura 3.1.). As respostas obtidas indicariam, conforme o dinamarquês, o nível de consciência das próprias ações dos participantes.

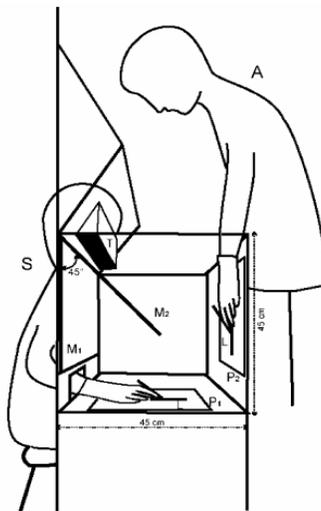


Figura 3.1. *The Alien-hand experiment* (Nielsen, 1963; Sorensen, 2005)

O estudo inspirou a realização de pesquisas sobre auto-reconhecimento, propriedade ou consciência corporal e o senso de agência com diferentes populações ao longo dos últimos 15 anos (Daprati et al., 1997; Van Den Bos & Jannerod, 2002; Sorensen, 2005). Daprati et al. (1997) conduziram uma investigação sobre a resposta de 30 indivíduos diagnosticados com esquizofrenia a uma situação experimental inspirada no trabalho de Nielsen (1963). Os pesquisadores avaliaram o senso de agência dos participantes, que foi conceituado como a habilidade de atribuir corretamente as ações a sua fonte verídica de determinação. O senso de agência é considerado um aspecto importante da experiência diferencial constituinte da autoconsciência humana (David, Newen e Vogeley, 2008).

Contaram com a presença de um grupo controle de 30 participantes não diagnosticados com qualquer tipo de sintomas psiquiátricos ou doenças neurológicas. Para a realização do experimento os pesquisadores desenvolveram um aparato (Figura 3.2.) composto por dois espelhos, câmeras filmadoras e duas condições possíveis de

⁹ Ou, em português, “Experimento da mão alienígena”, como será convencionado na apresentação do estudo.

visualização do movimento manual. A primeira, na qual os participantes visualizavam o movimento da própria mão, e a segunda, em que enxergavam o movimento de uma segunda mão (alien-hand) que tentava reproduzir o movimento da mão do participante.

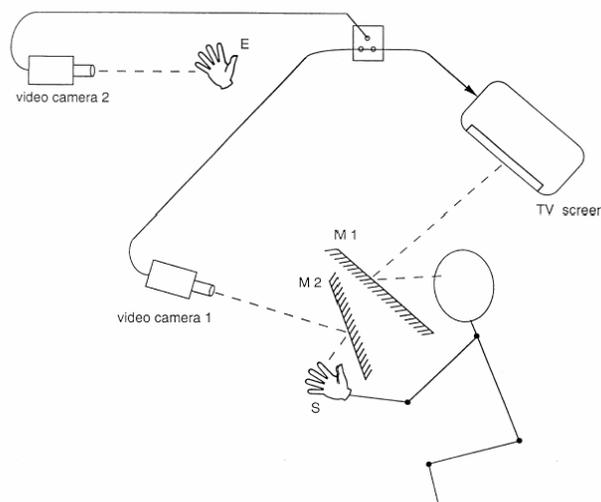


Figura 3.2. – *Aparato experimental* (Daprati et al., 1997)

Os participantes foram orientados a responder se o que enxergavam era a sua própria mão ou não, ao longo de 36 tentativas subdivididas em três orientações de posição manual. Conforme as respostas, os pesquisadores organizaram análises estatísticas de comparação de médias entre os grupos e de análise de variância entre as condições experimentais padronizadas. Os resultados obtidos evidenciaram diferenças significativas entre as respostas emitidas pelo grupo de pacientes esquizofrênicos em comparação com o grupo controle. Os primeiros erraram mais ao identificar a quem pertencia o movimento manual que visualizavam (Daprati et al., 1997), corroborando a tese de que a presença dos sintomas de alucinação e delírio promovem alterações nos sentidos de agência e consciência proprioceptiva.

De modo similar, Van den Bos e Jeannerod (2002) avaliaram o senso de auto-reconhecimento e autoconsciência corporal em 16 participantes sem diagnóstico de psicopatologia. O objetivo dos pesquisadores foi compreender a integração entre a consciência corporal e a consciência da ação dos participantes. Para tanto, também utilizaram o modelo experimental idealizado por Nielsen (1963), mas com alterações importantes. Ao invés de sugerir aos participantes que relatassem sua experiência da tarefa, perguntavam, como no estudo de Daprati et al. (2002), se a mão que enxergavam no visor era sua ou não.

O diferencial da pesquisa de Van den Bos e Jeannerod (2002) foi ter abordado não a habilidade de atribuição de uma ação, mas as diferentes propriedades de orientação

visual que determinam os sentidos de propriedade corporal e auto-reconhecimento manual. Ou seja, o enfoque recai nas características proprioceptivas e de orientação espacial dos participantes. Os resultados apresentados sugerem forte dependência entre esquema corporal e ação perceptiva, o que vai ao encontro de teorias cognitivas recentes que defendem a percepção da realidade como dependência dos modos de ação corporal no mundo (Noë, 2005).

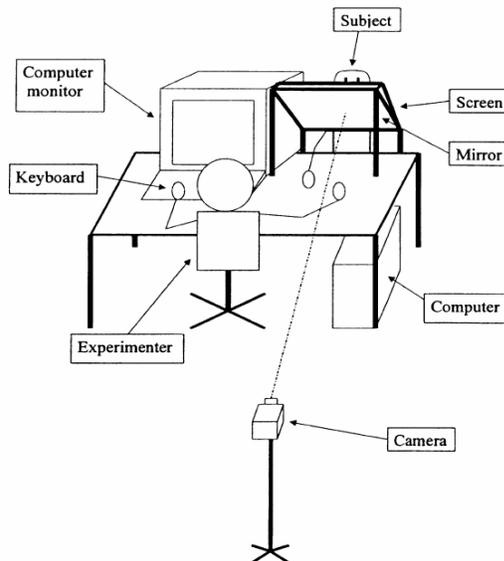


Figura 3.3. *Aparato experimental* (Van den Boss & Jeannerod, 2002)

Em 2005 Sorensen replicou o experimento de Nielsen, utilizando uma tarefa que almejava investigar diferentes experiências corporais durante a execução de comportamentos motores considerados simples. O aparato construído seguiu os moldes do experimento de Nielsen (Figura 3.1.). Com a aplicação do TAHE, Sorensen (2005) investigou a autopercepção corpóreo-motora, em grupos compostos por sujeitos com e sem o transtorno alimentar bulimia nervosa. A orientação fornecida aos participantes para a execução da tarefa foi de que sublinhassem uma linha preta impressa em um papel dentro de uma caixa. Na tarefa, um espelho colocado dentro da caixa refletia o movimento manual do pesquisador, que ficava do lado oposto do aparato. Ao invés de enxergarem sua própria mão os participantes visualizavam a mão do pesquisador, que propositalmente errava o traço sobre a linha, pendendo o risco para os lados.

Os participantes, sem saber do truque do espelho, foram convidados a responder após cada uma das oito tentativas como tinha sido a experiência de executar a tarefa. Utilizando o método fenomenológico para analisar as respostas, o pesquisador descreveu os modos essenciais de vivência dos participantes no experimento. Sorensen (2005) cruzou

suas análises fenomenológicas com dados de terceira pessoa, tendo estipulado a variável agência como critério de pontuação – escala likert – e classificação dos relatos.

Os resultados alcançados pelo pesquisador indicaram menor senso de agência entre os participantes que apresentavam sintomas da bulimia. Suas respostas ao desvio visual gerado pelo reflexo do espelho evidenciaram atribuição do erro ao próprio movimento manual, ao contrário do grupo controle que reconheceu não ser sua mão a causadora do erro a tarefa motora. Os três estudos citados sugerem a eficácia desse modelo experimental para a coleta de relatos de vivência na pesquisa sobre a experiência consciente.

3.1.2. Autoconsciência: pré-reflexividade e auto-reflexividade

A conjunção entre relatos de experiências cinestésicas e proprioceptivas imediatas com a autoconsciência já era tema de discussões nas obras dos filósofos Husserl e Merleau-Ponty. Ambos argumentavam a favor da dimensão pré-reflexiva presente em todos os movimentos de ação e percepção de um sujeito no mundo (Husserl, 1913/2006; Merleau-Ponty, 1945/1999). Nessa medida, a autoconsciência seria entendida como pré-disposição ativa do processo reflexivo de uma consciência, não como um traço de auto-reconhecimento reflexivo.

Portanto, não é para a fenomenologia algo que ocorre quando um sujeito inspeciona com atenção sua experiência, ou um instante de auto-reconhecimento de sua imagem no espelho, ou mesmo a construção de uma auto-narrativa (Gallagher & Zahavi, 2006). Seria, por outro lado, uma forma de anterior à reflexividade e que está presente sempre que alguém vivencia uma experiência. Os modos mais elaborados de autoconsciência, que dependem da linguagem e do raciocínio conceitual, seriam originários dessa modalidade pré-reflexiva de autoconsciência.

De acordo com Hohwy (2007), existe uma tendência ascendente nas neurociências em associar o senso de agência e a percepção de indivíduos a uma concepção de *self* mínimo, que seria o sentimento pré-reflexivo de que um movimento é executado por mim, ou que uma dada experiência perceptiva é vivenciada por mim. Em outros termos, o *self* mínimo seria um sentimento instantâneo de se dar por si, sem refletir sobre isso, na vivência das coisas. A partir daí as experiências seriam codificadas. Tal concepção difere, por exemplo, do sentido autobiográfico do *self* narrativo, que consiste nas experiências de auto-referência como personagem das situações na história de vida.

Importante notar que esta proposta conceitual de *self* mínimo relaciona-se com os aspectos temporais da experiência que a fenomenologia husserliana abarca. Conforme Gallagher e Zahavi (2006), lembrando Husserl, os momentos experienciais contêm três

dimensões definidoras da vivência de um fenômeno. Haveria uma referência de retenção a momentos passados da experiência, uma abertura corrente ao que é presente, e uma proto-antecipação dos momentos da experiência que estão para acontecer. A combinação dessas estruturas temporais não respeitaria um código reflexivo e autônomo de escolhas, sendo precedido por um senso pré-reflexivo intencional e primordial do contato com um fenômeno. É nesse espaço que reside o *self* mínimo.

Acompanhando essa discussão, as investigações empíricas têm respeitado uma distinção entre sentimento e julgamento sobre os sentidos de agência e autoconsciência (Synofzik, Vosgerau, & Newen, 2007). Isto significa afirmar a distinção entre pólos pré-reflexivos (sentimento) e auto-reflexivos (julgamento). Para Gallagher (2000), o ponto central da autoconsciência pré-reflexiva indica que o seu conteúdo não é informado por um pensamento conceitual. A depender dos objetivos de uma pesquisa recorre-se a uma ou às duas dimensões de investigação da autoconsciência.

Em relação ao senso auto-reflexivo, o construto autoconsciência pode ser entendido como a capacidade de um indivíduo de “tornar-se objeto da própria atenção” (Duval & Wicklund, 1972). Está, portanto, vinculado ao processo atencional e ao auto-reconhecimento como objeto da própria reflexão. Esta relação permite emergir o caráter comunicativo do *self*, à medida que se tem um eu que pensa por representação dialógica o próprio eu como objeto. Esta compreensão é válida desde que se entenda reflexividade como processo comunicacional e semiótico (Wiley, 1994).

Em meados da década de 1970 o interesse sobre a autoconsciência na psicologia repousava na dimensão auto-reflexiva. Ou seja, sobre o juízo de uma pessoa acerca dos modos de auto-reconhecimento em diferentes situações do cotidiano. Fenigstein, Scheier e Buss (1975) conceberam uma escala para medir esse processo de auto-reflexividade, a partir de perfis de autoconsciência. O instrumento foi revisado ao longo dos anos, culminando na versão de Scheier e Carver (1985), que dispõe de uma estrutura trifatorial composta por autoconsciência privada, autoconsciência pública e ansiedade social. A escala recebeu tradução e validação no Brasil por Teixeira e Gomes (1996).

A relação entre essa forma de autoconsciência e sua propriedade comunicativa foi explorada na literatura por meio dos estudos de narratividade. Turner (1978), ao pesquisar características narrativas e autoconsciência, demonstrou que indivíduos com altos níveis de autoconsciência privada descrevem-se com grande teor de detalhes, utilizando mais adjetivos autodescritivos do que indivíduos com baixos escores em autoconsciência.

Morin e Everett (1990) sugerem que a tendência de voltar a atenção para si mesmo estabelece paralelo com o uso freqüente de uma fala interna. Este último conceito

representa um importante processo cognitivo, considerado ferramenta de auxílio à formação do autoconceito. Segundo os autores, indivíduos com altos escores em autoconsciência fazem uso significativo da fala interna. Destacam, entretanto, que altos índices de autoconsciência não representam, necessariamente, medidas de saúde psicológica. Sob esta preocupação Trapnell e Campbell (1999) elaboraram um questionário com o objetivo de correlacionar os índices de autoconsciência privada obtidos na Escala de autoconsciência (Fenigstein, Scheier & Buss, 1975) com dois traços de personalidade nomeados ruminativo e reflexivo. Concluíram que um perfil ruminativo, caracterizado por um pensamento repetitivo com traços depressivos sem foco em resolução de tarefa, correlaciona-se a altos escores de autoconsciência privada.

Em oposição, Silvia (2001; 2002; 2005) tem discutido a relevância de se considerar a autoconsciência como uma experiência de intensidade emocional. Argumenta que os estudos com escalas desconsideram a influência interpessoal no direcionamento da auto-atenção, definidora do juízo de autoconsciência. Nesse sentido, critica a redução do construto a um traço de personalidade, ou efeito de auto-regulação. O autor afirma que uma análise fatorial de instrumentos que pretendam medir autoconsciência não pode descobrir e validar aspectos da personalidade, mas apenas uma rede teórica compatível com a complexidade do fenômeno poderia abarcar a variância do processo.

Em síntese, tem-se como consequência da polarização descrita entre as reflexividades dois modelos de investigação. Um orientado para o processo atencional (auto-reflexividade) e o outro para as características estruturais da experiência consciente (pré-reflexividade). Nesse contexto, os modelos não aparentam, em princípio, incompatibilidade operacional de pesquisa. Se os processos forem investigados conjuntamente a validade e coerência teórica dos achados só poderão ser atestadas mediante análises distintas dos dados.

As perguntas de pesquisa são as seguintes: 1) As análises fenomenológicas das falas dos participantes enquanto manifestação pré-reflexiva são passíveis de comparação com os perfis de autoreflexividade sugeridos pela Escala de Autoconsciência (Scheier & Carver, 1985)? 2) Em caso positivo, que perfis de autoconsciência (consciência pública, consciência privada e ansiedade social) correspondem à identificação do truque experimental e subsequente argumentação sobre sua interferência no contexto da tarefa?

As expectativas de pesquisa são as seguintes: 1) que a análise fenomenológica enseje a clarificação do fluxo discursivo (movimento intencional) entre consciência imediata (descritivo) e consciência mediata (argumentativo); 2) que os relatos possibilitem o exercício da variação imaginativa para clarificar o confronto das partes consideradas

cruciais à compreensão global do fenômeno pelo participante e pelo pesquisador; 3) que os perfis de autoconsciência pública (intencionalidade dirigida a si mediante interação com um outro), privada (intencionalidade predominantemente dirigida a si), e ansiedade social (intencionalidade predominantemente dirigida aos efeitos dos outros sobre si) corresponderão a movimentos discursivos distintos.

3.2. Método

3.2.1. Participantes

O estudo contou com um grupo de conveniência composto por 19 estudantes universitários selecionados nos cursos de graduação da UFRGS, sendo 9 representantes do sexo masculino e 10 do sexo feminino. A média de idade dos participantes foi de 23,16 anos ($DP=2,754$). Dos 19 voluntários, apenas dois eram canhotos.

3.2.2. Instrumentos

Foram utilizados três instrumentos na pesquisa: 1) Escala de autoconsciência revisada - EAC-R; 2) Aparato experimental da mão-alienígena (TAHE); e 3) um Protocolo para Entrevista Pós-experimento.

A Escala de autoconsciência revisada - EAC-R (Scheier & Carver, 1985), (Anexo C) foi elaborada a partir de revisão empreendida na escala original EAC (Fenigstein, Sheier & Buss, 1975). É composto por 22 itens com escala tipo *Likert* de cinco pontos, onde "0" representa "nada característico" e "4" "extremamente característico". O instrumento é composto por uma estrutura trifatorial, a saber: autoconsciência privada (nove itens - ex: "Eu estou sempre tentando me entender"), autoconsciência pública (sete itens - ex: "Eu me preocupo com a maneira como me apresento"), e ansiedade social (seis itens - ex: "É difícil para mim trabalhar quando há alguém me olhando"). Avalia traços de autoconsciência emitidos segundo o juízo auto-perceptivo (auto-reflexão) dos respondentes quanto a sua tendência de conduta no cotidiano. Não avalia o movimento intencional (pré-reflexivo) de sua ação perceptiva sobre o contexto em que se insere. A versão adotada na pesquisa foi a traduzida e validada para a população brasileira por Teixeira e Gomes (1996). Esta versão, além de obter uma confiabilidade aceitável: 0,73 para coeficiente de alfa e 0,89 para teste-reteste, confirmou a estrutura tri-fatorial constatada na versão original.

O aparato experimental da mão alienígena (TAHE), (Nielsen, 1963, Anexo D) consiste em uma caixa de madeira (45 X 45 X 45 cm) com uma pequena abertura na base (20 X 15 cm) para a entrada da mão do participante e um tubo na parte superior (15 X 12

cm) que possibilita a visualização ao interior da caixa. Na parte posterior do aparato há uma abertura maior (45 X 35 cm) que permite ao pesquisador acesso amplo ao interior da caixa. Esta abertura não é visualizável pelo participante. Fixado dentro da caixa, em uma angulação de 45°, desde o visor até pouco mais da metade da caixa, há um espelho (43 X 30 cm). Ainda dentro do console há uma lâmpada fixada na base que é acionada pelo pesquisador por um interruptor externo. A tarefa induzida foi composta por quatro tentativas, nas quais os participantes foram solicitados a riscar uma linha preta vertical pré-impressa em uma folha de papel branco.

O protocolo de entrevista pós-experimento (Patton, 2002) é um roteiro (Anexo E) composto, composta por cinco perguntas sobre a experiência de participação na tarefa induzida. As perguntas, indagaram sobre eventuais reflexões ou sensações dos participantes no decorrer da execução da tarefa, e sobre a percepção de diferenças ao longo das tentativas.

3.2.3. Procedimentos

A aplicação do TAHE utilizou como espaço físico duas salas nas dependências da UFRGS. A primeira no Instituto de Psicologia e a segunda no Departamento de Genética da instituição. Os participantes foram abordados aleatoriamente na UFRGS e convidados a participar de um experimento sobre “auto-percepção de ações motoras e consciência corporal”. Antes da realização do experimento, os participantes receberam uma explicação dos objetivos da pesquisa e em seguida assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Todos os voluntários assinaram duas vias de igual teor do termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo B), ficando de posse de uma delas. Os procedimentos contemplados na realização do experimento foram aprovados pelo Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (protocolo nº. 2008058).

Em prosseguimento, o pesquisador solicitou aos participantes que respondessem a Escala de Autoconsciência Revisada – EAC-R (Scheier & Carver, 1985). Após o preenchimento do instrumento, o participante recebeu explicações mais detalhadas sobre a execução da tarefa experimental. Um dos quesitos nessa etapa é indagar os participantes sobre sua dominância manual. Conforme a resposta, o pesquisador solicita que o participante vista uma luva azul na mão oposta à dominante. Sobre a mesa, em frente ao participante, há uma folha de papel branco com uma linha preta impressa na posição vertical. O experimentador sugere ao participante que sublinhe com uma caneta

esferográfica a linha reta com a mão da luva, como um teste para a tarefa que ocorrerá em seguida.

Já sentado em frente à caixa do TAHE, os participantes foram instruídos a executar a mesma tarefa realizada há pouco na mesa, mas agora com a folha de papel depositada no interior da caixa. O sinal para iniciar a tarefa é o acionamento da luz dentro da caixa, que fica acesa por dois segundos a cada tentativa. Os participantes são então conduzidos a direcionar seu olhar, por meio de um visor, para a tarefa que estão desenvolvendo. O procedimento é repetido por quatro vezes e o papel trocado a cada tentativa pelo pesquisador. Os participantes não foram informados que dentro da caixa existe um espelho escondido que proporciona uma visualização distinta do seu próprio movimento manual. Ao invés de visualizar sua própria mão executando a tarefa, o sujeito enxerga uma folha de papel idêntica a sua refletida pelo espelho na face oposta da caixa. Vestindo uma luva idêntica, o experimentador, simultaneamente, desenha a linha que supostamente estaria sendo traçada pelo participante.

O experimentador foi orientado a traçar a linha da forma mais semelhante possível ao modo como o participante desenvolve a tarefa. Como os sujeitos desconhecem o “truque do espelho”, inicialmente supõem verem suas próprias mãos. Justifica-se que o experimentador se coloca do outro lado da caixa, escondido sob cortinas, para trocar as folhas a cada tentativa, sem influenciar os sujeitos por suas expressões faciais, dentre outras interferências. Após cada uma das quatro tentativas, o experimentador pergunta: “Como foi sua experiência durante essa tentativa? Sinta-se livre para relatar qualquer coisa que venha a sua mente sobre isso. Não deixe nada de fora”. Após as tentativas o pesquisador inicia a entrevista roteirizada. Ao final, a utilização da “mão-alienígena” é explicada aos participantes. Os relatos da experiência servem para acessar o modo como os participantes vivenciam a dissociação proprioceptiva, decorrente da diferença deliberada entre o que se visualiza e o que se executa. O aparato não permite que o experimentador repita com perfeição o movimento executado pelo participante, propiciando, então, a diferença viso-motora.

3.2.4. Análise dos dados

As análises foram estruturadas em três níveis: o primeiro relativo à análise fenomenológica dos relatos verbais, o segundo à compilação dos resultados das escalas de autoconsciência, e o terceiro a comparação entre os materiais organizados nas duas primeiras análises. Na análise fenomenológica, as descrições dos participantes foram comparadas e contrastadas entre si, com o objetivo de levantar qualificantes convergentes

ou divergentes entre os relatos. Inicia-se com uma descrição estrita dos relatos obtidos, passando a uma organização lógica de especificação dos qualificantes para fins da redução fenomenológica. Ao final, uma interpretação desta organização buscou descrever a estrutura experiencial específica e genérica dos relatos.

Na compilação dos resultados da escala foram realizadas estatísticas descritivas das médias por fatores e geral da escala, além de uma comparação entre os gêneros masculino e feminino. No terceiro nível da avaliação, foram realizadas medidas de diferenças entre os tomados fenomenológicos com os dados das escalas.

3.3. Resultados

3.3.1. Análise Qualitativa

3.3.1.1. Descrição fenomenológica

A descrição da experiência dos participantes focalizou dois momentos do experimento: 1) nas respostas às perguntas da tarefa, quando o pesquisador perguntava “Como foi a experiência durante a tentativa”; e 2) na condução da entrevista pós-experimento. Durante a execução do traçado o participante não falava, mas reagia facialmente a distorção entre visualização e a ação. A resposta para cada pergunta foi breve, cerca de duas ou três frases. Os conteúdos foram variados, versando, de modo geral, sobre aspectos vivenciais, tais como estranhamento na realização da tarefa, dificuldade de execução, e sensações de confusão ou incompreensão do que estava ocorrendo. Quando o participante reconhecia o truque experimental ele especulava sobre o mecanismo envolvido na ação, perguntando se havia algum espelho ou mesmo um vídeo. Quando o participante não reconhecia o truque, ele alegava dificuldades na realização tarefa, por exemplo, ter que fazer muitas coisas ao mesmo tempo ou que fazer o traçado na caixa era diferente de fazê-lo sobre a mesa. O reconhecimento do truque associava-se a percepção mais acurada da sincronia entre o traçado do participante e a visualização, com a alegação que a resposta visual estava sempre atrasada.

As respostas à entrevista pós-experimento foram mais longas, já mediadas por argumentação objetiva e com explicações / interpretações sobre as causas e características do experimento. Referências à sensação de estranhamento ou surpresa apareciam novamente, mas desta vez como uma evidência de antecipação para as ações subseqüentes. O participante informava que a realização do primeiro traçado criava uma compreensão que direcionava as compreensões seguintes a serem ou não confirmadas. Para uma parte dos respondentes, o desafio serviu para buscar melhor adaptação à tarefa a partir da

dificuldade ou estranhamento encontrada na primeira tentativa. Para outra parte, o desafio foi identificar ou solucionar a origem desse estranhamento.

3.3.1.2 Redução fenomenológica

Nesse contexto, a redução contrastou os micro-relatos entre si e entre os participantes. A análise de contraste entre micro-relatos e as respostas às entrevistas pós-experimento auxiliaram a identificar e a confirmar estruturas invariantes à tarefa. A análise dessas estruturas foi facilitada pelas quatro tentativas de respostas proporcionadas no experimento. Nesse sentido, evidenciou-se a progressão e o envolvimento dos participantes com a tarefa, conforme ilustrado na Tabela 3.1.

Tabela 3.1. *Falas/Tentativas – Experimento da mão alienígena*¹⁰

	<i>1ª TENTATIVA</i>	<i>2ª TENTATIVA</i>	<i>3ª TENTATIVA</i>	<i>4ª TENTATIVA</i>
P1	<i>Foi estranho. Minha mão não correspondeu ao que estava no visor.</i>	<i>Mesma coisa. Não é minha mão.</i>	<i>Mesma coisa. É uma imagem estranha, não consigo entender. Não é minha mão.</i>	<i>Mesma coisa, não corresponde aos movimentos que eu faço.</i>
P3	<i>Impossível coordenar. A visão não corresponde a nossa ação.</i>	<i>Não é uma gravação que passa, é? Tá parecendo isso.</i>	<i>Acho que entendi, a cena tem atraso. Só que não tem como acertar a risca. Vejo a imagem depois que ela acontece.</i>	<i>Não tenho a mesma idéia de antes. Foi ao contrário do que eu estava fazendo. Minha mão estava diferente do que lá dentro.</i>

Da sequência de cada série de quatro respostas, como mostrou a Tabela 3.1., emerge um contraste óbvio: a manutenção da compreensão inicial ou revisão e modificação da compreensão inicial. Os conteúdos das respostas sugerem duas categorias temáticas: referências à ação (a mão não correspondente ao visor, a imagem é estranha, os movimentos não correspondem, não é minha mão, não há imagem é só um jogo), e referências a objetos (mão, espelho, luz, luva, etc.). No entanto, a análise de conteúdo ou temática terá que ser colocada em suspensão para se concentrar na direção da consciência para a tarefa. A surpresa inicial entre os participantes quanto à não correspondência entre intenção do ato motor e resultado da ação já era esperada. A novidade veio com as explicações dos participantes sobre a disparidade entre ação e resultado. Nesse sentido, a redução encaminhou-se para o argumento das explicações, tanto nos relatos breves, quanto nas respostas à entrevista.

¹⁰A tabela completa com as falas dos participantes por tentativa, somada aos resultados obtidos na EAC-R encontra-se em anexo (Anexo G).

Os argumentos variam em dois sentidos. Uma classe de argumento atribuiu a disparidade viso-motora, desde a primeira tentativa, à existência de algum mecanismo de distorção na caixa. Outra classe atribuiu a disparidade a um problema de adaptação à condição experimental. A Tabela 3.2. ilustra as duas classes de argumentos.

Tabela 3.2. *Classes de Argumento para disparidade viso-motora*

	<i>1ª TENTATIVA</i>	<i>2ª TENTATIVA</i>	<i>3ª TENTATIVA</i>	<i>4ª TENTATIVA</i>
P5	<i>Foi estranho. Parecia que era outra mão. Mexi pra ver se era minha mão mesmo.</i>	<i>De novo a impressão de que não é minha mão. O movimento das mãos não está correspondendo. Fiquei curiosa.</i>	<i>Dessa vez não foi minha mão. Não sei se alguma forma do visual ser diferente do motor. Pode ser um tipo de imagem.</i>	<i>Tá, tentei observar o risco. Tenho certeza que não é nada. Não há imagem só um jogo de luzes. Engraçado.</i>
P8	<i>Não consegui perceber onde estava. Não coordenei.</i>	<i>Foi melhor, mas também não coordenado. Parece que não obedece, é atrasada a imagem.</i>	<i>Fui mais rápido, estou me adaptando à situação.</i>	<i>Pois é. Parece que o papel é menor. Tem alguma coisa de diferente. Não sei.</i>

As duas classes de argumentos foram então interpretadas como dois perfis atitudinais em relação à tarefa. O primeiro refere-se ao entendimento de que a situação experimental induzida contém um mecanismo de engano perceptivo, seja por alguma interferência na caixa ou pela intervenção do pesquisador sobre o resultado final da tarefa. Nesse grupo encontram-se os sujeitos que afirmaram enfaticamente a distinção entre ação e visualização da ação. Compõem este grupo os seguintes participantes: P1, P3, P4, P5, P6, P10, P11, P13, P15, P18, e P19. Esses participantes foram identificados como pertencentes ao Grupo I – reconhecimento explícito.

O segundo refere-se à atribuição da disparidade ação-resultado a si mesmos ou a um problema de adaptação aos procedimentos, mesmo reconhecendo as dificuldades ou estranhamento na execução da tarefa. Nesses casos, não é clara a distinção entre ação e visualização da ação por conta de mecanismos externos a própria ação. Compõem este grupo os participantes: P2, P7, P8, P9, P12, P14, P16, e P17. Esses foram identificados como pertencentes ao Grupo II – reconhecimento ambivalente. Duas transcrições na íntegra das respostas à tarefa e à entrevista roteirizada encontram-se em anexo (Anexo F).

3.3.1.3 Interpretação fenomenológica

A divisão do experimento em dois momentos expressivos dos participantes promoveu o desvelamento de duas modalidades reflexivas. Uma vinculada à consciência imediata da experiência, propiciada pela indução à dissociação perceptiva ou ao inusitado da vivência perceptiva. E de outro lado, uma fala pautada na consciência reflexiva referendada na memória da experiência da tarefa. Ou seja, propiciou-se espaço tanto para a

experiência não rotineira, que em seu sentido demandou um deslocamento imprevisível de interlocução e comunicação do vivido do respondente, quanto à recordação desta experiência em uma modalidade intersubjetiva semelhante aos modos cotidianos de recordação e relato de experiência.

Estariam aí presentes dois movimentos de intencionalidade do vivido, ambos mediados na intersubjetividade, embora possivelmente distintos quanto à autoconsciência desta mediação. O primeiro baseado na comunicação imediata do estranhamento ou dificuldade da execução, restrito pela rigidez e repetição da pergunta, e o segundo vinculado à abertura do campo de manifestação pela apresentação de perguntas diferenciadas, além do diálogo informal sobre as especificidades da recordação da vivência.

3.3.2. Análise Quantitativa

Os resultados gerais das Escalas de Autoconsciência - EAC-R acusaram média de 56,58 (DP=9,564) pontos para o grupo, não ocorrendo diferenças significativas entre gênero ($p>0,05$). Apenas em relação ao item 14 da escala (“Eu constantemente penso sobre a razão das minhas ações”) se constatou diferenças entre gênero ($p<0,05$). Quanto às subescalas da estrutura trifatorial do instrumento, foram obtidas as seguintes médias: autoconsciência privada: média de 25,68 (DP=4,66) pontos; autoconsciência pública média de 18,68 (DP=3,85) pontos, e ansiedade social média de 12,21 (DP=4,47) pontos.

Levando-se em consideração a divisão em sub-grupos, promovida pela análise qualitativa, as médias grupais se distribuíram da seguinte maneira:

Tabela 3.3. *Distribuição das médias por grupos I e II*

	ACPr	ACPu	ACAs	ACGeral
Grupo I – n=11	23,82	17,45	10,55	51,82
Reconhecimento explícito	DP=5,11	DP=4,30	DP=4,45	DP=9,25
Grupo II – n=8	28,25	20,38	14,50	63,13
Reconhecimento ambivalente	DP=2,37	DP=2,50	DP=3,58	DP=5,33

3.3.3. Cruzamento entre dados de primeira e terceira pessoa

Considerando o número de participantes e a distribuição assimétrica das médias obtidas na EAC-R, utilizou-se o teste não paramétrico *Mann-Whitney* para a comparação de médias entre os grupos I e II. Os resultados (Tabela 3.4.) indicaram que os grupos diferem quanto à autoconsciência privada ($p=0,042$) e ao resultado geral da escala ($p=0,004$). O grupo II obteve médias mais altas nesses itens, o que corrobora a afirmação

de que indivíduos mais voltados para seus estados internos ou subjetivos – autoconsciência privada – referem altos índices de auto-reflexão (ruminação) e mantêm menos atenção para aspectos externos ou públicos em determinado contexto (Trapnell & Campbell, 1999). A mesma comparação foi realizada com o teste *t*, obtendo índices semelhantes: diferenças significativas entre as médias gerais da EAC-R ($p=0,007$), assumindo-se igualdade de variância entre os grupos, e diferenças significativas entre as médias do fator autoconsciência privada ($p=0,023$), não se assumindo igualdade de variâncias. O fator ansiedade social se aproximou ao nível de significância para a diferença de médias entre os grupos ($p=0,055$), assumindo-se igualdade de variância.

Tabela 3.4. Resultados do teste Mann-Whitney para comparação de médias entre os grupos

	ACPr	ACPu	ACAs	ACGgeral
Mann-Whitney U	19,500	24,000	26,000	9,000
Z	-2,036	-1,659	-1,496	-2,918
Níveis de significância (<i>p</i>)	,042	,097	,135	,004

É importante ressaltar, contudo, que em uma análise item por item dos resultados foi constatada diferenças significativas entre os grupos para tópicos não apenas da sub-escala autoconsciência privada. Por exemplo, os itens 7 ($p=0,005$): “É difícil para mim trabalhar quando há alguém me olhando” da sub-escala ansiedade social; e 13 ($p=0,046$): “Eu geralmente me preocupo em causar uma boa impressão” da sub-escala autoconsciência pública. Já dentro da sub-escala privada obteve-se diferença significativa apenas no item 17 ($p=0,007$): “Em algumas ocasiões eu tomo distância (mentalmente) para poder me analisar de forma objetiva”. Outros itens também apresentaram diferenças entre os grupos, mas não consideradas significativas, como os tópicos 4 ($p=0,057$): “Eu penso muito sobre mim mesmo” e 14 ($p=0,057$): “Eu constantemente penso sobre as razões das minhas ações”, ambos componentes do fator autoconsciência privada.

As médias dos itens 7 e 13 foram maiores no grupo II, o que pode significar que os membros desse grupo obtiveram a mesma sensação de truque experimental na tarefa, mas que não relataram o fato porque têm dificuldades de trabalhar com alguém olhando (ex. experimentador) ou porque se preocupam em causar boa impressão. Se confirmada essa hipótese, pode se demonstrar a importância da mediação intersubjetiva para o direcionamento da produção de respostas verbais em contexto experimental.

Em relação ao item 17, supõe-se que voltar a atenção sobre si mesmo diante de algumas situações possa ser resultado da tentativa de solucionar um problema ou uma tarefa. Sendo assim, o grupo I que apresentou baixas médias para esse item, ao invés de

voltar a atenção para si, pode dirigir sua atenção para aspectos ambientais ou de outros indivíduos no contexto da solução de tarefas. Os itens 4 e 14 acompanhariam esta mesma hipótese.

Realizadas as análises de comparação, pôde-se constatar uma tendência geral de médias mais altas entre os itens para o grupo II, não ocorrendo tal feito apenas para os itens 10: “Eu tenho consciência do meu aspecto”; e 20: “Eu geralmente estou consciente da minha aparência”, porém sem diferenças estatísticas ($p > 0,05$). Com este panorama de resultados, passemos à discussão dos achados.

3.4. Conclusões

As perguntas da pesquisa estavam interessadas na comparação entre tomados fenomenológicos e dados psicométricos, a saber, as relações entre os relatos da consciência da experiência e perfis de autoconsciência. A comparação entre as médias dos grupos evidenciou associação entre a argumentação utilizada pelos participantes para justificar o desempenho deles e perfis de autoconsciência indicados pela EAC-R. Os participantes que identificaram e manifestaram o reconhecimento do truque experimental apresentaram médias mais baixas em todos os fatores da escala de autoconsciência. Nesse sentido, não ocorreu convergências específicas entre determinados perfis da escala com os tomados vivenciais, mas um resultado geral da auto-reflexividade. Por outro lado, a clarificação do fluxo discursivo entre consciência imediata (descritivo) e mediata (argumentativo) favoreceu a identificação clara de dois padrões intencionais de comunicação da reação ao estímulo, mediada pela intersubjetividade com o pesquisador.

Em relação aos tópicos de análise, ao contrário das pesquisas que avaliam o senso de agência (Sorensen, 2005; Daprati et al., 1997) e o auto-reconhecimento (Vand den Boss & Jeannerod, 2002), o presente estudo apresentou diferenças quando abordou as interferências contextuais intersubjetivas na produção de respostas. Além disso, ao focar traços de auto-reflexividade propiciou-se espaço para avaliar a argüição sobre tais interferências, apontando de modo original a movimentação da pré-reflexão para a autoreflexão. Tais movimentos foram exaustivamente ilustrados na sequência das quatro respostas, como mostra o Anexo G.

No entanto, é necessária a realização de novas investigações sobre a relação entre medidas objetivas e relatos de experiência em situação de tarefa experimental. Um ponto diferencial na construção do delineamento foi a utilização de padrões qualitativos definidos no próprio contexto das respostas verbais, rejeitando interferências prévias de

contraste de conteúdo entre literatura e relatos. Ou seja, restringiu-se às análises das descrições dos participantes para gerar interpretações de estrutura comunicacional.

Sugere-se para as próximas pesquisas a inclusão de instrumentos para o diagnóstico de transtornos mentais, como critério para a seleção dos participantes. Outra sugestão é a utilização de um grupo clínico de contraste, o que possibilitaria avaliações de comparação mais complexas sobre a resposta à tarefa experimental. A obtenção dos relatos no contexto experimental seria beneficiada pela ampliação de possibilidades de confrontação com o estímulo visual no aparato experimental. Sugere-se a reconstrução da caixa de modo a permitir a mobilidade do espelho em seu interior. O objetivo seria criar situações alternadas de visualização do movimento manual. Por fim, o roteiro da entrevista poderia ser modificado, incluindo uma pergunta mais específica sobre os fatores aos quais os participantes atribuem a diferença viso-motora, no caso desta constatação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os três estudos apresentados tentaram atingir uma seqüência de apreciação teórica, mapeamento aplicativo e execução empírica da redução fenomenológica. O conceito foi identificado desde o primeiro estudo como elemento diferenciador da lógica teórica e analítica do método fenomenológico. Cabe, portanto, indagar: Em sua transição filosófico-empírica a redução alcançou um status ou identidade que a permita se diferenciar de outras modalidades qualitativas de análise? Até agora a resposta parecia ter sido polarizada entre aqueles que defendem a fenomenologia empírica como prática hermenêutica das ciências humanas, e aqueles que a defendem como possibilidade empírica de corroboração de achados objetivos psicométricos.

Ou seja, se de um lado alguns teóricos argumentam a favor da manutenção da crítica husserliana às ciências modernas naturais, de outro despontam os que se amparam nos acréscimos científicos possibilitados pelo relato experiencial em contextos de investigação natural. Sob um primeiro olhar, a posição deste segundo grupo, qual seja da naturalização da fenomenologia, apareceria até mesmo incoerente à tradição fenomenológica. Contudo, como destacado nos estudos I e III dessa dissertação, o interesse deste grupo direciona-se à lógica descritiva e redutiva estrutural às manifestações comunicacionais dos indivíduos. Não se trata, nesse sentido, de um retalho ou distorção pleno da obra husserliana, mas de uma observação ao seu caráter lógico perpassado na definição do método fenomenológico de Husserl.

Ora, têm-se assim a herança de Husserl em uma divisão epistemológica / ontológica. Isto é, se por vezes identificamos uma prática fenomenológica pautada nos recursos lógicos da inspiração fundacionista husserliana (epistemologia), em momentos distintos a encontramos embasada nos reconhecimentos críticos e anti-cientificistas do autor (ontologia), o que abriu caminho ao patamar hermenêutico analítico. É certo que em ambos os casos a seqüência ontologia-epistemologia-ética se mantém, mas por uma reconstrução própria, distinta de uma pretensa fenomenologia empírica husserliana. Isto parece não apenas refletir os diferentes interesses sobre a construção de uma ciência fenomenológica, mas também a própria complexidade e permanente alteração do texto filosófico do alemão.

A compreensão polivalente de fenomenologia foi ilustrada no estudo II da dissertação, quando se demonstrou a pluralidade aplicativa da fenomenologia na psicologia. Tal constatação não apenas indicou a dependência em uma rede variada de inspirações teóricas pós-husserlianas, mas principalmente a dependência nas diferentes

interpretações dos mesmos autores. Como exemplo, o método fenomenológico aplicado segundo à descrição do filósofo francês Merleau-Ponty. A integração de todas essas perspectivas não apresenta horizontes otimistas, uma vez que a leitura em fenomenologia dispõe de um grande número de textos divergentes. Em contrapartida, não exclui a efetivação independente dos campos. Desse modo, a antiga polarização precisa ser repensada em prol de um programa de ensino que privilegie os desenvolvimentos históricos desta vertente de pensamento, assumindo sua polivalência e seus delineamentos teóricos e práticos.

Em paralelo, se demonstrou a quase exclusiva restrição do método fenomenológico de pesquisa para a análise de relatos vivenciais, obtidos via entrevistas semi-estruturadas ou abertas. O estudo III buscou redefinir essa dependência instrumental, situando o contexto experimental como próprio gerador de experiências a serem relatadas. Além disso, amplificou o campo de análises ao contrastar as dimensões de auto-reflexividade, proposta pela escala, e as tendências de argumentação dos indivíduos frente uma situação nova de reação verbal. Espera-se ter alcançado com isto novas possibilidades de trabalho empírico e de análise de dados.

REFERÊNCIAS

- Amatuzzi, M.M. (1996). Apontamentos acerca da pesquisa fenomenológica. *Estudos de Psicologia*, 13(1), 5-10.
- Amatuzzi, M.M. (2001). *Por uma Psicologia Humana*. Campinas: Editora Alínea.
- Bayne, T. (2004). Closing the gap? Some questions for neurophenomenology. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 3(4), 349-364.
- Brown, M.W. (2008). The place of description in phenomenology's naturalization. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 7(4), 563-583.
- Castro, D.S.P. (2000). A articulação do método fenomenológico com as ciências humanas: a proposta da Fenpec-Umesp. Em DeCastro, D.S.P. (Org.), *Fenomenologia e análise do existir*. São Bernardo do Campo: Editora da Umesp. pp. 41-64.
- Chalmers, D. (1995). Facing up to the problem of consciousness. *Journal of Consciousness Studies*, 2(3), 200-219.
- Damon, L. (2005). A crítica da razão na fenomenologia de Merleau-Ponty: palestra 5. Em Prado Jr., B. (Org.), *Ciclo de palestras sobre subjetividade e linguagem*. DVD. São Carlos: EdUFSCar.
- Daprati, E., Franck, N., Giorgieff, N., Proust, J., Pacherie, E., Dalery, J., & Jeannerod, M. (1997). Looking for the agent: An investigation into consciousness of action and self-consciousness in schizophrenic patients. *Cognition*, 65, 71-86.
- DaSilveira, A. C. (2007). *Conversação Interna: Entre a reflexividade e a ruminação*. Dissertação de mestrado não publicada. Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- David, N., Newen, A., & Vogeley, K. (2008). The "sense of agency" and its underlying cognitive and neural mechanisms. *Consciousness and Cognition*, 17(1), 523-534.
- DeSouza, M.L. (2005). *Self semiótico e self dialógico: Um estudo do processo reflexivo da consciência*. Tese de doutorado não publicada. Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Dennett, D.C. (1991). *Consciousness explained*. Boston: Little, Brown and Co.
- Dennett, D. (2003). Who's on first? Heterophenomenology explained. *Journal of Consciousness Studies*, 10(9-10), 19-30.
- Depraz, N., Varela, F., & Vermersch, P. (2003). *On becoming aware: a pragmatics of experiencing*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co.
- Depraz, N., Varela, F., & Vermersch, P. (2006). A redução à prova da experiência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 58(1), 75-86.

- Duval, S. & Wicklund, R.A. (1972). *A Theory of Objective Self-awareness*. New York: Academic Press.
- Embree L. (1997). *Encyclopedia of Phenomenology*. Dordrecht, Netherlands: Kluwer Academic Publishers.
- Farrer, C., & Frith, C. D. (2002). Experiencing oneself vs another person as being the cause of an action: the neural correlates of the experience of agency. *Neuroimage*, 15(3), 596–603.
- Fenigstein, A., Scheier, M.F. & Buss, A.H. (1975). Public and private self-consciousness: Assessment and theory. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 43(4), 522-527.
- Fouche, F. (1984). Is the phenomenological reduction of use to the human scientist? *Journal of Phenomenological Psychology*, 15(2), 107-124.
- Forghieri, Y.C. (1992). A Investigação Fenomenológica da Vivência: Justificativa, Origem, Desenvolvimento, Pesquisas Realizadas. Em Macedo, R. M. S. (Org.), *Mapeamento da pesquisa em psicologia no Brasil*. São Paulo: Cadernos da ANPEPP, n. 2. pp. 19-42.
- Gallagher, S. (2000). Philosophical conceptions of the self: implications for cognitive science. *Trends in Cognitive Sciences*, 4(1), 14–21.
- Gallagher, S. (2003). Phenomenology and experimental design toward a phenomenologically enlightened experimental science. *Journal of Consciousness Studies*, 10(9-10), 85-99.
- Gallagher, S. & Sorensen, J.P. (2006). Experimenting with phenomenology. *Consciousness and Cognition: an international journal*, 15(1), 119-134.
- Gallagher, S. & Zahavi, D. (2006). Phenomenological approaches to self-consciousness. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*.
- Garza, G. (2007). Varieties of phenomenological research at the University of Dallas: An emerging Typology. *Qualitative Research in Psychology*, 4(4), 313-342.
- Gauer, G, Gomes, W. & Holanda, A. (2004). Psicologia humanista no Brasil. Em Massimi, M. (Org.). *História da Psicologia no Brasil do Século XX*. São Paulo: Editora E.P.U., pp.87-104.
- Giorgi, A. (1970). *Psicologia como ciência humana: uma abordagem de base fenomenológica*. Belo Horizonte: Interlivros.
- Giorgi, A. (1985). *Phenomenology and Psychological Research*. Pittsburgh: Duquesne University Press.

- Giorgi, A. (1997). Sobre o método fenomenológico utilizado como modo de pesquisa qualitativa nas ciências humanas: teoria, prática e avaliação. Em Poupart, J. (Org.), *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Editora Vozes, pp. 386-409.
- Giorgi, A. (1998). The origins of the journal of phenomenological psychology and some difficulties in introducing phenomenology into scientific psychology. *Journal of Phenomenological Psychology*, 29(2), 161-176.
- Giorgi, A. (2001). Método psicológico fenomenológico: Alguns tópicos teóricos e práticos. *Educação*, 43, 133-150.
- Giorgi, A. (2006). Difficulties encountered in the application of the phenomenological method in the social sciences. *Análise Psicológica*, 24(3), 353-361.
- Gomes, W. B. (1998). A entrevista fenomenológica e o estudo da experiência consciente. Em Gomes, W. B. (Org.), *Fenomenologia e pesquisa em psicologia*. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS. pp.19-44.
- Gomes, W.B. (2008). A distinção de procedimentos técnicos e lógicos na análise fenomenológica do exercício didático: o que é uma boa aula de psicologia? *Revista da Abordagem Gestáltica*, 13(2), 228-240.
- Goto, T.A. (2008). *Introdução à psicologia fenomenológica: a nova psicologia de Edmund Husserl*. São Paulo: Editora Paulus.
- Grush, R. (2006). How to, and how *not* to, bridge computational cognitive neuroscience and Husserlian phenomenology of time consciousness. *Synthese*, 153, 417-450.
- Holanda, A. (2003). Pesquisa fenomenológica e psicologia eidética: elementos para um entendimento metodológico. Em Bruns, M.A.T. & Holanda, A.F. (Orgs.), *Psicologia e Fenomenologia: Reflexões e Perspectivas*. Campinas: Editora Alínea. pp. 41-64.
- Hohwy, J. (2007). The sense of self in the phenomenology of agency and perception. *Psyche*, 13(1), 1-20.
- Husserl, E. (1927). *Phenomenology*. Verbete para a Enciclopédia Britânica. Traduzido para a língua inglesa por Richard Palmer.
- Husserl, E. (1977). *Phenomenological psychology*. Amsterdam: M. Nijhoff. (Originalmente publicado em 1925).
- Husserl, E. (1989). *La crise des sciences européennes et la phénoménologie transcendentale*. Paris: Gallimard. (Originalmente publicado em 1936).
- Husserl, E. (2000). *A idéia da fenomenologia*. Lisboa: Edições 70. (Originalmente publicado em 1907).

- Husserl, E. (2001). *Logical Investigations*. Florence: Routledge. (Originalmente publicado em 1901).
- Husserl, E. (2001). *Meditações Cartesianas: introdução à fenomenologia*. São Paulo: Editora Madras. (Originalmente publicado em 1929).
- Husserl, E. (2006). *Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica*. São Paulo: Idéias & Letras. (Originalmente publicado em 1913).
- Ihde, D. (1986). *Experimental phenomenology: An introduction*. New York: Putnam. (Originalmente publicado em 1977).
- Kern, I. (1993). The three ways to the transcendental phenomenological reduction in the philosophy of Edmund Husserl. Em Bernet, R. (Org.), *Introduction to Husserlian Phenomenology*. Chicago: Northwestern University Press. pp. 126-149.
- Kockelmans, J. (1994). *Edmund Husserl's Phenomenology*. Chicago: Purdue University Press.
- Küng, G. (1975). The phenomenological reduction as epoche and explication. In Bernet, R. (Org.), *Introduction to Husserlian Phenomenology*. Chicago: Northwestern University Press. pp. 338-349.
- Lanigan, R. (1988). *Phenomenology of communication: Merleau-Ponty's thematics in Communicology and Semiology*. Pittsburgh: Duquesne University Press.
- Lanigan, R. (1997). Capta versus data: método e evidência em comunicologia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10 (1), 17-45.
- Lutz, A. (2002). Toward a neurophenomenology of generative passages: a first empirical case study. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 1(2), 133-167.
- Lutz, A., Lachaux, J.-P., Martinerie, J., & Varela, F. (2002). Guiding the study of brain dynamics by using first-person data: synchrony patterns correlate with ongoing conscious states during a simple visual task. *Proceedings of the National Academy of Sciences, USA*, 99, 1586-1591.
- Lutz, A., & Thompson, E. (2003). Neurophenomenology: Integrating subjective experience and brain dynamics in the neuroscience of consciousness. *Journal of Consciousness Studies*, 10 (9-10), 31-52.
- Manganaro, P. (2005). Desenvolvimentos da fenomenologia nos Estados Unidos da América e na Grã-Bretanha. *Memorandum*, 8, 72-78.
- Merleau-Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1945).
- Metzinger, T. (2000). *Neural Correlates of Consciousness: Empirical and Conceptual Questions*. Cambridge, MA: MIT Press.

- Metzinger, T. (2003). Phenomenal transparency and cognitive self-reference. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 2, 353-393.
- Moreira, D.A. (2002). *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson.
- Moreira, V. (2004). O método fenomenológico de Merleau-Ponty como ferramenta crítica na pesquisa em Psicopatologia. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 17(3), 447-456.
- Morin, A. & Everett, J. (1990). Inner speech as a mediator of self-awareness, self-consciousness, and self-knowledge: An hypothesis. *New Ideas in Psychology*, 8(3), 337-356.
- Nielsen, T. I. (1963). Volition: a new experimental approach. *Scandinavian Journal of Psychology*, 225-230.
- Noë, A. (2005). *Action in Perception*. Massachusetts: The MIT Press.
- Noë, A. (2007). The critique of pure phenomenology. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 6(1-2), 231-245.
- Overgaard, M. (2001). The role of phenomenological reports in experiments on consciousness. *Psychology*, 12(29), 1-13.
- Patton, M.Q. (2002). *Qualitative research and evaluation methods*. New York: Sage.
- Polkinghorne, D.E. (1989). Phenomenological research methods. Em Valle, R.S. & Halling, S. (Orgs.), *Existential-Phenomenological Perspectives in Psychology: Exploring the Breadth of Human Experience*. New York: Springer. pp. 41-60.
- Rosemberg, D. (2008). *Atenção para tarefas simples e complexas nas perspectivas de primeira e terceira pessoa: um experimento fenomenológico*. Dissertação de mestrado não publicada. Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Roy, J.-M., Petitot, J., Pachoud, B., & Varela, F. (1999). Beyond the gap: an introduction to naturalizing phenomenology. In J. Petitot, F. Varela, B. Pachoud, & J.-M. Roy (eds.), *Naturalizing Phenomenology: Issues in contemporary Phenomenology and Cognitive Sciences*, (pp.1-80). Stanford, CA: Stanford University Press.
- Roy, J.-M. (2003). Phenomenological Claims and the myth of the given. *Canadian Journal of Philosophy*, 29(Supplementary Volume), 1-32.
- Sages, R. & Szybek, P. (2000). A phenomenological study of students' knowledge of biology in a swedish comprehensive school. *Journal of Phenomenological Psychology*, 31 (2), 155-187.
- Scheier, M.F. & Carver, C.S. (1985). The self-consciousness scale: A revised version for use with general populations. *Journal of Applied Social Psychology*, 15, 687-699.

- Sells, D., Topor, A. & Davidson, L. (2004). Generating coherence out of chaos: examples of the utility of empathic bridges in phenomenological research. *Journal of Phenomenological Psychology, 35*(2), 253-272.
- Silvia, P.J. & Duval, T.S. (2001). Objective self-awareness theory: Recent progress and enduring problems. *Personality and Social Psychology Review, 5*(3), 230-241.
- Silvia, P. J., & Abele, A. E. (2002). Can positive affect induce self-focused attention? Methodological and measurement issues. *Cognition and Emotion, 16*(6), 845-853.
- Silvia, P.J., Eichstaedt, J. & Phillips, A.G. (2005). Are rumination and reflection types of self-focused attention? *Personality and Individual Differences, 38*(4), 871-881.
- Sorensen, J. B. (2005). The alien-hand experiment. *Phenomenology and Cognitive Science, 4*, 73-90.
- Spiegelberg, H. (1982). *The phenomenological movement: a historical introduction*. Boston: Martinus Nijhoff.
- Stevens, R. (2000). Phenomenological approaches to the study of conscious awareness. Em Velmans, M. (Ed.), *Investigating Phenomenal Consciousness. New methodologies and maps*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. pp. 99-125.
- Synofzik, M., Vosgerau, G., & Newen, A. (2008). Beyond the comparator model: A multifactorial two-step account of agency. *Consciousness and Cognition, 17*(1), 219-239.
- Teani, C.E.O. (1997). *Momentos de comunicação intensa entre terapeuta e cliente: análise fenomenológica de depoimentos*. Dissertação de mestrado não publicada - PUCCAMP.
- Teixeira, M. & Gomes, W.B. (1996). Escala de autoconsciência revisada (EAC-R): Características psicométricas numa amostra de adolescentes brasileiros. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 48*(2), 78-92.
- Thompson, E., & Varela, F. J. (2001). Radical embodiment: neural dynamics and consciousness. *Trends in Cognitive Sciences, 5*, 418-425.
- Thompson, E. (2007). Cognitive science and human experience. In E. Thompson, *Mind in life: biology, phenomenology, and the sciences of mind*. Cambridge: Harvard University Press.
- Trapnell, P. D., & Campbell, J. D. (1999). Private self-consciousness and the five-factor model of personality: Distinguishing rumination from reflection. *Journal of Personality and Social Psychology, 76*(2), 284-304.
- Turner, R.G. (1978). Effects of differential request procedures and self-consciousness on trait attributions. *Journal of Research in Personality, 12*, 431-438.

- Van den Bos, E., & Jeannerod, M. (2002). Sense of body and sense of action both contribute to self-recognition. *Cognition*, 85, 177-187.
- Van Kaam, A. (1959). Phenomenal analysis exemplified by a study of the experience of really feeling understood. *Journal of Individual Psychology*, 15(1), 66-72.
- Van Manen, M. (1990). *Researching lived experience: Human science for an action-sensitive pedagogy*. Albany, NY: Suny Press.
- Van Manen, M. (2002). Phenomenology Inquiry. Extraído do website: www.phenomenologyonline.com em 12/01/2009.
- Varela, F.J., Thompson, E., & Rosch, E. (1991). *The Embodied Mind*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Varela, F.J. (1996). Neurophenomenology: A methodological remedy to the hard problem. *Journal of Consciousness Studies*, 3, 330-350.
- Velmans, M. (2007). Heterophenomenology versus critical phenomenology. *Phenomenology and Cognitive Science* 6, 221-230.
- Wiley, N. (1994). *The Semiotic Self*. Chicago: University of Chicago Press.
- Zahavi, D. (2003). Husserl's phenomenology. Stanford: Stanford University Press.
- Zahavi, D. (2004). Phenomenology and the project of naturalization. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 3(4), 331-347.
- Zahavi, D. (2007). Subjectivity and the first-person perspective. *Southern Journal of Philosophy* 45 (Spindel Supplement), 66-84.
- Zilles, U. (1996). A crise da humanidade européia e a filosofia. Porto Alegre: EDIPUCRS.

ANEXO A

Lista de artigos de psicologia com embasamento fenomenológico: 1996-2007

Brasil – Artigos Empíricos:

1. Epiphany, E.H. & AmatuZZi, M.M. (1997). A opção pelo triatlo como uma prioridade de vida: um estudo fenomenológico. *Estudos de psicologia (Campinas)*, 14(1), 61-70.
2. Leite, J.C. & Gomes, W.B. (1997). Concepções de alcoolismo e a reabilitação do alcoolista: um estudo fenomenológico. *Mudanças*, 5(8), 25-52.
3. AmatuZZi, M.M. (1998). A experiência religiosa: estudando depoimentos. *Estudos de psicologia (Campinas)*, 15(2), 3-27.
4. Valentini, L. (1998). Idéia de horizonte e mundo na fenomenologia husserliana. *Estudos de psicologia (Campinas)*, 14(3), 49-56.
5. Amazarray, M., Machado, P.S., Oliveira, V.Z. & Gomes, W.B. (1998). A experiência de assumir a gestação na adolescência: um estudo fenomenológico. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 11(3), 431-440.
6. Benincá, C.R.S. & Gomes, W.B. (1998). Relatos de mães sobre transformações familiares em três gerações. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 3(2), 177-205.
7. Hill, E., Gauer, G. & Gomes, W. B. (1998). Uma análise semiótico-fenomenológica das mensagens auto-reflexivas de filhos adultos de alcoolistas. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 11(1), 93-115.
8. Mattos, F.B., Truccolo, A., Medeiros, P.F., Silva, C.E. & Mello, D.C. (1998). Gênero e as percepções das pessoas na terceira idade. *Psico*, 29(2), 83-106.
9. Dias, A.C.G. & Gomes, W.B. (1999). Conversas sobre sexualidade na família e gravidez na adolescência: a percepção dos pais. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 4(1), 79-106.
10. Jesus, M.C.P., Machado, V.N. & Machado, D.N. (1999). Comportamento sexual: estudo fenomenológico com pessoas portadoras do HIV. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 2(10), 217-236.
11. Macedo, S.M. (1999). Análise fenomenológica de depoimentos escritos: apresentando e discutindo uma possibilidade. *Estudos de psicologia (Campinas)*, 16(1), 35-44.

12. Bonilla, B.G.F., Santos, M.M.S. & Gomes, W.B. (2000). Queixa psicológica de adolescentes na percepção de mães e filhas: um estudo fenomenológico. *Psico (Porto Alegre)*, 31(2), 147-184.
13. Dias, A.C.G., Gomes, W.B. (2000). Conversas, em família, sobre sexualidade e gravidez na adolescência: percepção das jovens gestantes. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 13(1), 109-125.
14. DeSouza, M.L., Barbieri, A.R. & Gomes, W.B. (2001). Eventos marcantes na história de vida: um estudo fenomenológico. *Psico (Porto Alegre)*, 32(2), 87-103.
15. Benincá, C.R.S. (2002). A enfermagem da UTI diante da morte: um estudo fenomenológico. *Psico (Porto Alegre)*, 33(2), 385-399.
16. Marçolla, B. & Mahfoud, M. (2002). A luz verde do Morro Vermelho: a elaboração da experiência do sobrenatural em uma tradicional comunidade mineira. *Psicologia em revista*, 8(12), 83-94.
17. Meneghetti, A. & Gomes, W.B. (2002). A função da reflexividade em grupos de conversação com adolescentes no contexto escolar. *Interação em Psicologia*, 6(2), 127-140.
18. Rigotto, S.D. & Gomes, W.B. (2002). Contextos de abstinência e de recaída na recuperação da dependência química. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1), 95-106.
19. Souza, L.G.A. & Boemer, M.R. (2003). O ser-com o filho com deficiência mental: alguns desvelamentos. *Paidéia*, 13(26), 209-219.
20. Codea, J.S.M.T. & Beresford, H. (2004). O adolescente com transtorno de conduta: um estudo filosófico no âmbito da psicologia educacional e esportiva. *Psicologia escolar e educacional*, 8(1), 67-74.
21. DeOliveira, V.Z. & Gomes, W.B. (2004). Comunicação médico-paciente e adesão ao tratamento em adolescentes portadores de doenças orgânicas crônicas. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(3), 459-469.
22. DeOliveira, V.Z. & Gomes, W.B. (2004). Comunicação do diagnóstico: implicações no tratamento de adolescentes doentes crônicos. *Psicologia em Estudo*, 9(1), 9-17.
23. Forghieri, Y.C. (2004). Saúde existencial: vivência a ser periodicamente reconquistada. *Boletim da Academia Paulista de Psicologia*, 24(1/4), 46-57.
24. Teixeira, M.A.P. & Gomes, W.B. (2004). Estou me formando... e agora?: Reflexões e perspectivas de jovens formandos universitários. *Revista brasileira de orientação profissional*, 5(1), 47-62.

25. Machado, C.E. & Jorge, M.S.B. (2005). Ser profissional de saúde em uma unidade neonatal de alto e médio risco: o visível e o invisível. *Estudos de psicologia(Campinas)*, 22 (2), 197-204.
26. Bilbao, G.G.L. & Cury, V.E. (2006). O artista e sua arte: um estudo fenomenológico. *Paidéia*,16(33), 91-100.
27. Camacho, M.R. (2006). Memórias de um tempo junto a crianças com câncer. *Psicologia ciência e profissão*, 26(2), 176-189.
28. Figuera, J. & Viero, E.V. (2006). O olhar da equipe e usuários de um hospital geral sobre a necessidade de intervenção psicológica. *Revista de psicologia da UnC*, 3(1), 12-20.
29. Mizziara, K.B. & Mahfoud, M. (2006). Contar histórias como experiência enraizadora: análise de vivências do Grupo de Contadores de Estórias Miguilim. *Memorandum*, 10, 98-12.
30. Moreira, V. & Callou, V. (2006). Fenomenologia da solidão na depressão. *Mental*, 4(7), 67-83.
31. Verissimo, D.S. & Valle, E.R.M. (2006). A experiência vivida por pessoas com tumor cerebral e por seus familiares. *Psicologia Argumento*, 24(45), 45-57.
32. Moreira, V., Nogueira, F.N.N. & Rocha, M.A.S. (2007). Leitura fenomenológica mundana do adoecer em pacientes do Serviço de Fisioterapia do Núcleo de Atenção Médica Integrada, Universidade de Fortaleza. *Estudos de psicologia (Campinas)*, 24(2), 191-203.
33. Moreira, V. & Guedes, D. (2007). Largada pelo marido! O estigma vivido por mulheres em Tianguá-CE. *Psicologia em Estudo*, 12(1), 71-79.
34. Palmieri, T. H. & Cury, V. E. (2007). Plantão psicológico em Hospital Geral: um estudo fenomenológico. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 20(3), 472-479.

Brasil - Teóricos¹¹:

1. AmatuZZi, M.M. (1996). Apontamentos acerca da pesquisa fenomenológica. *Estudos de psicologia (Campinas)*, 13(1), 5-10.
2. Chaves, A.P., Macedo, S. & Mendonça, V. (1996). Psicologia existencial-fenomenológica: o saber filosófico e a produção científica. *Estudos de psicologia (Campinas)*, 13(2), 11-16.

¹¹ Lista de artigos teóricos que debatem, em alguma medida, os fundamentos da teoria fenomenológica.

3. Feijoo, A.M.L.C. (1996). Psicologia fenomenológica-existencial: da reflexão à ação. *Caderno de psicologia (UFU)*, 1(1), 13-18.
4. Ancona-Lopez, M. (1997). Fenomenologia e pesquisa em Ciências Humanas. *Interações: estudos e pesquisas em psicologia*, 2(4), 35-42.
5. Bueno, J.L.O. (1997). Corpo, consciência e psicologia. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 10(1), 147-154.
6. Gomes, W.B. (1997). A entrevista fenomenológica e o estudo da experiência consciente. *Psicologia USP*, 8(2), 305-336.
7. Holanda, A. (1997). Fenomenologia, psicoterapia e psicologia humanista. *Estudos de psicologia (Campinas)*, 14(2), 33-46.
8. Lanigan, R. (1997). Capta versus data: método e evidência em comunicologia. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 10(1), 17-45.
9. Moreira, A.R.L. (1997). Algumas considerações sobre a consciência na perspectiva fenomenológica de Merleau-Ponty. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2(2), 399-405.
10. AmatuZZi, M.M. (1998). Experiência religiosa: busca de uma definição. *Estudos de psicologia (Campinas)*, 15(1), 49-65.
11. Macedo, S.M. (1998). Discurso, sentido e significado: um encontro com a fenomenologia. *Psicologia em estudo*, 3(2), 137-162.
12. AmatuZZi, M.M. (1999). Abordagem fenomenológica no atendimento psicoterápico. *Psicologia em estudo*, 4(1), 67-81.
13. Braga, M.L.S. (1999). As três categorias peircianas e os três registros lacanianos. *Psicologia (USP)*, 10 (2), 81-91.
14. Franco, S.G. (1999). Subjetividade: Psicanálise e Fenomenologia. *Psicologia em estudo*, 4(1), 13-27.
15. Furlan, R. (1999). Freud, Politzer e Merleau-Ponty. *Psicologia USP*, 10 (2), 117-138.
16. Dutra, C.C. (2000). Fenomenologia e (in)consciência: Husserl, Freud e psicoterapia. *Estudos de psicologia (Campinas)*, 17(1), 44-54.
17. Furlan, R. (2000). A noção de "comportamento" na Filosofia de Merleau-Ponty. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 5(2), 383-400.
18. Furlan, R. (2001). Objetivismo, intelectualismo e experiência do corpo próprio. *Natureza Humana*, 3(2), 289-314.
19. Loparic, Z. (2001). Além do inconsciente: sobre a desconstrução heideggeriana da psicanálise. *Natureza humana*, 3(1), 91-140.

20. Villela-Petit, M.P. (2001). A intersubjetividade de um ponto de vista fenomenológico. *Psicologia clínica*, 13(2), 131-143.
21. Coelho Jr., N.E. (2002). Consciência, intencionalidade e intercorporeidade. *Paidéia*, 12(22), 97-101.
22. Dutra, E. (2002). A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. *Estudos de psicologia (Natal)*, 7(2), 371-378.
23. Engelmann, A. (2002). A teoria das duas consciências: comentários. *Paidéia*, 12(22), 107-109.
24. Ferreira, M.E.M.P. (2002). Desvelando nexos entre fenomenologia, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e psicopedagogia. *Cadernos de Psicopedagogia*, 1(2), 98-131.
25. Rodrigues, J.T. & Almeida, L.P. (2002). Liberdade e compulsão: uma análise da programação dos doze passos dos alcoólicos anônimos. *Psicologia em estudo*, 7(1), 113-120.
26. Sá, R.N. (2002). A psicoterapia e a questão da técnica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 54(4), 348-362.
27. Walton, R.J. (2002). Instintos, generatividad y tensión en la fenomenología de Husserl. *Natureza humana*, 4(2), 253-292.
28. AmatuZZi, M.M. (2003). Fé e ideologia na compreensão psicológica da pessoa. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 16(3), 569-575.
29. Coelho Jr., N.E. (2003). Da intersubjetividade à intercorporeidade: contribuições da filosofia fenomenológica ao estudo psicológico da alteridade. *Psicologia USP*, 14(1), 185-209.
30. DeSouza, M.L. & Gomes, W.B. (2003). Evidência e interpretação em pesquisa: as relações entre qualidades e quantidades. *Psicologia em Estudo*, 8(2), 83-92.
31. Yazigi, L. (2002). Two styles of mental functioning and literary language: a phenomenological psychological reading of A. Machado and C. Cavafy. A tribute to Zena Helman. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(3), 315-322.
32. Campos, E.B.V. (2004). Considerações sobre a linguagem em psicanálise: uma leitura fenomenológica. *Psicologia Clínica*, 16(2), 111-127.
33. Dutra, E. (2004). Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. *Estudos de psicologia (Natal)*, 9(2), 381-387.
34. Feijoo, A.M.L.C. (2004). A psicologia clínica: técnica e *téchne*. *Psicologia em estudo*, 9(1), 87-93.

35. Honda, H. (2004). Intencionalidade e sobredeterminação: Merleau-Ponty leitor de Freud *Psicologia em Estudo*, 9(3), 417-427.
36. Manganaro, P. (2004). Desenvolvimentos da fenomenologia nos Países Baixos. *Memorandum*, 7, 8-17.
37. Moreira, V. (2004). O método fenomenológico de Merleau-Ponty como ferramenta crítica na pesquisa em psicopatologia. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 17(3), 447-456.
38. Moutinho, L.D.S. (2004). Humanismo e anti-humanismo Foucault e as desventuras da dialética. *Natureza Humana*, 6(2), 171-234.
39. Raffaelli, R. (2004). Husserl e a psicologia. *Estudos de Psicologia* (Natal), 9(2), 211-215.
40. Santos, I.P.A. (2004). Fenomenologia do onírico: a gestalt-terapia e a daseinsanálise. *Psicologia: Ciência & Profissão*, 24(1), 36-43.
41. Silva, P.S. (2004). Fenomenologia e aprendizagem. *Cadernos de psicopedagogia*, 3(6), 40-47.
42. Sodré, O. (2004). Contribuição da fenomenologia hermenêutica para a psicologia social. *Psicologia USP*, 15(3), 55-80.
43. Manganaro, P. (2005). Desenvolvimentos da fenomenologia nos Estados Unidos da América e na Grã-Bretanha. *Memorandum*, 8, 72-78.
44. Moreira, V. & Cruz, A.V.H. (2005). O caso Ellen West de Binswanger: fenomenologia clínica de uma existência inautêntica. *Revista mal-estar e subjetividade*, 5(2), 382-396.
45. Ales Bello, A. (2006). Fenomenologia e ciências humanas: implicações éticas. *Memorandum*, 11, 28-34.
46. Depraz, N., Varela, F.J. & Vermersch, P. (2006). A redução à prova da experiência. *Arquivos brasileiros de psicologia*, 58(1), 75-86.
47. Furlan, R. (2006). Fenomenologia e esquizoanálise na psicologia: um encontro possível? *Psicologia USP*, 17(3), 105-126.
48. Manganaro, P. (2006). A psiquiatria fenomenológico-existencial na Itália. *Memorandum*, 10, 85-92.
49. Moore, J.F.J. (2006). El giro fenomenológico en el psicoanálisis. *Revista brasileira de psicoterapia*, 8(1), 23-38.
50. Roehle, M.V. (2006). Uma abordagem fenomenológico-existencial para a questão do conhecimento em psicologia. *Estudos de Psicologia* (Natal), 11(2), 153-158.

51. Embree, L. (2007). Visão de causalidade: Merleau-Ponty em Michotte. *Revista da Abordagem Gestaltica*, 13(2), 222-227.
52. Gomes, W.B. (2007). Distinção entre procedimentos técnico e lógico na análise fenomenológica. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 13(2), 228-240.
53. Ribeiro, J.P. (2007). A resistência olha a resistência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23, 73-78.
54. Struchiner, C.D. (2007). Fenomenologia: de volta ao mundo-da-vida. *Revista da Abordagem Gestaltica*, 13(2), 241-246.
55. Verissimo, D.S. & Furlan, R. (2007). Entre a Filosofia e a Ciência: Merleau-Ponty e a Psicologia. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 17(38), 331-342.
56. Ziles, U. (2007). Fenomenologia e teoria do conhecimento em Husserl. *Revista da Abordagem Gestaltica*, 13(2), 216-221.

Journal of Phenomenological Psychology – Artigos empíricos: 2000-2007:

1. Teixeira, M.A.P. & Gomes, W.B. (2000). Autonomous career change among professionals: an empirical phenomenological study. *Journal of Phenomenological Psychology*, 31 (1), 78-96.
2. Sages, R. & Szybek, P. (2000). A phenomenological study of students' knowledge of biology in a swedish comprehensive school. *Journal of Phenomenological Psychology*, 31 (2), 155-187.
3. Bargdill, R.W. (2000). The study of life boredom (1). *Journal of Phenomenological Psychology*, 31 (2), 188-219.
4. Appleton, C. & Bohm, E. (2001). Partners in passage: the experience of marriage in mid-life. *Journal of Phenomenological Psychology*, 32 (1), 41-70.
5. Finlay, L. (2003). The intertwining of body, self and world: a phenomenological study of living with recently-diagnosed multiple sclerosis. *Journal of Phenomenological Psychology*, 34 (2), 157-178.
6. Bufton, S. (2003). The lifeworld of the university student: habitus and social class. *Journal of Phenomenological Psychology*, 34 (2), 207-234.
7. Stevens, G. (2003). Late studentship: academic aspirations, personal growth, and the death of the past. *Journal of Phenomenological Psychology*, 34 (2), 235-256.
8. Ashworth, P., Freewood, M. & Macdonald, R. (2003). The student lifeworld and the meanings of plagiarism. *Journal of Phenomenological Psychology*, 34 (2), 257-278.

9. Day, M. (2004). The acquisition of bulimia: childhood experience. *Journal of Phenomenological Psychology, 35* (1), 27-62.
10. Casoni, D. & Campbell, K.L. (2004). Protocol analysis of couples' self-reports of wife assaults: preliminary findings. *Journal of Phenomenological Psychology, 35* (1), 63-96.
11. Staeheli, M, Stayner, D & Davidson, L. (2004). Pathways to friendship in the lives of people with psychosis: incorporating narrative into experimental research. *Journal of Phenomenological Psychology, 35* (2), 233-252.
12. Sells, D., Topor, A. & Davidson, L. (2004). Generating coherence out of chaos: examples of the utility of empathic bridges in phenomenological research. *Journal of Phenomenological Psychology, 35* (2), 253-272.
13. Welches, P. & Pica, M. (2005). Assessed danger-to-others as a reason for psychiatric hospitalization: an investigation of patients' perspectives. *Journal of Phenomenological Psychology, 36* (1), 45-112.
14. Giorgi, A. & Gallegos, N. (2005). Living through some positive experiences of psychotherapy. *Journal of Phenomenological Psychology, 36* (2), 195-218.
15. Mastain, L. (2006). The lived experience of spontaneous altruism: a phenomenological study. *Journal of Phenomenological Psychology, 37* (1), 25-52.
16. Clegg, J.W. (2006). A phenomenological investigation of the experience of not belonging. *Journal of Phenomenological Psychology, 37* (1), 53-84.
17. Harrist, S. (2006). A phenomenological investigation of the experience of ambivalence. *Journal of Phenomenological Psychology, 37* (1), 85-114.
18. Sayre, G., Lambo, D. & Navarre, H. (2006). On being a couple: a dialogal inquiry. *Journal of Phenomenological Psychology, 37* (2), 197-216.
19. Mastain, L. (2007). A phenomenological investigation of altruism as experienced by moral exemplars. *Journal of Phenomenological Psychology, 38*(1), 62-100.
20. Englander, M. (2007). Persistent psychological meaning of early emotional memories. *Journal of Phenomenological Psychology, 38*(2), 181-216.
21. Nelson, B. & Rawlings, D. (2007). It's own reward: a phenomenological study of artistic creativity. *Journal of Phenomenological Psychology, 38*(2), 217-256.

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: Lógica e técnica na redução fenomenológica: da filosofia à empiria em psicologia.

Nome do pesquisador: Thiago Gomes de Castro

Nome da instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ao assinar este documento estou consentindo participar do estudo realizado pelo pesquisador Thiago Gomes de Castro sobre os temas de pesquisa: redução fenomenológica, fenomenologia experimental, e teoria do método. O objetivo desse estudo é analisar os princípios lógicos e técnicos da ferramenta metodológica conhecida como redução fenomenológica. A análise será feita junto aos relatos de autopercepção corpóreo-motora induzidos por um instrumento da fenomenologia experimental e a uma escala de autoconsciência. O trabalho é orientado pelo Prof. Dr. William B. Gomes.

Declaro ter recebido uma explicação clara e completa sobre as tarefas que participarei, a que me submeto de livre e espontânea vontade, reconhecendo que:

1º Foi explicada a justificativa e o objetivo da presente pesquisa, que consiste na elaboração de Dissertação de Mestrado.

2º Foi explicado o procedimento que será utilizado, bem como os instrumentos que serão aplicados.

3º Estou ciente de que poderei interromper a realização das tarefas quando desejar, assim como não sou obrigado a responder todas as questões propostas.

4º Participarei desta pesquisa sem qualquer ônus financeiro para mim.

5º A minha assinatura neste documento dará autorização ao pesquisador para utilizar os dados obtidos quando se fizer necessário, incluindo a divulgação dos mesmos dentro das prerrogativas de sigilo e preservação de identidade inerentes à pesquisa científica.

6º Assino o presente documento em duas vias de igual teor, ficando uma em minha posse.

Em caso de qualquer desconforto gerado no momento da aplicação do instrumento o participante poderá recorrer ao Comitê de Ética do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEP-PSICO). O telefone de contato do CEP-PSICO é (51) 3308-5066 e o e-mail cep-psico@ufrgs.br.

O pesquisador responsável por este projeto é o Prof. Dr. William B. Gomes, tendo esse documento sido revisado e aprovado pelo CEP-PSICO.

Para quaisquer esclarecimentos, o pesquisador Thiago Gomes de Castro coloca-se a disposição através do telefone (51) 3316-5115 ou pelo e-mail: tgomesdecastro@yahoo.com.br.

Data	Nome	Assinatura/Participante	Assinatura/Pesquisador
------	------	-------------------------	------------------------

ANEXO C

Escala de Autoconsciência Revisada – EAC-R (Scheier & Carver, 1985)

Estamos realizando uma pesquisa sobre o modo como as pessoas se percebem, e precisamos que você responda a este questionário. Você deve avaliar o quanto cada item corresponde a uma característica sua, marcando com um “X” ou circulando o número que melhor representa a sua opinião, de acordo com a chave de respostas apresentada. Responda rapidamente, sem parar muito tempo em cada questão, e não compare as respostas de uma questão com outra. Lembre-se: não existem respostas certas ou erradas, elas apenas refletem a sua opinião. Responda a TODAS as questões e não se esqueça de preencher os DADOS PESSOAIS.

DADOS PESSOAIS

Idade:

Sexo: () F () M

CHAVE DE RESPOSTAS

4 = extremamente característico

3 = bastante característico

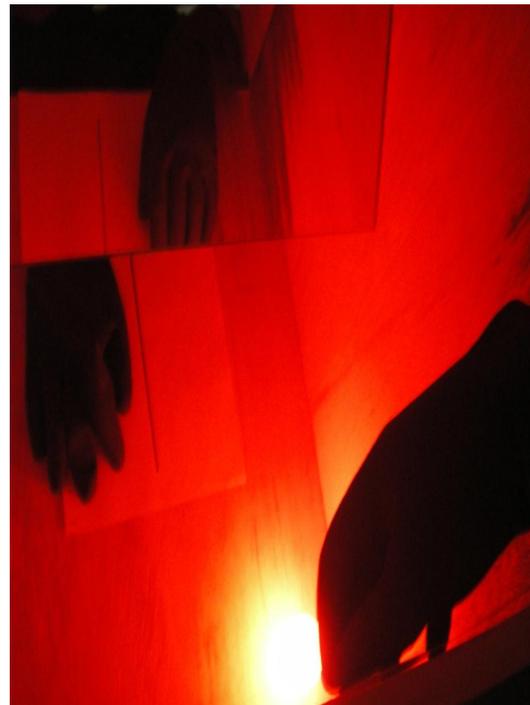
2 = mais ou menos característico

1 = pouco característico

0 = nada característico

- | | |
|---|-----------|
| 1. Eu estou sempre tentando me entender..... | 4 3 2 1 0 |
| 2. Eu me preocupo com o meu estilo de fazer as coisas | 4 3 2 1 0 |
| 3. Eu levo tempo para vencer minha timidez em situações novas | 4 3 2 1 0 |
| 4. Eu penso muito sobre mim mesmo(a)..... | 4 3 2 1 0 |
| 5. Eu me preocupo com a maneira como me apresento | 4 3 2 1 0 |
| 6. Eu freqüentemente "sonho acordado(a)" comigo mesmo(a)..... | 4 3 2 1 0 |
| 7. É difícil para mim trabalhar quando há alguém me olhando | 4 3 2 1 0 |
| 8. Eu nunca me analiso ou me questiono | 4 3 2 1 0 |
| 9. Eu fico encabulado (a) muito facilmente | 4 3 2 1 0 |
| 10. Eu tenho consciência do meu aspecto | 4 3 2 1 0 |
| 11. Para mim é fácil falar com desconhecidos | 4 3 2 1 0 |
| 12. Eu geralmente estou atento aos meus sentimentos | 4 3 2 1 0 |
| 13. Eu geralmente me preocupo em causar uma boa impressão | 4 3 2 1 0 |
| 14. Eu constantemente penso sobre as razões das minhas ações | 4 3 2 1 0 |
| 15. Eu fico nervoso (a) quando tenho que falar na frente de um grupo de pessoas | 4 3 2 1 0 |
| 16. Antes de sair de casa eu verifico como está minha aparência..... | 4 3 2 1 0 |
| 17. Em algumas ocasiões eu tomo distância (mentalmente), para poder me analisar de forma objetiva | 4 3 2 1 0 |
| 18. Eu me preocupo com o que os outros pensam de mim | 4 3 2 1 0 |
| 19. Eu me dou conta rapidamente das minhas mudanças de humor | 4 3 2 1 0 |
| 20. Eu geralmente estou consciente da minha aparência | 4 3 2 1 0 |
| 21. Eu consigo me dar conta do modo como a minha mente trabalha quando estou resolvendo um problema...4 | 3 2 1 0 |
| 22. Grandes grupos de pessoas me deixam nervoso (a) | 4 3 2 1 0 |

ANEXO D



ANEXO E

Entrevista pós-experimento (Patton, 2002) – Experimento da mão alienígena

- 1) Descreva-me agora livremente sua experiência do exercício. Fique a vontade para falar tudo que quiser. Não deixe nada de fora.
- 2) Como você se sentiu ao longo do experimento?
- 3) A experiência lhe trouxe alguma reflexão / pensamento sobre o exercício?
- 4) Você sentiu ou pensou diferenças entre uma tentativa e outra? Se afirmativo pode detalhá-las?
- 5) O que você pode extrair dessa experiência para sua vida cotidiana?

ANEXO F

Modelo de transcrição – Grupo I

Transcrição P3

T= Examinador P= Participante

T. Como foi para você a experiência nessa tentativa (1ª)?

P. Impossível (sorriso).

T. O que é impossível?

P. Não é... é impossível coordenar. A visão não corresponde a nossa ação.

T. Ok. Vamos para a próxima tentativa.

T. Você não fez dessa vez (2ª)?

P. Mais ou menos.

T. Mas e aí, como foi?

P. Seguinte. Não é uma gravação que passa, é? Algo assim?

T. Você acha que pode ser uma gravação então?

P. Tá parecendo isso.

T. Ok. Vamos para a próxima.

T. Como foi (3ª)?

P. Tá, agora eu acho que eu compreendi o que é, mas não tem como. A cena tem atraso assim.

T. Tem atraso?

P. Sim, só que não tem como.

T. O que não tem como?

P. Não tem como acertar onde fica a risca.

T. Então você acha que tua mão ta fazendo uma coisa e você está vendo outra coisa. É isso?

P. Me parece que eu estou vendo a imagem depois que ela acontece.

T. Entendi. Vamos para a última vez.

T. E agora (4ª)?

P. Não. Não tenho a mesma idéia de antes.

T. Como? Foi diferente das outras agora?

P. Sim. Como é que eu posso dizer? Hum... deixa eu ver. Dessa vez foi totalmente ao contrário do que eu estava fazendo. A impressão é que minha mão estava diferente do que estava lá dentro.

T. Ok. Agora vou lhe fazer algumas perguntas. Gostaria que me falasse como foi essa experiência pra você?

P. Não assim, a primeira vez é muito esquisito, porque tu não espera. E aí a partir das outras tu ta sempre tentando entender o que está acontecendo. Na primeira não dá muito tempo pra fazer isso. Mas... não sei assim, né. É isso assim, é uma estranheza e um pouco de incomodo de não ter bem certeza.

T. E como você se sentiu fazendo esse experimento?

P. Não sei assim.

T. Você disse que se sentiu incomodado. Isso seria um sentimento?

P. Sim.

T. E você teve alguma reflexão específica ao longo do experimento?

P. Ta. O que eu pensei é, tipo, a partir da primeira sempre todo pensamento é o que na próxima tu faz pra ver se tu pega mais informações do que está acontecendo. Sempre isso.

T. Entendi. Então você sentiu uma diferença entre uma tentativa e outra?

P. Sim. É e que a primeira vez eu achava que era, digamos assim, alguma coisa já previamente colocada. A partir da segunda vez, na verdade. Aí na terceira eu tive a impressão de atraso. Aí depois eu modifiquei só a posição da mão pra ter certeza. Aí não, percebi que ela tenta reproduzir tudo que a gente ta fazendo, mas não é.

T. Não é tua mão?

P. Sim.

T. E você consegue pensar em algo dessa experiência para levar para fora daqui?

P. Eu não saberia dizer. Mas é bem curioso.

Modelo de transcrição – Grupo II

Transcrição P2

T. Como foi para você a experiência nessa tentativa (1ª)?

P. Difícil.

T. Difícil?

P. É.

T. O que foi difícil?

P. Não consegui botar a mão pra riscar a linha inteira.

T. Teve dificuldade de riscar a linha inteira?

P. É.

T. Ok. Vamos tentar mais uma vez.

T. Como é que foi dessa vez (2ª)?

P. É que é pouco tempo aqui e não tá riscando aqui. Não sei.

T. Não tá riscando...

P. É, o papel.

T. Como assim, a cor da caneta?

P. Não, é que não tá vindo como eu acho que deveria estar vindo.

T. Tem uma diferença?

P. É. Diferente dali.

T. Diferente do teste na mesa?

P. É.

T. Ok. Vamos para a terceira vez.

T. Como é que foi dessa vez (3ª)?

P. Essa é a impressão. Parece que tá mais lento do que as minhas mãos. Do que o comando assim.

T. Do que o comando das tuas mãos?

P. É. Como se fosse maior assim.

T. Essa vez foi parecida com a anterior?

P. É. Parecida com a segunda.

T. Agora a última vez.

T. E agora (4ª)?

P. Mesma coisa. Parece que o começo... parece que é maior do que eu imagino.

T. O risco? O que é maior?

P. Não. A folha. Parece que por isso que a impressão que a mão tá mais devagar assim.

T. Ok. Vou te fazer algumas perguntas. Me descreva livremente tua experiência do exercício. Como foi para você fazer?

P. Tá, é justamente isso que eu não entendi. Porque aqui foi bem mais fácil do que ali. Tá, e quando eu ia pra lá parecia que o comando não respondia da mão, engraçado. E aí a impressão que eu tive então no final é que na verdade como eu não tinha visão total ali é que a folha fosse maior do que eu estava fazendo. E por isso que no final, nessas duas últimas duas, eu até perdi a folha.

T. Então tem duas coisas que você está dizendo. A questão do tamanho da folha e o comando que parece que não é parecido.

P. É, mas eu acho que o comando é por isso, sabe? Pelo tamanho mesmo. O tamanho do visor é um, a folha é outra, então nas últimas duas eu perdi aqui no final a folha, porque eu tentei acelerar.

T. Entendi. E como você se sentiu ao longo do experimento?

P. Sentimento? Nada especial... tranquilo.

T. E você teve alguma reflexão ou pensamento específico durante a tarefa?

P. É, tipo, putz! Eu fiz direitinho aqui e ali eu não tinha conseguido né. Alguma coisa estava errada. Tinha alguma coisa de diferente assim.

T. Ok. E você sentiu alguma diferença de uma tentativa para outra?

P. Senti. Na primeira eu acho que não consegui fazer nem metade né. Depois eu fiz mais rápido, justamente por isso, achei que era maior então eu tinha que aumentar a velocidade.

T. E você consegue extrair alguma coisa dessa experiência para sua vida?

P. Nem tudo é o que parece.

ANEXO G – Tabela 3.5. Falas/Tentativas & EAC-R

	<i>1ª TENTATIVA</i>	<i>2ª TENTATIVA</i>	<i>3ª TENTATIVA</i>	<i>4ª TENTATIVA</i>	<i>ACP_r</i>	<i>ACP_u</i>	<i>ACAs</i>	Geral
P1	<i>Foi estranho. Minha mão não correspondeu ao que estava no visor.</i>	<i>Mesma coisa. Não é minha mão.</i>	<i>Mesma coisa. É uma imagem estranha, não consigo entender. Não é minha mão.</i>	<i>Mesma coisa, não corresponde aos movimentos que eu faço.</i>	21	17	13	51
P2	<i>Difícil, não consegui botar a mão para riscar a linha inteira.</i>	<i>É pouco tempo aqui e não tá riscando aqui. Não tá vindo como acho que deveria estar vindo. Diferente do teste na mesa.</i>	<i>Parece que tá mais lento que o comando das minhas mãos. Como se fosse maior assim.</i>	<i>Mesma coisa. Parece que a folha é maior do que eu imagino. Por isso a impressão que a mão tá mais devagar.</i>	32	22	20	74
P3	<i>Impossível coordenar. A visão não corresponde a nossa ação.</i>	<i>Não é uma gravação que passa, é? Tá parecendo isso.</i>	<i>Acho que entendi, a cena tem atraso. Só que não tem como acertar a risca. Vejo a imagem depois que ela acontece.</i>	<i>Não tenho a mesma idéia de antes. Foi ao contrário do que eu estava fazendo. Minha mão estava diferente do que lá dentro.</i>	25	14	14	53
P4	<i>Tem alguma coisa estranha ali. Não sei se não enxergo direito ou se tem um espelho, algo assim.</i>	<i>Tá bem atrasado.</i>	<i>Acho que não é minha mão. Acho que alguém está fazendo a mesma coisa que eu faço.</i>	<i>Não sei, agora mudei de visão. Acho que é minha mão, mas não por causa do espelho.</i>	29	15	6	50

P5	<i>Foi estranho. Parecia que era outra mão. Mexi pra ver se era minha mão mesmo.</i>	<i>De novo a impressão de que não é minha mão. O movimento das mãos não está correspondendo. Fiquei curiosa.</i>	<i>Dessa vez não foi minha mão. Não sei se alguma forma do visual ser diferente do motor. Pode ser um tipo de imagem.</i>	<i>Tá, tentei observar o risco. Tenho certeza que não é nada. Não há imagem só um jogo de luzes. Engraçado.</i>	14	9	5	28
P6	<i>Muito estranho. A mão não riscou onde tava sublinhando. Tem um espelho.</i>	<i>Tem qualquer coisa de diferente! Não é um espelho, não sei o que será.</i>	<i>É, tem qualquer coisa que eu não sei o que é. Estou cheia de curiosidade!</i>	<i>Ela cruzou aqui e na imagem cruzou invertido.</i>	22	17	12	51
P7	<i>Ah, foi estranho, a imagem parecia deslocada.</i>	<i>Agora ficou mais claro. Diminuiu a sensação de deslocamento.</i>	<i>Melhorou, maior sincronicidade entre o ver e o riscar.</i>	<i>(silêncio)</i>	30	20	11	61
P8	<i>Não consegui perceber onde estava. Não coordenei.</i>	<i>Foi melhor, mas também não coordenado. Parece que não obedece, é atrasada a imagem.</i>	<i>Fui mais rápido, estou me adaptando à situação.</i>	<i>Pois é. Parece que o papel é menor. Tem alguma coisa de diferente. Não sei.</i>	25	21	15	61
P9	<i>Foi bem estranho. Tinha um desvio, não consegui ter coordenação motora.</i>	<i>Consegui recalcular melhor, mas mesmo assim perco o sentido do movimento.</i>	<i>Continuo sentindo dificuldade de coordenar. Não sei se é a distância ou a amplitude do movimento.</i>	<i>Mesma dificuldade. Não entendo porque não consigo botar o braço na linha.</i>	25	17	19	61
P10	<i>Quando risquei não era o mesmo tempo do que enxergava.</i>	<i>Senti que risquei para um lado e saiu para outro.</i>	<i>Foi mais lento o que eu enxergava do que eu fazia.</i>	<i>Agora percebi de novo que era mais lento e que a visão ficou um pouco turva.</i>	30	19	16	65

P11	<i>Foi esquisito! Tem alguma coisa tipo um espelho ali. O que vejo não é o que acontece.</i>	<i>Essa foi pior que a outra. Senti mais diferença. Foi muito rápido.</i>	<i>Não sei mais o que aconteceu. Pensei em ajeitar minha mão, mas não consegui.</i>	<i>Acho que o risco saiu torto também. Como nas outras.</i>	28	23	04	55
P12	<i>Foi estranho, porque parece que não tenho controle sobre minha mão. Ela não vai para onde gostaria.</i>	<i>Consegui ver mais ou menos onde estava, igual não consegui fazer muito bem. Consegui achar melhor que na 1ª.</i>	<i>Não sei, parece que não consigo. Como se estivesse ao contrário a visão que estou tendo do que faço.</i>	<i>Agora acho que me localizei. Tentei seguir a linha e fiz um risco rápido.</i>	28	18	15	61
P13	<i>Estranho, não parecia ser minha mão.</i>	<i>Continua estranho. Meu movimento não corresponde ao que vejo. O traçado que vejo não parece ser o mesmo que fiz.</i>	<i>Não consigo enxergar minha mão direito. A imagem que vejo parece ser mais próxima da que vejo ali embaixo.</i>	<i>Foi muito rápido. Não consegui prestar atenção.</i>	27	18	16	61
P14	<i>Muito difícil. Não consegui me achar. A direção e o tamanho do risco.</i>	<i>Foi estranho fazer aqui. Não consigo controlar, deixar reta a linha.</i>	<i>Também muito difícil, não consigo controlar a mão para fazer o movimento.</i>	<i>Consegui me manter um pouco mais reta, mas também foi difícil.</i>	29	25	14	68
P15	<i>Bem complicado. Não consegui ter a noção de onde estava minha mão. Eu via diferente, não via direto por causa do espelho.</i>	<i>Bem complicado, não consigo fazer o que me imagino fazendo. Quando vejo não estou fazendo certo.</i>	<i>A luz... eu não via minha mão, não via fazendo a mesma coisa que eu.</i>	<i>É isso, não consigo fazer a linha reta... bem complicado.</i>	27	15	12	54

P16	<i>Foi bem confuso. Não é a mão que estou acostumada a escrever. A luva diminuiu minha sensibilidade e a visão foi turva.</i>	<i>Foi mais fácil, porque foi uma atividade que já tinha realizado uma vez.</i>	<i>Agora também, está sendo gradativo. O desconforto e o incômodo da primeira estão diminuindo.</i>	<i>Agora também, mas mesmo sendo mais fácil executar a tarefa dá uma impressão de estranhamento na mão.</i>	28	19	10	57
P17	<i>Minha mão estava desfocada, como se não estivesse onde queria que ela estivesse. Estranho.</i>	<i>Dessa vez eu já estava esperando, foi igual a primeira, mas já esperava.</i>	<i>Mesma coisa das anteriores.</i>	<i>Mesma coisa, mas parece que o tempo foi menor.</i>	29	21	12	62
P18	<i>Não corresponde o que vejo com o que faço.</i>	<i>Mesma coisa, a diferença do tempo de correspondência foi maior que na primeira.</i>	<i>Dessa vez já tinha me preparado para não me concentrar tanto em seguir a linha, mas simplesmente riscar. Fiquei satisfeito.</i>	<i>Mesma coisa da terceira.</i>	17	24	12	53
P19	<i>Que viagem! É outra imagem, não combina a velocidade do meu risco com o que vi ali.</i>	<i>Parece que a mão não é minha. Comecei o movimento e a mão ficou um tempo parada.</i>	<i>Não mudou muito minha percepção das anteriores.</i>	<i>Agora deu uma diferença. A posição da mão ao lado do risco parecia invertida. Não sei...</i>	22	21	06	49

Média ACP_r: 25,57

Média ACP_u: 18,68

Média ACA_s: 12,21

Média Geral: 56,58